

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO 200 Jan.-jul.
2021

ISSN 1413-1536

Luiz Mário Ribeiro Vieira
Evitar mais uma
década perdida

As políticas econômicas brasileiras
de 2003 a 2019 e o mercado
de trabalho da Bahia

Seção Especial:
A importância da SEI - Depoimentos

ANTONIO HENRIQUE DA SILVEIRA
IMPACTOS DA PANDEMIA NA
ESFERA ECONÔMICA



C&P 200 jan./jun. 2021
C O N J U N T U R A & P L A N E J A M E N T O

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
RUI COSTA DOS SANTOS

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
JOÃO FELIPE DE SOUZA LEÃO

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA – SEI
JORGETE OLIVEIRA GOMES DA COSTA

DIRETORIA DE INDICADORES E ESTATÍSTICAS
Armando Affonso de Castro Neto

COORDENAÇÃO DE ACOMPANHAMENTO CONJUNTURAL
Arthur Souza Cruz

EDITORIA-GERAL
Elisabete Cristina Teixeira Barretto Guanais

EDITORIA ADJUNTA
Aline Pereira Rocha, Guillermo Javier Pedreira Etkin, Pedro Marques de
Santana, Rita Pimentel

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO
CONSELHO EDITORIAL
Aloísio Machado da Silva Filho, Andréa da Silva Gomes, Antônio Plínio Pires
de Moura, Edmundo Sá Barreto Figuerôa, Gervásio Ferreira dos Santos,
Gildásio Santana Júnior, Jackson Ornelas Mendonça, José Ribeiro Soares
Guimarães, Laumar Neves de Souza, Mayara Mycheila Sena Araújo, Ranieri
Muricy, Rosembergue Valverde de Jesus, Thiago Reis Góes

COORDENAÇÃO-GERAL
Luiz Mário Ribeiro Vieira

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Elissandra Alves de Britto

EQUIPE TÉCNICA
Carla Janira Souza do Nascimento, Maria Margarete de Carvalho Abreu
Perazzo, Pedro Marques de Santana, Zélia Góis

COORDENAÇÃO DE DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES
Agi Noel Aquilino dos Santos

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO EDITORIAL
Elisabete Cristina Teixeira Barretto Guanais

EDITORIA DE ARTE E DE ESTILO
Ludmila Nagamatsu Dias

REVISÃO DE LINGUAGEM
Bernardo de Menezes

DESIGN GRÁFICO
Julio Vilela, Nando Cordeiro, Vinícius Luz

EDITORIAÇÃO
Nando Cordeiro

ILUSTRAÇÃO
Vinícius Luz

COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO
Eliana Marta Gomes Silva Sousa

NORMALIZAÇÃO
Eliana Marta Gomes Silva Sousa, Patrícia Fernanda Assis da Silva

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de
seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem,
necessariamente, o ponto de vista da Superintendência de
Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). É permitida a
reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde
que a fonte original seja creditada de forma explícita.

Esta publicação está indexada na *Library of Congress*,
Ulrich's International Periodicals Directory e no sistema
Qualis da Capes.

Conjuntura & Planejamento / Superintendência de Estudos
Econômicos e Sociais da Bahia. n. 2 (jun. 1994) – Salvador:
SEI, 2021.
n. 200
Semestral
Continuação de: Síntese Executiva. Periodicidade: mensal
até o número 154; trimestral até o número 189.
ISSN 1413-1536
EISSN 2594-4290

1. Planejamento econômico – Bahia. I. Superintendência
de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

CDU 338(814.2)



Av. Luiz Viana Filho, 435 – 4ª Avenida – 2º And. – CAB
Cep: 41.750-300 – Salvador – Bahia
Tel.: (71) 3115 4823/4822 Fax: (71) 3116 1781
www.sei.ba.gov.br
sei@sei.ba.gov.br

4 CARTA DO EDITOR**6 ECONOMIA EM DESTAQUE**

ECONOMIA BAIANA: BAIXO NÍVEL DE ATIVIDADE E ELEVADO NÚMERO DE CASOS DE COVID-19 NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2021

Carla do Nascimento, Elissandra Britto, Pedro M. de Santana

36 ENTREVISTA

IMPACTOS DA PANDEMIA NA ESFERA ECONÔMICA

Antonio Henrique da Silveira

ARTIGOS**43 AS POLÍTICAS ECONÔMICAS BRASILEIRAS DE 2003 A 2019 E O MERCADO DE TRABALHO DA BAHIA**

Davidson de Magalhães Santos, Érico Rodrigo Mineiro Pereira, Laumar Neves de Souza

61 ANÁLISE TEMPORAL DOS CASOS DE ARBOVIROSES REGISTRADOS EM FEIRA DE SANTANA: UMA

ABORDAGEM COM VARIÁVEIS CLIMATOLÓGICAS¹

Jessica Suzarte Carvalho de Souza, Elvira Catiana de Oliveira Santos Ferreira, Edna Maria de Araújo, Aloísio Machado da Silva Filho

79 A QUESTÃO DA COVID-19 NO ESTADO DA BAHIA: POSSÍVEIS RELAÇÕES A PARTIR DA PROBLEMÁTICA DO SANEAMENTO BÁSICO

Manuela Vieira Santos da Luz, Aline de Souza Silva, Adna Caroline Vale Oliveira, Ícaro Thiago Andrade Moreira, Renato Barbosa Reis, Laumar Neves de Souza

98 PONTO DE VISTA

EVITAR MAIS UMA DÉCADA PERDIDA

Luiz Mário Ribeiro Vieira

104 LIVROS**106 SEÇÃO ESPECIAL**

A IMPORTÂNCIA DA SEI – DEPOIMENTOS

Edmundo Figueirôa, Laumar Neves de Souza, Renata Prosêpio

114 CONJUNTURA ECONÔMICA BAIANA**INDICADORES CONJUNTURAIS****123 INDICADORES ECONÔMICOS****131 FINANÇAS PÚBLICAS**



CARTA DO EDITOR

A revista *Conjuntura & Planejamento* (C&P) alcança o número 200. Ao longo desses anos, essa publicação trouxe para os seus leitores diversas contribuições do saber na área política, econômica e social. Na sua edição comemorativa, há uma seção especial, em que se reuniram vários depoimentos de pessoas como Renata Prosérpio, Edmundo Figueirôa, Gustavo Casseb Pessoti e Laumar Neves de Souza, que tiveram papel de extrema relevância para a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento, e que contribuíram para tornar a revista C&P uma publicação consolidada, em que as análises são realizadas subsidiando não somente as esferas de poder, mas também àqueles ávidos por informações consistentes e atualizadas sobre a conjuntura e o planejamento econômico.

A despeito de um cenário adverso, marcado por uma pandemia reconhecida pelas autoridades e que se transformou numa crise econômica atingindo diversos setores da atividade econômica, a revista *Conjuntura & Planejamento* continua com o seu propósito de informar. O aumento das medidas de isolamento social, dada a elevação do número de casos de covid-19, comprometeu o crescimento da atividade econômica nos primeiros meses do ano de 2021. Entretanto, à medida que a imunização da população avança, as expectativas começam a mudar. É nesse cenário que a equipe de conjuntura traz a análise dos principais indicadores da economia baiana no primeiro trimestre de 2021.

Na edição de número 200, contemplando o momento comemorativo, tem-se na seção Ponto de Vista, a participação de Luiz Mário Ribeiro Vieira, economista, especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental e membro do corpo técnico da SEI, que com seu arcabouço de conhecimento presenteia os leitores com uma reflexão sobre possíveis medidas que devem ser tomadas para se evitar uma nova década perdida. Para tanto, Vieira explica que a década de 2011 a 2020 superou a dos anos 1980, com uma queda histórica do PIB. Assim, defende que é preciso elevar os investimentos, realizar uma reforma tributária e implantar um programa de renda básica. Para ele, é urgente que o Brasil volte a crescer e medidas como essas são necessárias para se obter um crescimento sustentável nos próximos anos.

A seção Entrevista traz uma contribuição do economista e secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Antonio Henrique da Silveira. Nessa conversa, Silveira faz uma reflexão sobre os impactos da pandemia na esfera econômica. Avalia os seus efeitos sobre a América Latina, sobre a aceleração do processo em direção à “sociedade digital” e sobre a falta de clareza de grande parte dos países ocidentais, num primeiro momento, quanto à gravidade da pandemia. Em sua opinião, o ano de 2021 não deve ser tão dramático quanto 2020, mas tampouco mostrará uma reversão espetacular, com uma previsão de crescimento em torno de 4,0%. Defende que a situação atual requer algum tipo de continuidade das medidas de mitigação dos impactos econômicos da pandemia. Nesse sentido, assim como Vieira, coloca a reforma tributária como uma das mais urgentes.

Entre os artigos que integram este número da revista está o de Davidson de Magalhães Santos, Érico Rodrigo Mineiro Pereira e Laumar Neves de Souza intitulado *As políticas econômicas brasileiras de 2003 a 2019 e o mercado de trabalho da Bahia*. Nesse trabalho, propõe-se discutir acerca da mudança no cenário marcado pelo fortalecimento do mercado interno, evidenciado no crescimento econômico e na expansão do mercado de trabalho. Para tanto, partiu-se da hipótese de que houve uma alteração na trajetória de melhoria da estrutura do mercado de trabalho verificada nos anos anteriores ao governo Temer. De acordo com os autores, na Bahia, o mercado de trabalho volta a conviver com elevadas taxas de desocupação, crescimento da informalidade e baixos rendimentos.

Assim, nesta edição comemorativa da C&P, queremos prestar nossa gratidão ao corpo técnico da SEI, desde a Direção-geral ao mais simples servidor, pelo apoio e incentivo ao longo de 200 edições e de 27 anos de existência, e agradecer a parceria com a comunidade acadêmica, que enriqueceu a revista por meio de artigos científicos. Por fim, agradecer ao assinante e ao leitor, razão de ser da revista, com elogios e críticas que ajudaram e engrandeceram a *Conjuntura & Planejamento* desde 1994.



ECONOMIA BAIANA: BAIXO NÍVEL DE ATIVIDADE E ELEVADO NÚMERO DE CASOS DE COVID-19 NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2021

Carla do Nascimento
Mestre em Economia pela
Universidade Federal da
Bahia (UFBA), graduada em
Ciências Econômicas pela
Universidade Estadual de
Feira de Santana (UEFS).
Técnica da Superintendência
de Estudos Econômicos e
Sociais da Bahia (SEI).
carla.janira@sei.ba.gov.br

Elissandra Brito
Mestre em Economia pela
Universidade Federal da Bahia
(UFBA), economista pela UFBA.
Técnica da Superintendência
de Estudos Econômicos e
Sociais da Bahia (SEI).
elissandra@sei.ba.gov.br

Pedro M. de Santana
Mestre em Economia pela
Universidade Federal da Bahia
(UFBA), economista pela UFBA.
Especialista em produção de
informações econômicas,
sociais e geoambientais
da Superintendência de
Estudos Econômicos e
Sociais da Bahia (SEI).
pedromarques@sei.ba.gov.br

AS PERSPECTIVAS para a economia global melhoraram consideravelmente, mas de forma desigual entre as economias. Nas economias avançadas, a vacinação da maior parte da população permitiu reduzir as medidas de distanciamento. Ao mesmo tempo em que o estímulo fiscal adicional contribuiu para impulsionar a demanda, reduzir a capacidade ociosa e diminuir os riscos dos efeitos da pandemia no longo prazo. Ademais, o aumento da confiança e os menores riscos à saúde devem estimular o consumo. Porém, nas economias emergentes, a lenta vacinação, novos surtos de infecção e medidas de distanciamento impedem o crescimento mais robusto, principalmente naquelas economias que recebem pouco ou nenhum benefício de auxílio à renda. Assim, após a queda de 3,5% da economia global em 2020, as expectativas são positivas para os próximos anos, com taxas de 5,8% e 4,4%, respectivamente,



A propagação do vírus se acelerou no início de 2021 e as medidas de restrição nas esferas estaduais não foram suficientes para impedir o agravamento da situação sanitária

para 2021 e 2022, de acordo com a Organization for Economic Co-Operation and Development (OCDE) (OECD ECONOMIC OUTLOOK, 2021).

Muitos países, porém, exibiram retração na atividade econômica no primeiro trimestre do ano. A Zona Euro registrou queda de 1,8%, após ter recuado 4,9% no último trimestre de 2020. A Alemanha, principal economia do grupo, teve redução de 3,0% entre janeiro e março, após ter encerrado o quarto trimestre com queda de 3,3%, enquanto a França recuou em 4,8% no quarto trimestre e cresceu de 1,5% no primeiro (EUROPEAN COMMISSION, 2021). O Japão, por sua vez, registrou queda de 1,8% entre janeiro e março e recuou 1,0% nos últimos três meses de 2020. No ‘novo continente’, os EUA registraram acréscimo de 0,4% no primeiro trimestre, após taxa negativa de 2,4% no último trimestre de 2020. A China encontra-se em pleno crescimento, com taxa de 18,3% no primeiro trimestre, após ter avançado 6,5% no quarto. Considerando-se todos os países da OCDE, a queda no primeiro trimestre foi de 0,4%, após decréscimo de 2,9% no trimestre anterior (ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT, 2021).

No Brasil, apesar de um alto número de infecções e mortes, a economia reduziu a queda no quarto trimestre de 2020, com taxa de – 1,1%. No terceiro trimestre a taxa havia sido de – 3,9%, porém não foi suficiente para recuperar as perdas do ano e o PIB fechou com recuo de 4,1% (CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS, 2021) Mas as expectativas divulgadas pelo Banco Central no Relatório de Inflação (2021) indicam crescimento de 4,6% em 2021. Conforme o Relatório de Inflação (2021) a economia brasileira será impulsionada pela “recuperação parcial da confiança dos agentes econômicos, medidas de preservação do emprego e da renda, prognóstico de avanço da campanha de vacinação, elevados preços de *commodities* e efeitos defasados do estímulo monetário”.

Porém, a propagação do vírus se acelerou no início de 2021 e as medidas de restrição nas esferas estaduais não foram suficientes para impedir o agravamento da situação sanitária. A campanha de vacinação é lenta, até o dia 15 junho apenas um pouco mais de 20% da população brasileira havia recebido a imunização.

Entretanto, o Produto Interno Bruto (PIB) do País conseguiu obter aumento de 1,0% no primeiro trimestre em relação ao mesmo período do ano anterior, de acordo com as Contas Nacionais Trimestrais (2021) divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dentre as atividades

que participam para a geração do Valor Adicionado, a Agropecuária, com crescimento de 5,2% e a Indústria, com aumento de 3,0%, contribuíram para o desempenho do PIB, enquanto os Serviços reduziram 0,8% no período.

Com relação aos componentes da demanda interna, destaca-se, no período, o aumento da formação bruta de capital fixo, com taxa de 17,0%. Segundo o IBGE,

[este] crescimento é fruto do aumento da produção interna de máquinas e equipamentos, dos impactos do REPETRO (Regime Aduaneiro Especial para Bens destinados às Atividades de Pesquisa e de Lavra das Jazidas de Petróleo e de Gás Natural) e, pelo crescimento do desenvolvimento de softwares. (CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS, 2021, p. 11).

Por sua vez, o consumo das famílias caiu 1,7%, explicado pelo aumento da inflação e reflexos da pandemia que afetaram negativamente o mercado de trabalho, reduzindo o número de ocupações e a massa salarial real. No primeiro trimestre, essa variável da demanda agregada havia recuado 0,7%.

Ainda de acordo com as Contas Nacionais Trimestrais (2021), a despesa de consumo da administração pública teve queda de 4,9% no primeiro trimestre. No setor externo, as exportações apresentaram aumento de 0,8%, destacando-se os acréscimos em extração de minerais metálicos; produtos alimentícios; veículos automotores e produtos de fumo. E as importações exibiram aumento de 7,7%, com crescimento nas compras de produtos químicos; máquinas e aparelhos elétricos; produtos farmacêuticos e produtos de metal.

A indústria brasileira (extrativa e de transformação) acumulou taxa positiva de 4,4% no primeiro trimestre de 2021, revelando aumento na maioria das atividades produtivas (PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL, 2021). Esse dinamismo pode ser explicado pelos aumentos de preços de *commodities*, pelo ciclo de recomposição de estoques e pela recuperação da economia mundial, apesar das dificuldades para obtenção de insumos por alguns segmentos da indústria, como destacado no Relatório de Inflação (2021):

O deslocamento da demanda provocado por mudanças no padrão de consumo no decorrer da pandemia não foi acompanhado por tempestivo ajuste na oferta. Além desse descasamento entre a demanda e a oferta de alguns produtos, as

O consumo das famílias caiu 1,7%, explicado pelo aumento da inflação e reflexos da pandemia que afetaram negativamente o mercado de trabalho, reduzindo o número de ocupações e a massa salarial real

O mercado de trabalho continua apresentando aumento na taxa de desemprego

cadeias globais de produção e distribuição de bens continuaram afetadas, em diferentes graus, por medidas de restrição à mobilidade e problemas logísticos na distribuição de suprimentos. Esse cenário tem resultado em elevação significativa dos custos de produção e distribuição e atrasos na entrega de produtos, afetando o desempenho da indústria e promovendo fortes ajustes de preços relativos. (RELATÓRIO DE INFLAÇÃO, 2021, p. 12).

O avanço da atividade de comércio refletiu a leve recuperação do consumo das famílias. De acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio (2021), as vendas do comércio ampliado cresceram 1,4% no primeiro trimestre do ano. Esse resultado decorreu do desempenho positivo de cinco dos dez segmentos que compõem o comércio ampliado, com destaque para Materiais de construção (20,4%). Considerando-se apenas o varejo restrito, o setor recuou 0,6% no período.

Na agricultura, a produção nacional de grãos pode atingir, em 2021, o volume recorde pelo terceiro ano consecutivo, seja medido pela série histórica do IBGE seja pela da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). De acordo com o IBGE (LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA, 2021), a safra 2021 de cereais, oleaginosas e leguminosas¹ pode alcançar 264,9 milhões de toneladas (t.), o que supera em 4,2% a safra 2020. Para a Conab (ACOMPANHAMENTO DA SAFRA BRASILEIRA DE GRÃOS, 2021), a produção de grãos no País está estimada em 271,7 milhões de toneladas, 5,7% ou 14,7 milhões de toneladas superior ao produzido na temporada 2019/20. A área plantada (68,6 milhões de hectares) teve crescimento estimado de 4,1% ou 2,7 milhões de hectares, na mesma base de comparação. A expansão novamente será puxada pela soja (135,4 milhões t.), cuja colheita poderá ser superar em 8,5% à da safra 2019/2020. (LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA, 2021).

O mercado de trabalho continua apresentando aumento na taxa de desemprego, principalmente por conta de “uma queda mais abrupta no fluxo de saída do desemprego que no fluxo de entrada, indicando que os trabalhadores estão passando mais tempo na desocupação” (LAMEIRAS; CORSEUIL; RAMOS, 2021, p. 11). A taxa passou de 13,9% no quarto trimestre de 2020 para 14,7% no primeiro trimestre de 2021, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (2021) do IBGE. Segundo o

1 Cereais, oleaginosas e leguminosas: algodão (caroço de algodão), amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, feijão, girassol, mamona, milho, soja, sorgo, trigo e triticale.

Boletim Macro, da Fundação Getúlio Vargas (PINHEIRO; MATOS, 2021), as razões hipotéticas para a estabilidade da taxa de participação são:

[...] a expectativa da volta do Auxílio Emergencial, o que de fato se concretizou em abril; a demora do retorno às aulas presenciais e, potencialmente, a possibilidade de um aumento permanente de desalentados, entre os quais estariam trabalhadores há tempo suficiente fora do mercado de trabalho para ter grandes dificuldades de encontrar nova ocupação. (PINHEIRO; MATOS, 2021, p. 14).

O Auxílio Emergencial para proteger pessoas vulneráveis, incluindo trabalhadores informais, representou 4,0% do PIB em 2020

Por sua vez, os dados do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) (BRASIL, 2021) apontaram forte recuperação do emprego formal, com aumento de 957.889 postos de trabalho celetistas no País no período de janeiro a abril de 2021, de acordo com dados divulgados pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia. O resultado representou uma variação positiva de 2,43% em relação ao estoque de empregos formais do período anterior.

A inflação elevou-se acentuadamente no segundo semestre de 2020, acumulando no ano taxa de 4,52%, e atingiu uma taxa anualizada de 8,06% em maio de 2021. O que complica as decisões das políticas fiscal e monetária para os próximos meses. A pressão inflacionária teve início com o aumento dos preços de diversas *commodities* (SISTEMA NACIONAL DE ÍNDICES DE PREÇOS AO CONSUMIDOR, 2021).

O Auxílio Emergencial para proteger pessoas vulneráveis, incluindo trabalhadores informais, representou 4,0% do PIB em 2020. Inicialmente, um benefício de emergência temporário (de R\$ 600 a R\$ 1.200 por mês) foi pago a mais de 68 milhões de informais, trabalhadores autônomos ou desempregados. A ajuda foi prolongada até dezembro, mas reduzida pela metade. Em 2021, o Congresso aprovou a prorrogação dos benefícios por mais quatro meses, mas reduziu ainda mais o montante para cerca de R\$ 250 em média, para um total de cerca de R\$ 27 bilhões (TESOURO NACIONAL, 2021).

Os gastos pressionaram a dívida pública, que atingiu o nível recorde de 89,3% do PIB. O setor público registrou déficit primário de R\$ 702,950 bilhões, o equivalente a 9,5% do PIB. E a dívida líquida aumentou para 63% do PIB em 2020 ante 54,6% do PIB no final de 2019 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2021).

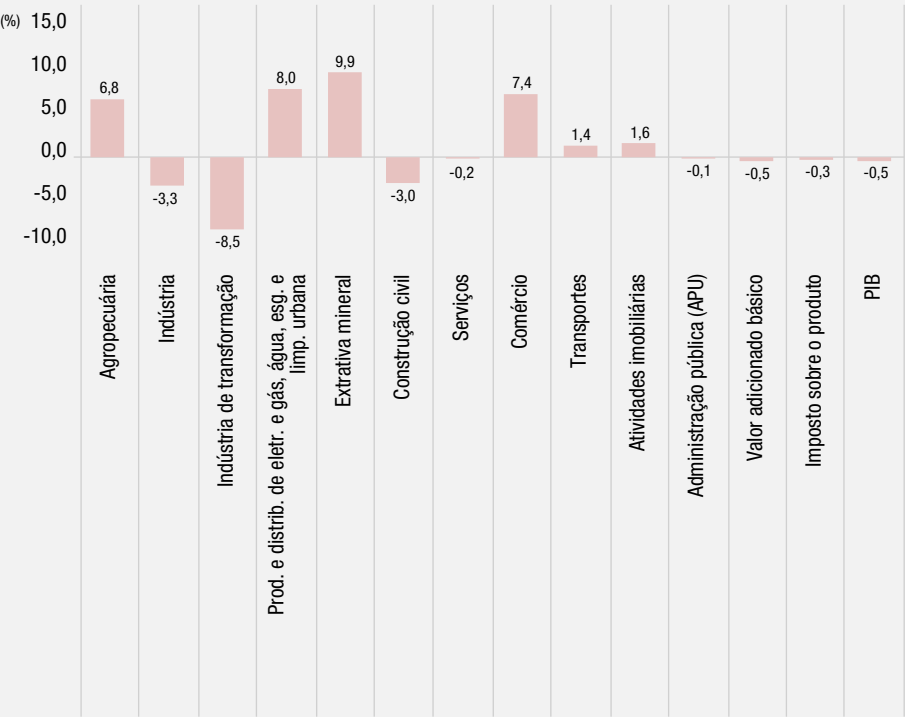
Diante do cenário acima exposto acerca da economia brasileira, as próximas seções irão apresentar os principais resultados do desempenho e seus desdobramentos para o primeiro trimestre de 2021 de cada atividade da economia baiana.

ECONOMIA BAIANA

O PIB do estado, divulgado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) no Informativo PIB Trimestral (2021), apresentou queda de 0,5% no primeiro trimestre de 2021, na comparação com o mesmo período de 2020.

No primeiro trimestre de 2021, a Agropecuária cresceu 6,8%, enquanto a Indústria e Serviços registraram queda de 3,3% e 0,2%, respectivamente. Considerando-se as atividades do setor industrial, houve aumento na

Gráfico 1
Produto Interno Bruto – Bahia – Jan.-mar. 2021



Fonte: Informativo PIB Trimestral (2021).
Notas: Dados preliminares, sujeitos a retificação.
Variação acumulada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

Produção e distribuição de energia, gás e água (8,0%) e em Extração mineral (9,9%), enquanto as atividades de Transformação e Construção exibiram resultados negativos de - 8,5% e - 3,0%, respectivamente (INFORMATIVO PIB TRIMESTRAL, 2021).

O setor Produção e distribuição de energia elétrica e gás, água, esgoto e limpeza urbana, que contribuiu positivamente para o PIB, refletiu o aumento na geração de energia elétrica no estado, especialmente nas fontes eólicas e hidroelétricas. A Extrativa mineral foi favorecida, principalmente, pelo aumento na produção de minérios de cobre em bruto ou beneficiados; magnésia, outros óxidos de magnésio e carbonato de magnésio natural; e gás natural.

O setor da Construção, por sua vez, foi impactado tanto pelo aumento do número de casos de covid-19 no primeiro trimestre do ano, como, principalmente, pelo crescimento dos custos de produção do setor e pela falta de insumos. No período de 12 meses encerrado em março último, o INCC-Materiais e Equipamentos, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e que mede a variação nos preços da construção, acumulou alta de 28,13%. É a maior variação para o período em toda a série histórica, desde 1998. Porém, apesar dos preços dos insumos estarem em alta e a pandemia não ter dado sinais de acabar tão cedo, a demanda por imóveis parece permanecer em alta. Segundo a Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário da Bahia (ADEMI BAHIA, 2021), as vendas de imóveis no primeiro trimestre cresceram 52% em Salvador e 31% no estado, com a comercialização de 2.188 imóveis. Em lançamentos também houve crescimento expressivo tanto na capital – crescimento de 106% – quanto no estado – 41% mais unidades lançadas do que no mesmo período de 2020.

O valor adicionado de Serviços do estado teve leve recuo de 0,2% no primeiro trimestre de 2021, na comparação com o mesmo período anterior. O desempenho do setor, considerando-se as atividades com maior participação no valor adicionado, foi influenciado principalmente pela atividade de Administração pública (-0,1%), pois as demais registraram crescimento no período, destacando-se Transportes (1,4%), Comércio (7,4%) e Atividades imobiliárias (1,6%) (Gráfico 1).

O setor Produção e distribuição de energia elétrica e gás, água, esgoto e limpeza urbana [...] refletiu o aumento na geração de energia elétrica no estado, especialmente nas fontes eólicas e hidroelétricas

SETOR AGROPECUÁRIO

Os primeiros meses de 2021 foram marcados pelo agravamento da crise sanitária provocada pela pandemia do covid-19 no Brasil, o que trouxe a

A produção de algodão (caroço e pluma) em 2021 manteve-se projetada em torno de 1,2 milhão de t., que representa retração de 18,5% na comparação anual. A previsão de área plantada está em 266 mil ha, recuo de 15,6% na mesma base de comparação

necessidade de reforçar medidas de restrições à circulação de pessoas e a atividades comerciais específicas. Não obstante, o setor agropecuário deverá manter, no ano corrente, o bom desempenho observado em 2020, determinado, principalmente, pela produção recorde de grãos.

O quarto Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (2021), realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e sistematizado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), relativo a abril deste ano, manteve estimativa da produção de cereais, oleaginosas e leguminosas na Bahia em 10 milhões de toneladas (t) em 2021, o que representa o mesmo patamar na comparação com a safra 2020 – que foi o melhor resultado da série histórica da pesquisa.

Em relação ao levantamento do mês anterior, o resultado apresentou uma variação positiva de 0,5 ponto percentual. Destaque positivo para a lavoura da soja, cuja produção pode alcançar a máxima histórica. Por outro lado, os demais principais grãos deverão ter níveis de produção inferiores aos de 2020.

As áreas plantada e colhida ficaram ambas estimadas em 3,17 milhões de hectares (ha), o que corresponde, nas projeções do IBGE (LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA, 2021), a uma expansão de 1,7% na comparação interanual. Dessa forma, a produtividade média estimada para a safra de grãos no estado foi de 3,17 t./ha, 1,6% inferior à do ano passado.

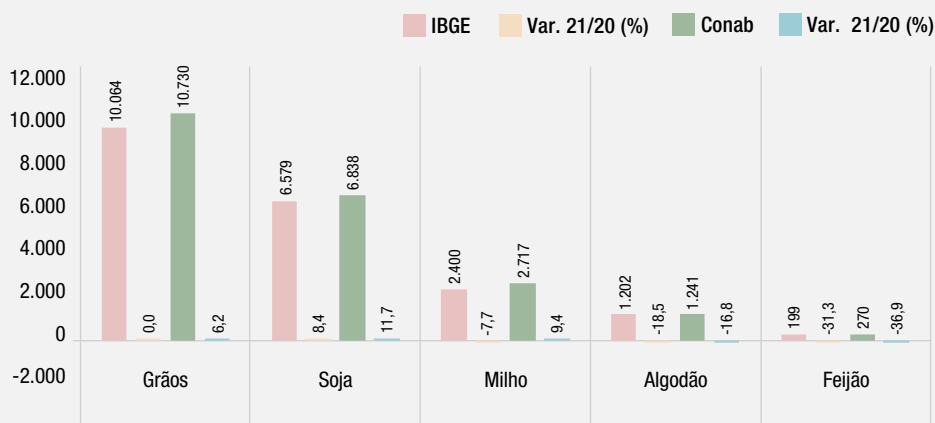
A produção de algodão (caroço e pluma) em 2021 manteve-se projetada em torno de 1,2 milhão de t., que representa retração de 18,5% na comparação anual. A previsão de área plantada está em 266 mil ha, recuo de 15,6% na mesma base de comparação.

A soja, cuja fase de colheita está em andamento, teve sua estimativa revisada para 6,6 milhões de t. – a maior da série histórica do levantamento –, alta de 8,4% em relação a 2020. A estimativa da área plantada soma 1,7 milhão ha., que supera em 4,9% a de 2020, e o rendimento médio esperado da lavoura é de 3,8 t./ha.

A expectativa para as duas safras anuais de milho totalizou 2,4 milhões de toneladas em 2021, o que corresponde ainda a uma retração de 7,7% na comparação anual. Com relação à área plantada (635 mil ha), o IBGE indica

Gráfico 2

Estimativas comparadas da safra de grãos – Bahia – 2021/2020



Fonte: Acompanhamento da Safra Brasileira de Grãos (2021) e Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (2021).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Nota: valores em mil toneladas.

uma expansão de 1,8% sobre 2020 (LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA, 2021).

Na atual temporada, a produção total de feijão deve somar 199,2 mil t., o que implica um recuo 31,3% em relação a 2020. Apesar disso, o levantamento revela uma área plantada (435 mil ha.) 3,1% superior à verificada no ano passado. A má distribuição de chuvas no começo deste ano é possivelmente o principal determinante do resultado da lavoura, cuja produção é predominantemente em área não irrigada.

Os dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)², em seu oitavo levantamento, apontaram uma produção de 10,7 milhões de toneladas de grãos na Bahia para a safra 2020/2021, o que representa uma alta de 62% em relação ao ciclo 2019/2020 (ACOMPANHAMENTO DA SAFRA BRASILEIRA DE GRÃOS, 2021). Esse resultado amplia a expectativa de expansão da safra de grãos em 3,1 p.p. sobre o levantamento anterior. Novamente, as revisões das estimativas para as safras de soja e de milho exerceram o maior impacto sobre o resultado.

A área plantada total estimada somou 3,19 milhões ha., com variação positiva (3,0%) na comparação com o ciclo anterior. O rendimento médio

2 Os dados levantados pela Conab seguem a temporalidade do calendário-safra, que vai de outubro do ano corrente a setembro do ano seguinte, diferentemente do IBGE, que tem o ano civil como referência para fins de levantamento da produção agrícola.

alcance 602 kg/ha na temporada 2020/2021 (ACOMPANHAMENTO DA SAFRA BRASILEIRA DE GRÃOS, 2021).

Para a lavoura da cana-de-açúcar, o IBGE estima 5,4 milhões de t., alta de 5,8% em relação à safra anterior (LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA, 2021). A estimativa de cacau ficou projetada em 110 mil t., queda de 6,8% na comparação com 2020.

A estimativa deste ano para o café ficou em 201,0 mil t., 18,3% abaixo da produção verificada no ano passado. A safra do tipo arábica ficou projetada em 80,8 mil t., variação negativa anual de 33,0%, e a da canéfora, em 120,2 mil t., correspondendo a uma retração de 4,2%, na mesma base de comparação.

As estimativas para as lavouras de banana (878,5 mil t.), laranja (634,3 mil t.) e uva (52,3 mil t.) registraram, respectivamente, variações positivas de 3,4%, 0,2% e 15,3%, em relação à safra anterior.

As projeções ainda indicam uma produção de 861,5 mil t. de mandioca, 10,5% inferior à de 2020. A batata-inglesa teve sua produção estimada em 208,2 mil toneladas, crescimento interanual de 4,1%. O tomate teve queda nas projeções (13,7%), que ficaram estimadas em 208,2 mil toneladas.

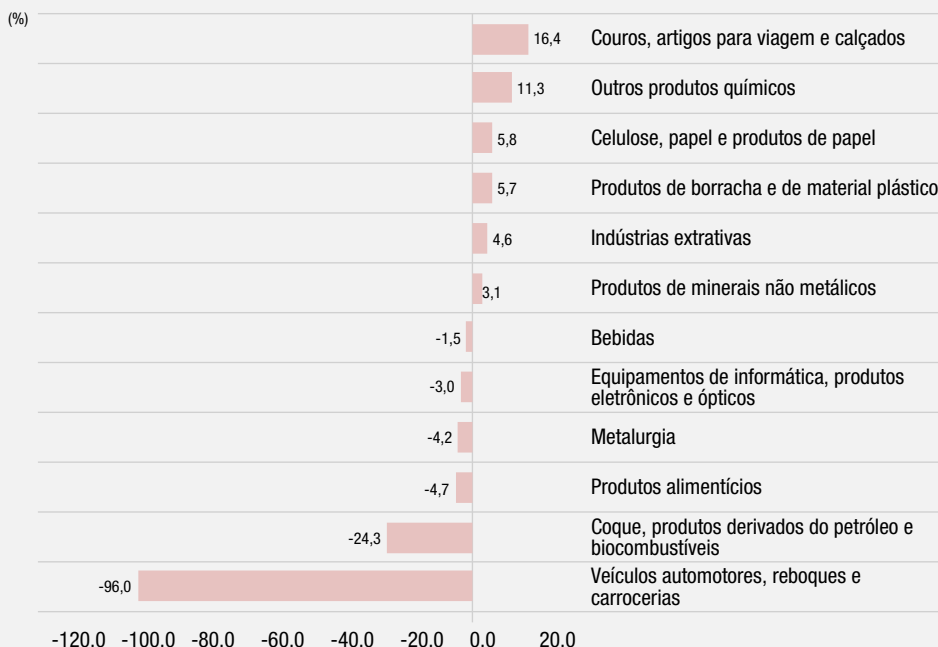
SETOR INDUSTRIAL

No primeiro trimestre de 2021, o indicador da produção física da indústria (extrativa e de transformação) baiana, divulgado na Pesquisa Industrial Mensal (2021), reflete o novo surto de casos de covid-19 no estado e, principalmente, o impacto do encerramento das atividades da indústria baiana de automóveis. Assim, a produção da indústria baiana teve retração de 17,9% no trimestre. Metade dos segmentos da indústria baiana exibiu recuo na produção, conforme dados ilustrados no Gráfico 4.

Considerando-se os segmentos que mais influenciaram o resultado negativo da indústria baiana, tem-se, primeiramente, o setor Veículos que teve as atividades da unidade de produção local de automóveis encerradas em janeiro de 2021. No primeiro trimestre do ano, a produção caiu 96,0%. Segundo a montadora, a decisão de encerrar a produção no estado foi motivada por processo de reestruturação global da empresa (FORD MEDIA CENTER, 2021).

A produção da indústria baiana teve retração de 17,9% no trimestre. Metade dos segmentos da indústria baiana exibiu recuo na produção

Gráfico 4
Produção física da indústria por setor de atividade (%) – Bahia – jan.-mar. 2021



Fonte: Pesquisa Industrial Mensal (2021).
 Elaboração: SEI/Distat/CAC.
 Nota: Variação acumulada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

Por sua vez, a indústria de Derivados de petróleo apresentou a segunda maior contribuição para a taxa negativa da indústria baiana no período, impulsionada pela queda na produção de óleo combustível, óleo diesel e naftas para petroquímica. A refinaria do estado foi vendida recentemente e atravessa um processo de ajuste para a transferência de propriedade.

O setor de Produtos alimentícios apresentou queda de 4,7% no trimestre. Na Bahia, houve queda, principalmente, na produção de farinha de trigo, óleo de soja refinado e biscoitos e bolachas.

O setor Metalúrgico foi impactado principalmente, na produção de cobre, com redução na produção de barras, perfis e vergalhões de cobre e de ligas de cobre. Ao mesmo tempo, o setor vem sendo afetado pelo encerramento das atividades de unidade fabril de ferroligas de manganês que ocorreu em fins de 2020 (VALE, 2020).

A indústria de Bebidas, que teve recuperação observada nos terceiro e quarto trimestres, com taxas de 20,1% e 9,9%, respectivamente, comparadas ao mesmo período do ano anterior, reverteu o crescimento e apresentou queda de 1,5% no trimestre, impactada pela queda na produção de refrigerantes e águas minerais naturais. Importante ressaltar que o setor é dependente dos grandes eventos (Réveillon, Carnaval, entre outros), que em razão da pandemia foram suspensos.

A principal contribuição positiva para o trimestre veio do setor de Produtos químicos, que apresentou aumento de 11,3% no ano

A principal contribuição positiva para o trimestre veio do setor de Produtos químicos, que apresentou aumento de 11,3% no ano, atribuído, principalmente, ao crescimento na produção de princípios ativos para herbicidas, propeno não saturado e adubos ou fertilizantes com NPK.

O setor de Couro e calçados foi um dos setores mais afetados da indústria baiana durante a pandemia, com encerramento de atividades por algumas empresas de calçados e demissão de vários funcionários. Porém, a abertura do varejo físico a partir do segundo semestre de 2020 foi fundamental para a recuperação gradual do setor. No quarto trimestre de 2020, o setor alcançou crescimento de 6,4%, em relação ao mesmo período do ano anterior e, no primeiro trimestre de 2021, manteve o crescimento, alcançando taxa de 16,4%.

A produção de Celulose e papel foi maior em decorrência do aumento na demanda por celulose, principalmente, devido ao aquecimento dos segmentos de papel *tissue*, de uso doméstico; papel cartão e papéis especiais, utilizados em embalagens; e papéis gráficos, que tem a demanda sazonalmente aquecida no período (SUZANO, 2021). Assim, o setor cresceu no quarto trimestre de 2020 e no primeiro trimestre deste ano, respectivamente, 7,6% e 5,8%.

Por sua vez, o segmento de Borracha e material plástico, com aumento de 5,7%, teve o desempenho influenciado principalmente pelo aumento na produção de pneus novos para automóveis, caminhões e ônibus, mas houve também crescimento na produção de materiais plásticos utilizados em embalagens plásticas.

A produção de Minerais não metálicos, que avançou 3,1%, foi impactada pela melhora do setor da Construção, o que aumentou, principalmente, a produção de elementos pré-fabricados para construção civil de cimento ou concreto, ladrilhos, placas e azulejos de cerâmica p/ pavimentação ou revestimento esmaltados, massa de concreto e argamassa.

A indústria Extrativa, de acordo com o IBGE [...] cresceu 4,6% no primeiro trimestre de 2021, principalmente em decorrência do aumento na produção de minérios de cobre em bruto ou beneficiados; magnésia, outros óxidos de magnésio e carbonato de magnésio natural e gás natural

A indústria Extrativa, de acordo com o IBGE (PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL, 2021), cresceu 4,6% no primeiro trimestre de 2021, principalmente em decorrência do aumento na produção de minérios de cobre em bruto ou beneficiados; magnésia, outros óxidos de magnésio e carbonato de magnésio natural e gás natural.

Em termos de perspectivas, os indicadores de produção física, com ajuste sazonal, mostram que a indústria baiana já acumula queda 20,2% entre dezembro e março. Tal resultado indica o quão lenta será a retomada da indústria baiana.

COMÉRCIO EXTERIOR

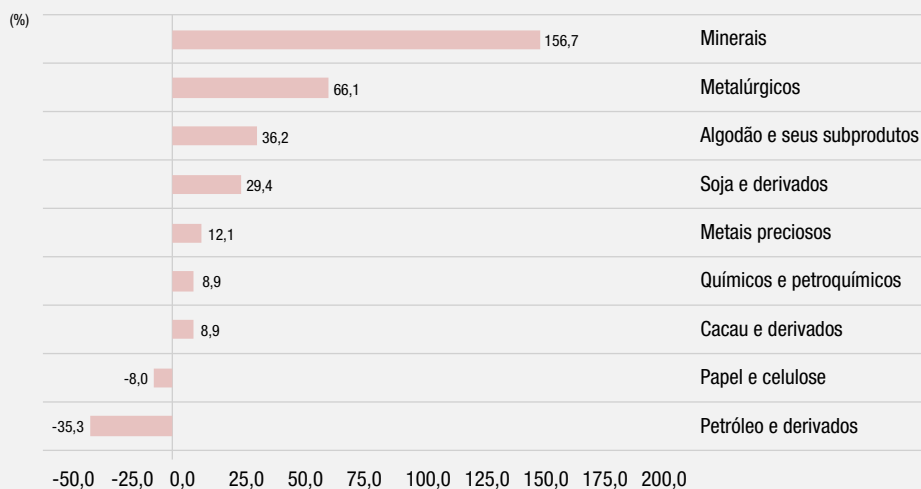
A balança comercial da Bahia registrou superávit de US\$ 168 milhões no período de janeiro a abril de 2021, de acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), divulgados no Boletim de Comércio Exterior da Bahia (2021), da SEI. As exportações alcançaram US\$ 2,60 bilhões e ficaram 7,5% acima das registradas em igual período de 2020, enquanto as importações somaram US\$ 2,43 bilhões – maiores em 37,3% se comparadas como as do mesmo período do ano anterior. A corrente do comércio exterior do estado alcançou US\$ 5,03 bilhões, avançando 20,1% em relação ao resultado de igual período de 2020.

Considerando-se os produtos da agropecuária, destacam-se as vendas de Soja e derivados, com alta de 29,4% no período, conforme ilustrado no Gráfico 5. Ressaltam-se também os aumentos nas exportações de Algodão e subprodutos (36,2%) e de Cacau e derivados (8,9%).

Entre os segmentos da Indústria de transformação, destaca-se o aumento em Químicos e petroquímicos (8,9%) e Metalúrgicos (66,1%). Em sentido contrário, os principais recuos foram observados em Papel e celulose (-8,0%) e Petróleo e derivados (-35,3%). Considerando-se as vendas da Indústria extrativa, houve crescimento no segmento de Minerais (156,7%) e em Metais preciosos (12,1%).

O aumento das compras externas no período deveu-se ao aumento nas categorias de uso: combustíveis e lubrificantes (79,0%), bens intermediários (29,0%), bens de consumo duráveis (95,0%). Porém, bens de consumo

Gráfico 5
Exportações baianas – Principais segmentos – Jan.-abr. 2021

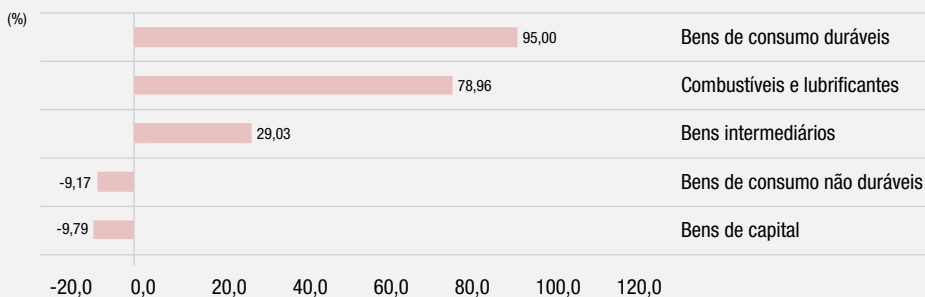


Fonte: Boletim de Comércio Exterior da Bahia (2021).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Nota: dados coletados em 6/5/2021.

Gráfico 6
Importações baianas por categoria de uso – Jan.-abr. 2021



Fonte: Boletim de Comércio Exterior da Bahia (2021).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Nota: dados coletados em 6/5/2021.

não duráveis (-9,2%) e bens de capital (-9,8%) apresentaram queda no período (Gráfico 6).

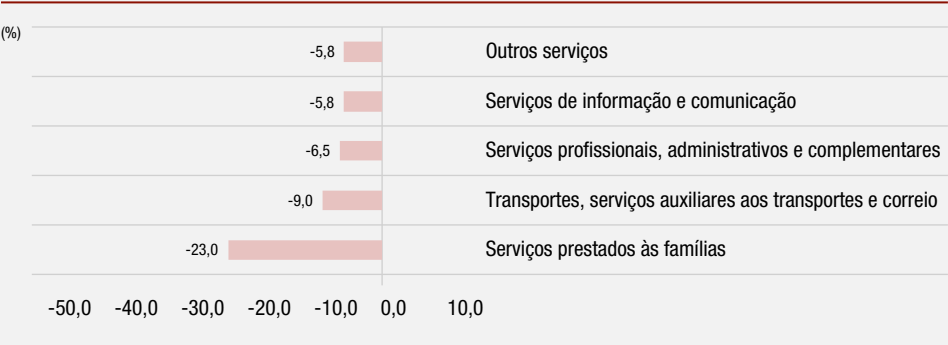
Portanto, no primeiro quadrimestre de 2021, as vendas externas baianas tiveram crescimento inferior à média do Brasil (25,0%), refletindo as baixas exportações de óleo combustível (-35,0%). Enquanto as importações

exibiram grande avanço em praticamente todos os meses, com exceção para o mês de fevereiro, que teve forte retração das compras de sulfetos de minérios de cobre (-19,3%). O aumento das importações baianas no acumulado do ano foi maior que o observado na média do Brasil (12,6%), evidenciando leve recuperação da indústria baiana mesmo com os elevados índices de casos de covid-19, uma vez que os produtos importados são basicamente de insumos industriais, a exemplo de nafta petroquímica, sulfetos de minérios de cobre, GNL, entre outros.

SETOR DE SERVIÇOS

Com base na Pesquisa Mensal de Serviços (2021) do IBGE, houve queda de 9,8% no volume de Serviços no primeiro trimestre de 2021 em relação ao mesmo período do ano anterior. Tal resultado deveu-se à queda em todas as cinco atividades do setor, como ilustrado no Gráfico 7, destacando-se Serviços prestados às famílias (-23,0%), Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (-9,0%) e Serviços profissionais, administrativos e complementares (-6,5%).

Gráfico 7
Volume de Serviços – Bahia – Jan.-mar. 2021



Fonte: Pesquisa Mensal de Serviços (2021).
 Elaboração: SEI/Distat/CAC.
 Nota: variação acumulada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

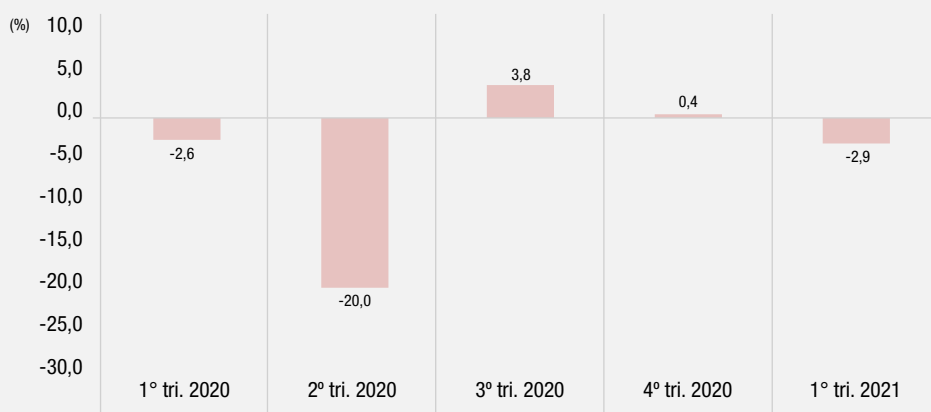
COMÉRCIO VAREJISTA

O comércio varejista registrou recuo nas vendas no primeiro trimestre de 2021. O agravamento da pandemia, a elevação da inflação, a aprovação do valor pago para o Auxílio Emergencial abaixo do esperado e o aumento da taxa de juros foram determinantes para a queda dos negócios. Com a instabilidade no cenário econômico, o consumidor tem adotado um comportamento cauteloso nos seus gastos, o que reforça a tendência de queda nos números do setor.

No primeiro trimestre de 2021, de acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio (2021), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o volume de vendas do comércio varejista registrou queda de 2,9%, em relação a igual trimestre do ano anterior (Gráfico 8). Nessa mesma base de comparação, o varejo nacional apresentou taxa negativa de 0,6%.

Nesse trimestre, o comportamento das vendas revelou que o setor continua refletindo fortemente os impactos da pandemia provocada pelo coronavírus. As medidas de restrição total das atividades não essenciais adotadas pelo governo do estado com a finalidade de conter o avanço da covid-19, verificadas no final do mês de fevereiro se refletiram nos resultados das

Gráfico 8
Volume de vendas do comércio varejista – Bahia – 1º trimestre 2020-1º trimestre 2021

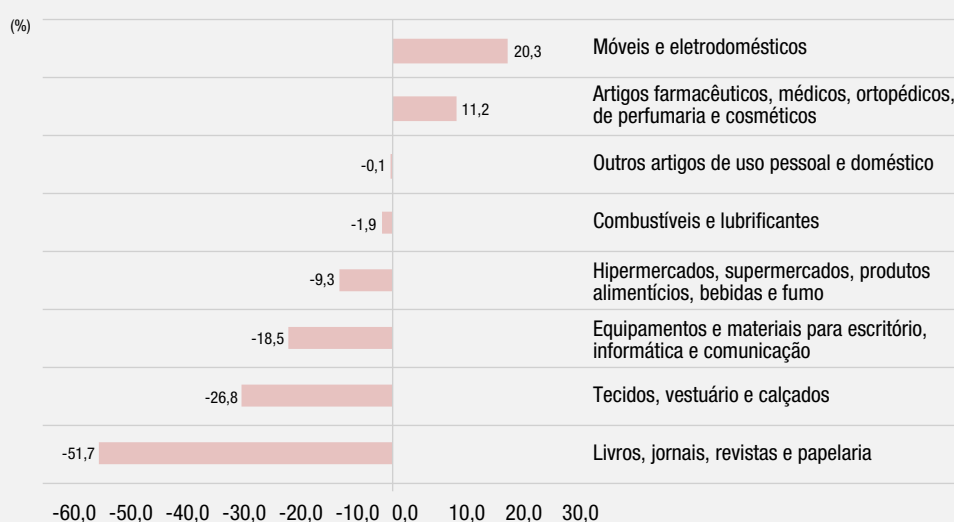


Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio (2021).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Nota: Variação do trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Gráfico 9
Volume de vendas das atividades do comércio varejista – Bahia – 1º trimestre 2021



Fonte: Pesquisa Mensal de Comércio (2021).
 Elaboração: SEI/Distat/CAC.
 Nota: Variação do trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

vendas neste período. Das oito atividades que compõem o setor, somente duas apresentaram comportamento positivo nas vendas, são elas: Móveis e eletrodomésticos (20,3%) e Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (11,2%). As demais registraram quedas nas vendas, inclusive a atividade de Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-9,3%), segmento de maior representatividade para o setor de comércio varejista (Gráfico 9).

O segmento de Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo registrou, na Bahia, retração de 9,3% no trimestre. No subgrupo hipermercados e supermercados houve recuo de 6,1%, na mesma base de comparação. A despeito da sua relevância para o setor, a redução registrada no volume de vendas na atividade geral se deve ao aumento de preços dos alimentos que compõem a cesta básica. Além do que, no início da pandemia, as vendas de supermercados tiveram forte alta em razão de muitos consumidores comprarem a mais para fazer estoque, em casa, dos produtos comercializados por essa atividade, fato que numa base de comparação recai sobre o resultado apontado para as vendas da atividade no trimestre.

Tabela 1
Volume de vendas das atividades do comércio varejista – Bahia – 1º trimestre 2021 (1)

Atividade	%
Comércio Varejista	-2,9
1 - Combustíveis e lubrificantes	-1,9
2 - Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-9,3
2.1 - Hipermercados e supermercados	-6,1
3 - Tecidos, vestuário e calçados	-26,8
4 - Móveis e eletrodomésticos	20,3
4.1 - Móveis	17,1
4.2 - Eletrodomésticos	21,7
5 - Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria	11,2
6 - Equipamentos e material de escritório, informática e comunicação	-18,5
7 - Livros, jornais, revistas e papelaria	-51,7
8 - Outros artigos de uso pessoal e doméstico	-0,1
Comércio Varejista Ampliado (2)	-0,7
9 - Veículos, motos, partes e peças	5,6
10 - Material de construção	0,9

Fonte: Pesquisa Mensal de Comércio (2021).

Elaboração: CAC/Distat/SEI.

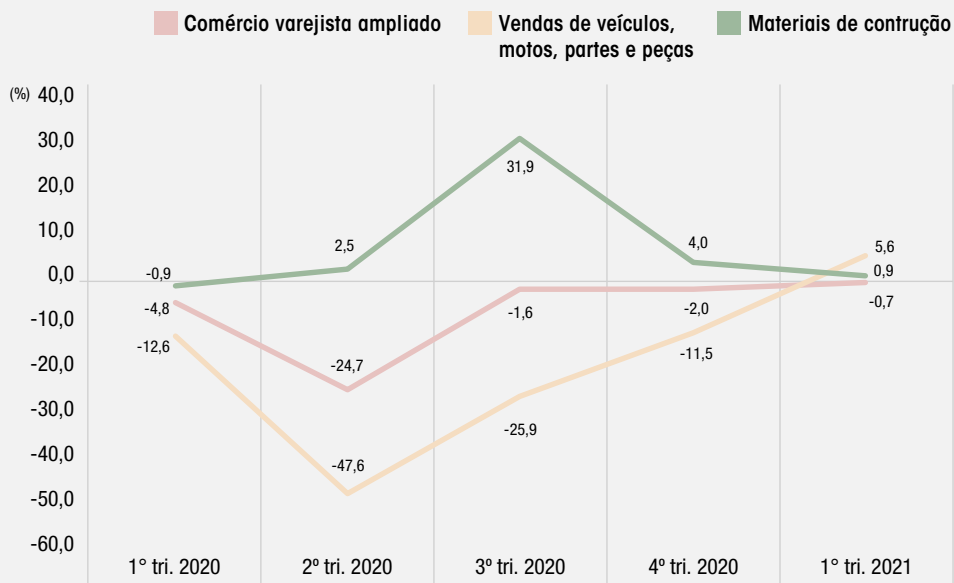
Notas: (1) Compara a variação acumulada do período de referência com igual período do ano anterior.

(2) O indicador do comércio varejista ampliado é composto pelos resultados das atividades numeradas de 1 a 10.

No trimestre, o comportamento de Móveis e eletrodomésticos e Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos foram responsáveis por atenuar a intensidade do recuo nas vendas do varejo baiano no período. O primeiro foi influenciado pelos efeitos psicológicos sobre os consumidores com a chegada das vacinas contra a covid-19 e a avaliação do governo federal e o Congresso Nacional para a liberação de uma nova etapa do Auxílio Emergencial durante três meses. O segundo teve seu negócio estimulado pela manutenção da demanda por produtos que elevem a imunidade, dado o aumento de casos de infecção provocada pelo vírus e de uma desaceleração nos preços dos produtos comercializados no ramo (Tabela 1).

No comércio varejista ampliado, que inclui o varejo e mais as atividades de Veículos, motos, partes e peças e de Material de construção a retração no primeiro trimestre foi de 0,7%, em relação a igual trimestre do ano anterior. Enquanto, o segmento de Veículos, motos, partes e peças e Material de construção registraram crescimento de 5,6%, e 0,9%, respectivamente (Gráfico 10). Em igual comparação, as taxas no País foram positivas em 1,4%, 0,3% e 20,4%, respectivamente.

Gráfico 10
Volume de vendas das atividades do comércio varejista ampliado – Bahia – 1º trimestre 2020-1º trimestre 2021



Fonte: Pesquisa Mensal de Comércio
Elaboração: SEI/Distat/CAC.
Nota: Variação do trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Na análise interanual, quando observado o comportamento do comércio ampliado e dos segmentos que o compõem, verifica-se que o ritmo de queda do setor foi amenizado, evidenciado na mudança de trajetória das atividades que o compõe.

O comportamento de Veículos, motos, partes e peças nesse período reflete um efeito estatístico, uma vez que nos primeiros três meses do ano passado os negócios recuaram em 12,7%. Fortemente influenciada pelo crédito, essa atividade teve suas vendas comprometidas por 12 meses consecutivos em razão do “oceano” de incertezas quanto ao comportamento da atividade econômica no País, provocada pela covid-19. Esse cenário levou as instituições financeiras a restringirem a liberação de crédito, dada a iminente elevação da taxa de inadimplência.

Já Material de construção, apesar de também ser influenciado pela incerteza, registrando taxas negativas nos três primeiros meses de reconhecimento oficial da pandemia, nos meses subsequentes apresentou crescimentos expressivos, compensando o período em que registrou retração nas vendas. Em junho de 2020, a expansão da atividade chegou a 42,1%,

em relação a igual mês de 2019, influenciada pela liberação do Auxílio Emergencial, flexibilização das medidas de isolamento social na época e demanda reprimida. O seu comportamento no primeiro trimestre de 2021 indica que essa atividade passa por um período de acomodação.

Assim, as expectativas para o segundo trimestre de 2021 são de que o setor continuará refletindo os impactos da pandemia provocada pelo coronavírus, embora não seja na mesma magnitude que o ano passado, pois o País se adaptou mais a esse cenário com soluções de *e-commerce* e *delivery*. Entretanto, na comparação interanual, frente a igual período de 2020, o varejo deverá apresentar taxas positivas, por isso a análise do comportamento do varejo deverá ser feita com cautela. A explicação para esse comportamento está no efeito estatístico, pois no ano passado, abril, maio e junho foram os piores meses desde o reconhecimento da pandemia, resultando numa base de comparação extremamente depreciada.

Outro aspecto a ser ressaltado é que, dado o processo inflacionário, os segmentos mais dependentes da renda, possivelmente, continuem sentindo os efeitos do cenário de instabilidade econômica de forma mais intensa do que os que dependem do crédito. Nesse sentido, acredita-se que uma retomada do crescimento nas vendas dependerá de um retorno consistente do otimismo dos consumidores que, por sua vez, está relacionado com a evolução mais efetiva do mercado de trabalho e do avanço do processo de imunização no País, pois, assim, os consumidores serão encorajados para ampliar os seus gastos, principalmente nas atividades com características de atendimento presencial.

MERCADO DE TRABALHO

O mercado de trabalho baiano ainda reflete os impactos da pandemia de covid-19. Os indicadores de emprego podem ser verificados a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2021), do IBGE, e do Novo Cadastro de Empregados e Desempregados (Novo Caged), do Ministério da Economia (ME) (BRASIL, 2021).

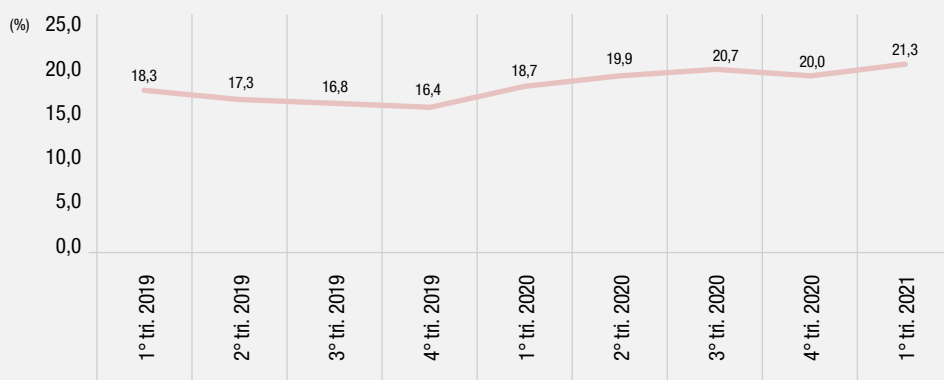
A taxa de desocupação para a Bahia, apurada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2021), do IBGE, passou de 20,0%, no quarto trimestre, para 21,3% no primeiro trimestre de 2021, registrando acréscimo de 1,3 p.p. entre os períodos. Ao mesmo tempo, ocorreu aumento de 2,6

As expectativas para o segundo trimestre de 2021 são de que o setor continuará refletindo os impactos da pandemia provocada pelo coronavírus, embora não seja na mesma magnitude que o ano passado

p.p. da taxa de desocupação no primeiro trimestre de 2021 em comparação com o primeiro trimestre de 2020. A trajetória do índice de desocupação a partir de 2019 pode ser observada no Gráfico 11.

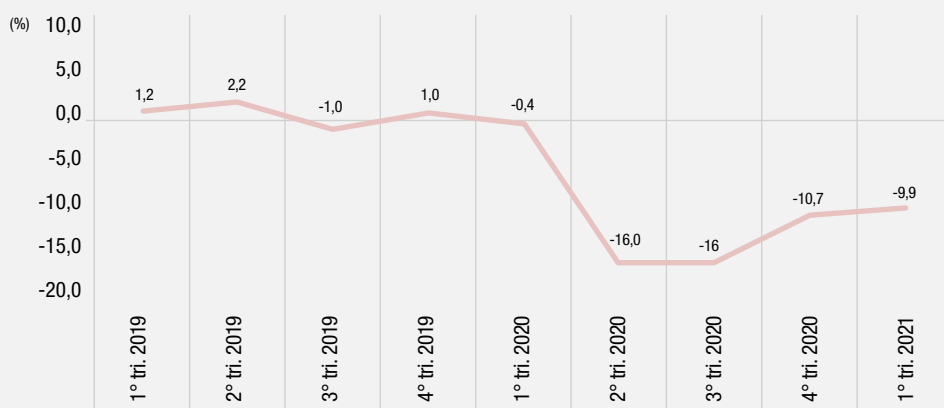
A população ocupada na Bahia recuou 9,9% no primeiro trimestre de 2021 em relação ao mesmo período do ano anterior, enquanto, na média nacional, houve queda de 7,1% na mesma base de comparação (Gráfico 12). No que diz respeito à distribuição setorial da população ocupada na

Gráfico 11
Taxa de desocupação (1) – Bahia – 1º trimestre 2019-1º trimestre 2021



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2021).
Elaboração: SEI/Distat/CAC.
Nota: (1) Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência.

Gráfico 12
Pessoas ocupadas (%) (1) (2) – Bahia – 1º trimestre 2019-1º trimestre 2021



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2021).
Elaboração: SEI/Distat/CAC.
Nota: 1) pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência.
2) variação do trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Bahia, os resultados destacam, no confronto entre os ocupados no primeiro trimestre de 2021 e de 2020, o desempenho negativo nos segmentos Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (-6,6%), Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais (-13,0%), Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (-7,3%), Indústria geral (-20,4%) e Construção (-13,8%). Por sua vez, ressalta-se o único avanço em Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (8,0%).

Considerando-se os dados desagregados setorialmente para o estado, todos os cinco setores de atividade apresentaram saldos positivos

Na análise da população ocupada assalariada quanto à posição na ocupação no estado, verificou-se que os empregados do setor privado (exclusive domésticos) com carteira assinada tiveram queda de 13,1% no primeiro trimestre de 2021 em relação ao mesmo período do ano anterior. Ao mesmo tempo, os empregados do setor privado sem carteira assinada reduziram-se em 8,1%.

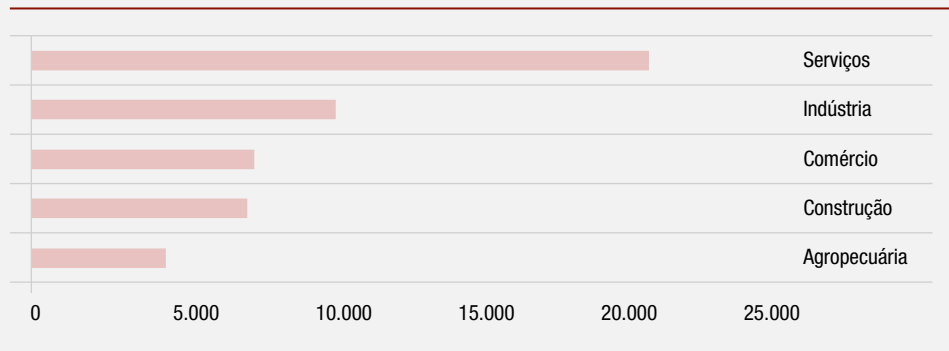
O rendimento habitual médio real (em todos os trabalhos) recuou 8,3% para os ocupados, na comparação entre o primeiro trimestre de 2021 e o mesmo período de 2020. Da mesma forma, a massa de rendimentos reais (em todos os trabalhos) reduziu-se em 17,8%. Portanto, o recuo dos rendimentos médios observado no trimestre e a forte queda da população ocupada causaram um considerável impacto negativo na massa salarial real.

Quanto ao emprego formal, no período de janeiro a abril de 2021, a Bahia criou 52.362 postos de trabalho, de acordo com os dados do Novo Caged (BRASIL, 2021) divulgados pelo Ministério da Economia. Isso corresponde à variação percentual do estoque de emprego de 3,07%, acima da média nacional (2,43%) e acima da nordestina (1,39%). No País houve saldo positivo de 957.889 postos e no Nordeste foram abertos 88.576 postos.

Considerando-se os dados desagregados setorialmente para o estado, todos os cinco setores de atividade apresentaram saldos positivos, destacando-se Serviços, com 21.615 postos, Indústria, com 10.658, e Comércio, com 7.814 postos de trabalho, como ilustrado no Gráfico 13.

Os indicadores analisados apontaram um quadro de recuperação do mercado de trabalho baiano em 2021, principalmente com significativa criação dos empregos formais, mas deve-se considerar a elevada taxa de desemprego e a queda nos rendimentos trabalho no primeiro trimestre do ano. O grande número de casos de covid-19 ainda inibe uma retomada mais forte da ocupação no estado.

Gráfico 13
Saldo de empregos celetistas, por setor de atividade econômica – Bahia – Jan.-abr. 2021



Fonte: Brasil (2021).
Elaboração: SEI/Distat/CAC. Dados divulgados em maio de 2021.
Notas: Saldo líquido = admitidos e desligados. Todos os setores incluídos.
Inclusive informações fora do prazo, até abril de 2021.
Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes (2021).
Dados com o ajuste da nova metodologia adotada pelo Ministério da Economia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após mais de um ano da crise sanitária, com grande perda de vidas e forte impacto na economia global, especialmente no nível de emprego e de renda, a economia do País ainda atravessa momentos difíceis devido aos novos surtos de casos de covid-19, como retratado nos indicadores expostos nas seções anteriores. Alguns setores de atividade mantiveram o nível de crescimento, como a Agropecuária, mas outros ainda sofrem impactos significativos, principalmente aqueles ligados ao setor de Serviços. No entanto, mesmo com a grande incerteza quanto à condição futura da economia, já existem várias vacinas disponíveis para a imunização da população global, que contribuem para as expectativas de crescimento do nível de atividade em 2021.

Segundo o International Monetary Fund (IMF) (2021), no último World Economic Outlook Reports, divulgado em abril, a taxa do PIB global no ano de 2021 deverá registrar aumento de 6,0%. Para as economias avançadas, a estimativa é de um avanço de 5,1%, destacando-se a taxa de 6,4% para os EUA e de 4,4% para a área do euro. Para as economias emergentes, projeta-se variação positiva de 6,7%. Neste grupo destaca-se o crescimento da China, com taxa de 8,4%, e avanço de 3,7% para o Brasil.

Por sua vez, as previsões do mercado financeiro para o PIB nacional indicam crescimento um pouco maior de 5,05% em 2021, segundo o boletim Focus (2021), divulgado em 28 de junho deste ano. Ainda segundo a mesma fonte, a inflação deve ficar em 5,97% e a expectativa é de que a taxa Selic atinja 6,5% a.a.

Na última reunião do Copom, realizada em 16 de junho, o Comitê elevou a Taxa Selic em 0,75 ponto percentual, para 4,25% a.a. Segundo o Comitê (REUNIÃO DO COMITÊ DE POLÍTICA MONETÁRIA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2021), é importante

[...] a normalização da taxa de juros para patamar considerado neutro. Esse ajuste é necessário para mitigar a disseminação dos atuais choques temporários sobre a inflação. [...] [e] que não há compromisso com essa posição e que os passos futuros da política monetária poderão ser ajustados para assegurar o cumprimento da meta de inflação (REUNIÃO DO COMITÊ DE POLÍTICA MONETÁRIA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2021, p. 5).

O Índice de Confiança do Consumidor (ICC), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) (SONDAGEM DO CONSUMIDOR, 2021), subiu 3,7 pontos em maio, para 76,2 pontos, 4,0 p.p. abaixo do nível de março de 2021, quando a economia começou a ser impactada pela pandemia da covid-19. Segundo a FGV, “[...] mesmo otimistas com relação a situação econômica do País nos próximos meses, a expectativa das finanças pessoais não avançam e o ímpeto para consumo continua muito baixo” (SONDAGEM DO CONSUMIDOR, 2021, p. 1).

Por sua vez, o indicador da confiança empresarial, também divulgado pela FGV (SONDAGEM EMPRESARIAL, 2021), subiu 7,9 pontos em maio, para 97,7 pontos, maior nível desde março de 2014. Para a FGV,

[...] os destaques setoriais foram novamente as altas da confiança do Comércio e de Serviços, os dois segmentos que mais sofreram no bimestre março/abril. [...] Os índices de confiança da Indústria de Transformação e da Construção também subiram em maio, após quatro meses de queda. (SONDAGEM EMPRESARIAL, 2021, p. 1).

As previsões do mercado financeiro para o PIB nacional indicam crescimento um pouco maior de 5,05% em 2021, segundo o boletim Focus (2021), divulgado em 28 de junho deste ano

As políticas de transferência de renda adotadas pelo governo só tiveram início no segundo trimestre do ano e os seus efeitos sobre o consumo de bens serão bem abaixo daquelas medidas adotadas em 2020

As políticas de transferência de renda adotadas pelo governo só tiveram início no segundo trimestre do ano e os seus efeitos sobre o consumo de bens serão bem abaixo daquelas medidas adotadas em 2020, devido ao baixo volume de recursos empregado nesta etapa.

Os impactos dos novos casos de covid-19 na economia baiana recaem principalmente no setor de serviços. O cenário para os próximos meses ainda é incerto, com forte impacto econômico e social. O crescimento modesto no primeiro trimestre do ano, com taxa de 1,0%, em relação ao trimestre anterior, impulsionado pelo varejo e algumas atividades do setor de serviços, indica que a atividade no primeiro semestre será moderada. Projeta-se uma forte recuperação econômica no segundo semestre do ano, liderada pelo consumo das famílias e exportações, considerando-se a eficácia da implementação da vacinação e o controle da propagação do vírus. Porém, o elevado desemprego pesará sobre a renda familiar, contribuindo para pressionar os níveis de consumo e, consequentemente, o nível de atividade.

As vendas externas continuarão se beneficiando da recuperação da demanda global por alimentos e minerais e do aumento dos preços internacionais das *commodities*. A demanda de importação vai aumentar progressivamente de acordo com a retomada da economia. E o desemprego tende a diminuir lentamente em meio a um retorno de trabalhadores anteriormente desencorajados para mercado de trabalho.

Apesar da redução significativa dos riscos para a recuperação econômica, ainda há bastante incerteza sobre o ritmo de crescimento. Entre os fatores que podem retardar o crescimento da atividade econômica destaca-se o risco de surgimento ou disseminação de novas variantes do vírus, a dificuldade para obtenção de insumos e as pressões de custo em algumas cadeias produtivas.

REFERÊNCIAS

ACOMPANHAMENTO DA SAFRA BAIANA. Salvador: SEI, abr. 2021. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/images/indicadores_especiais/pdf/safras/safras_abr_2021.pdf. Acesso em: 10 jun. 2021.

ACOMPANHAMENTO DA SAFRA BRASILEIRA DE GRÃOS: safra 2020/21. Brasília: CONAB, v. 8, n. 8, maio 2021. Oitavo levantamento. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/graos>. Acesso em: 25 maio 2021.

ADEMI BAHIA. “Boom” imobiliário na Bahia: novos lançamentos crescem 100% em Salvador e vendas disparam no 1º trimestre de 2021. Salvador, 03 maio 2021. Disponível em: <https://ademi-ba.com.br/Site/Noticia/%E2%80%9Cboom%E2%80%9D-imobiliario-na-bahia-novos-lancamentos-crescem-100-em-salvador-e-vendas-disparam-no-1%C2%BA-trimestre-de-2021>. Acesso em: 15 jun. 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Estatísticas fiscais*. Brasília, 30 jun. 2021. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/estatisticasfiscais>. Acesso em: 30 jun. 2021.

BOLETIM DE COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA. Salvador: SEI, abr. 2021. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/bce/bce_abr_2021.pdf. Acesso em: 12 jun. 2021.

BOLETIM MENSAL DO CAGED. Salvador: SEI, abr. 2021. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/caged/rel_CAGED_abr21.pdf. Acesso em: 15 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Economia. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. *Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados*: estatísticas mensais do mercado de trabalho formal. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/novo-caged>. Acesso em: 15 jun. 2021.

CARNEIRO, Lucianne. Efeito estatístico vai provocar ilusão de crescimento em março e abril. *Valor Econômico*, Rio de Janeiro, 24 abr. 2021. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/04/22/efeito-estatistico-vai-provocar-ilusao-de-crescimento-em-marco-e-abril.ghml>. Acesso em: 2 abr. 2021.

CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS: indicadores de volume e valores correntes. Rio de Janeiro: IBGE, jan./mar. 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2121/cnt_2021_1tri.pdf. Acesso em: 01 jun. 2021.

EUROPEAN COMMISSION. Eurostat. *GDP down by 0.6% and employment down by 0.3% in the euro area*. [S. l.]: Eurostat, 18 May 2021. (Euroindicators, 58/2021). Disponível em: <https://ec.europa.eu/eurostat/documents/2995521/11563087/2-18052021-AP-EN.pdf/c892ab6d-ecc0-8152-00aa-929e2e838db4?t=1621325416766>. Acesso em: 06 jun. 2021.

FOCUS: relatório de mercado. Brasília: BCB, 25 jun. 2021. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/focus/focus/R20210625.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2021.

FORD MEDIA CENTER. *Ford avança na reestruturação da América do Sul, encerra as operações de manufatura no Brasil e atende clientes com nova linha de produtos*. São Paulo, 11 jan. 2021. Disponível em: <https://media.ford.com/content/fordmedia/fsa/br/pt/news/2021/01/11/ford-avanca-na-reestruturacao-da-america-do-sul--encerra-as-oper.html>. Acesso em: 11 jan. 2021.

GARCIA, Pedro Mendes; SOUZA JÚNIOR, José Ronaldo de C.; SERVO, Fabio. Projeção do valor adicionado do setor agropecuário para 2021. *Carta de Conjuntura*, Brasília, n. 50, 1. tri. 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/210323_cc_50_nota_24_pib_agro.pdf. Acesso em: 25 maio 2021.

INFORMATIVO PIB TRIMESTRAL. Salvador: SEI, jan./mar. 2021. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/images/pib/pdf/estadual/trimestral/bol_PIB_trim_2021_1.pdf. Acesso em: 10 jun. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA. *Confiança do Consumidor sobe em abril, recuperando 44% da queda de março*. Rio de Janeiro, 28 abr. 2021. Disponível em: <https://portalibre.fgv.br/noticias/confianca-do-consumidor-sobe-em-abril-recuperando-44-da-queda-de-marco>. Acesso em: 28 abr. 2021.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. *World economic outlook: managing divergent recoveries*. Washington, DC: IMF, Apr. 2021. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2021/03/23/world-economic-outlook-april-2021>. Acesso em: 14 jun. 2021.

LAMEIRAS, Maria Andréia Parente; CORSEUIL, Carlos Henrique; RAMOS, Lauro. Desempenho recente do mercado de trabalho. *Carta de Conjuntura*, Brasília, n. 51, 2. tri. 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/210628_cc_51_nota_32_mercado_de_trabalho.pdf. Acesso em: 28 jun. 2021.

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro: IBGE, abril 2021. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/lspa/bahia>. Acesso em: 20 maio 2021.

OECD ECONOMIC OUTLOOK. Paris: OECD, v. 2021, n. 1, May 2021. Disponível em: https://read.oecd-ilibrary.org/economics/oecd-economic-outlook/volume-2021/issue-1_edfbca02-en#page1. Acesso em: 05 jun. 2021.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. *Quarterly GDP* (indicator). Disponível em: <https://data.oecd.org/gdp/quarterly-gdp.htm#indicator-chart>. Acesso em: 27 jun. 2021.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL: produção física: regional. Rio de Janeiro: IBGE, mar. 2021. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pimpfrg/bahia>. Acesso em: 11 jun. 2021.

PESQUISA MENSAL DE COMÉRCIO. Rio de Janeiro: IBGE, mar. 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/230/pmc_2021_mar.pdf. Acesso em: 07 maio 2021.

PESQUISA MENSAL DE SERVIÇOS. Rio de Janeiro: IBGE, mar. 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2419/pms_2021_mar.pdf. Acesso em: 15 jun. 2021.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA. Rio de Janeiro: IBGE, 1. tri. 2021. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Quadro_Sintetico/2021/pnadc_202101_trimestre_quadroSintetico.pdf. Acesso em: 01 jun. 2021.

PINHEIRO, Armando Castelar; MATOS, Sílvia. Atividade surpreende positivamente no curto prazo, mas incerteza segue alta. *Boletim Macro Ibre*, Rio de Janeiro, n. 119, maio

2021. Disponível em: https://portalibre.fgv.br/sites/default/files/2021-05/2021-05_2-boletim-macro.pdf. Acesso em: 02 jun. 2021.

RELATÓRIO DE INFLAÇÃO. Brasília: Bacen, v. 23, n. 2, jun. 2021. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/ri/relatorioinflacao/202106/ri202106p.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2021.

REUNIÃO DO COMITÊ DE POLÍTICA MONETÁRIA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, 239., 2021, Brasília. *Ata [...]*. Brasília: Bacen, jun. 2021. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/atascomopm>. Acesso em: 22 jun. 2021.

SISTEMA NACIONAL DE ÍNDICES DE PREÇOS AO CONSUMIDOR: IPCA e INPC. Rio de Janeiro: IBGE, maio 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2021_maio.pdf. Acesso em: 10 jun. 2021.

SONDAGEM DO CONSUMIDOR. Rio de Janeiro: IBRE, maio 2021. Disponível em: https://portalibre.fgv.br/sites/default/files/2021-05/sondagem-do-consumidor-fgv_press-release_mai21.pdf. Acesso em: 21 jun. 2021.

SONDAGEM EMPRESARIAL. Rio de Janeiro: IBRE, maio 2021. Disponível em: https://portalibre.fgv.br/sites/default/files/2021-05/indice-de-confianca-empresarial-fgv_press-release_mai21.pdf. Acesso em: 21 jun. 2021.

SUZANO. *EBITDA ajustado atinge maior patamar desde 3T18. Alavancagem tem queda para 3,8x em USD*. São Paulo, 12 maio 2021. Disponível em: https://s1.q4cdn.com/987436133/files/doc_financials/2021/T1/1T21/Release-de-Resultados_1T21_PT_vFinal_CVM.pdf. Acesso em: 20 maio 2021.

TESOURO NACIONAL (Brasil). *Monitoramento dos gastos da União com combate à covid-19*. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/painel-de-monitoramentos-dos-gastos-com-covid-19>. Acesso em: 28 jun. 2021.

VALE. *Vale informa que encerrará a operação de ferroligas da Vale Manganês, em Simões Filho*. [S. l.], 14 set. 2020. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/vale-informa-que-encerrara-a-operacao-de-ferroligas-da-vale-manganes-em-simoes-filho.aspx>. Acesso em: 19 jun. 2021.

VASSALLO, Roberta. Apesar de alta em fevereiro, varejo deve ter semestre negativo. *Exame*, [s. l.], 13 abr. 2021. Disponível em: <https://exame.com/economia/apesar-de-alta-em-fevereiro-varejo-deve-ter-semester-negativo/>. Acesso em: 22 abr. 2021.

Artigo finalizado em junho de 2021.



Antonio Henrique da Silveira

IMPACTOS DA PANDEMIA NA ESFERA ECONÔMICA

O entrevistado desta edição comemorativa da revista *Conjuntura & Planejamento* é Antonio Henrique da Silveira, secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda. Na conversa, Silveira fala sobre a América Latina como uma das regiões mais severamente atingidas pela covid-19, traz sugestões para abrandar os impactos socioeconômicos e alerta sobre seus múltiplos desafios e sobre a importância do planejamento organizado no seu processo de recuperação. O secretário também sugere que as políticas públicas devam incorporar metas de impacto em equidade e reforça a importância da imunização da população para a normalização da atividade econômica.



A América Latina foi uma das regiões mais impactadas pela pandemia da covid-19, tanto em termos econômicos quanto humanitários

SEI – AS CONSEQUÊNCIAS MAIS GRAVES DA PANDEMIA, ALÉM DO NÚMERO DE MORTES, FORAM O AUMENTO DO DESEMPREGO E DA POBREZA, COM CONSEQUENTE AUMENTO DA DESIGUALDADE ECONÔMICA, PRINCIPALMENTE NA AMÉRICA LATINA, ONDE A POPULAÇÃO EM ESTADO DE POBREZA DEVE AUMENTAR EM 45,4 MILHÕES DE PESSOAS NESTE ANO, ELEVANDO-SE PARA 230,9 MILHÕES (37,3% DA POPULAÇÃO), SEGUNDO A CEPAL. QUAIS POLÍTICAS PODEM SER ADOTADAS PARA AMENIZAR ESSES PROBLEMAS?

Antonio Silveira – De fato, a América Latina foi uma das regiões mais impactadas pela pandemia da covid-19, tanto em termos econômicos quanto humanitários. Estima-se que o PIB regional tenha sofrido uma retração de cerca de 8% em 2020 e que os indicadores de equidade tenham retroagido a patamares dos anos 1990.

Um dos fatores-chave para esta situação tão difícil foi, sem dúvida, a alta taxa de informalidade que se verifica na região, fator que também complica a formulação de políticas que efetivamente alcancem as pessoas.

Hoje ainda é cedo para falar de recuperação pós-pandemia porque a maior parte dos países está ainda no esforço de controle da propagação da doença. O pacote de políticas públicas deve, então, buscar mecanismos para minorar os impactos socioeconômicos em um ambiente pandêmico no curto prazo, ao mesmo tempo que lança os alicerces para um esforço organizado de recuperação. O aprofundamento de programas de garantia de renda é, necessariamente, parte importante da ação. Mas isso é somente parte da equação.

Se temos clareza de alguns dos efeitos permanentes da pandemia, o mais evidente é a aceleração do processo em direção à chamada “sociedade digital”, numa trajetória que já era claramente irreversível, mas que agora se aprofunda. Foi o já relativamente avançado grau de automação dos processos produtivos e a conectividade digital que nos permitiram combater a pandemia com a arma do distanciamento social sem gerar um completo colapso socioeconômico. Mas, se por um lado a sociedade digital nos aporta esta resiliência, em eventos extremos, ela também coloca em evidência múltiplos desafios. O principal talvez seja a exclusão e inequidade que essa revolução tecnológica pode provocar, especialmente considerando que não existe a opção de rechaçá-la.

Em outras palavras, a visão de política pública tem que lidar com o desafio imediato sem tirar o olho das implicações de longo prazo. E

isso requer não só a capacidade de reagir aos efeitos imediatos da pandemia, mas também um planejamento organizado para habilitar o País a incorporar a sociedade digital: garantir a infraestrutura, um sistema educacional e um ambiente de negócios que estimule a inovação e amplie os canais de inclusão social.

SEI – ALGUNS PAÍSES, COMO O BRASIL, NÃO TERIAM SUBESTIMADO OS IMPACTOS DA PANDEMIA SOBRE A SAÚDE DA POPULAÇÃO?

AS – Creio que grande parte dos países ocidentais não teve clareza da gravidade da pandemia num primeiro momento. E provavelmente porque se logrou evitar a internacionalização de situações anteriores, como foi o caso do Ebola, por exemplo.

SEI – ALGUNS ESPECIALISTAS ACREDITAM QUE A VACINAÇÃO DE BOA PARTE DA POPULAÇÃO MUNDIAL É O PRIMEIRO PASSO PARA A RETOMADA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO. O SENHOR CONCORDA?

AS – Não resta dúvida de que uma relativa normalidade da atividade econômica depende da imunização da população, de tal sorte que se possa abrir mão de medidas de limitação da conectividade física.

SEI – QUAIS OS CENÁRIOS PARA A ECONOMIA MUNDIAL E, ESPECIFICAMENTE, PARA A AMÉRICA LATINA PÓS-PANDEMIA?

AS – Como já mencionado, 2020 deve mostrar uma retração do PIB regional da América Latina em torno dos 7% e com expressivo aumento da pobreza, com regressão da distribuição de renda. O ano de 2021 não deve ser tão dramático, mas tampouco mostrará uma reversão espetacular, com uma previsão de crescimento em torno de 4%, mas ainda com alta incerteza. Ao longo do primeiro semestre deveremos continuar experimentando os efeitos das várias ondas de contágio, mas que não devem ter o impacto de 2020. Um dado positivo é a recuperação dos preços das *commodities*, que pode agregar algum empuxo vindo do setor externo.

Salvo raras exceções, quase todas as economias da região vão estar se defrontando com uma situação com múltiplos desafios: estresse fiscal, expansão do endividamento público e privado, incremento da taxa de pobreza, piora da distribuição de renda. O processo de recuperação deve ser alongado e certamente requererá habilidades técnicas e políticas.

SEI – O GOVERNO FEDERAL E OS ESTADOS FORAM ÁGEIS DO PONTO DE VISTA FISCAL PARA CONTER AS CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS E ECONÔMICAS DA PANDEMIA, PRINCIPALMENTE POR MEIO DO AUXÍLIO EMERGENCIAL.

Não resta dúvida de que uma relativa normalidade da atividade econômica depende da imunização da população, de tal sorte que se possa abrir mão de medidas de limitação da conectividade física

O tema da tendência à concentração de renda é um desafio mundial. O debate acadêmico recente aponta que o enfrentamento tem que ir além dos mecanismos de transferência de renda

ESTE ANO, NENHUMA MEDIDA AINDA FOI ADOTADA NESSA DIREÇÃO, COM A EQUIPE ECONÔMICA DEFENDENDO A VOLTA DO TETO DOS GASTOS. QUAL A OPINIÃO DO SENHOR SOBRE ESSA QUESTÃO?

AS – A situação atual impõe algum tipo de continuidade das medidas de mitigação dos impactos econômicos da pandemia, mas sem perder de vista a necessidade de mostrar um plano de estabilização do endividamento público.

SEI – NA ÚLTIMA DÉCADA O BRASIL APRESENTOU CRESCIMENTO ECONÔMICO PÍFIO, COM A TAXA DE CRESCIMENTO MÉDIA DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) DE APENAS 0,2%. PARA O SENHOR QUAIS AS REFORMAS NECESSÁRIAS PARA O PAÍS RETORNAR A UMA TAXA DE CRESCIMENTO COMPATÍVEL COM AS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO?

AS – O sentido das reformas para alavancar o crescimento do PIB brasileiro deve baratear os custos de produção, de um lado, e ampliar as capacidades de investimento público e privado, de outro. A reforma tributária é uma das mais urgentes, na minha opinião. Mas também uma das mais complicadas, por conta das desigualdades regionais e necessidade de coordenação.

Quando se considera especificamente o investimento em infraestrutura, público e privado, há que considerar um trinômio que define a espinha dorsal de um ambiente adequado para estimular as inversões: a geração de projetos de qualidade, a disponibilidade de fontes de financiamento e a segurança jurídico-regulatória.

O último ponto merece uma atenção especial, uma vez que a pandemia afetou fortemente alguns setores de provimento de serviços públicos, que terminou levando a demandas de reequilíbrio econômico-financeiro por parte dos concessionários. Uma alta dose de expertise técnica, jurídica e política deve ser empregada no tratamento deste problema, de forma a garantir o interesse público e a atratividade dos programas de PPP e concessões.

SEI – MESMO COM BAIXO CRESCIMENTO ECONÔMICO, O BRASIL CONTINUA ENTRE OS PRIMEIROS COLOCADOS NO RANKING DA CONCENTRAÇÃO DE RENDA. QUAIS MEDIDAS PODERIAM SER ADOTADAS PARA EVITAR SEU AGRAVAMENTO OU MESMO REDUZÍ-LA?

AS – O tema da tendência à concentração de renda é um desafio mundial. O debate acadêmico recente aponta que o enfrentamento tem que ir além dos mecanismos de transferência de renda: políticas sociais, tributárias e regulatórias inovadoras são necessárias para lidar

com o problema. A gravidade da situação obriga que a calibração de qualquer política pública deve, na atualidade, incorporar metas de impacto em equidade.

Um compêndio acadêmico muito interessante sobre o tema acaba de ser lançado – Blanchard, O e Rodrik, D (editores) *Combating Inequality*. The MIT University Press, Cambridge, MA, 2021.

SEI – COMO O BANCO DE DESENVOLVIMENTO DA
AMÉRICA LATINA (CAF) PODE CONTRIBUIR PARA UMA MAIOR
INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA?

AS – O Banco de Desenvolvimento da América Latina tem a missão estatutária de promover a integração e desenvolvimento regionais. Para tanto, usa todos os produtos e serviços que tem à sua disposição, tais como a geração de conhecimento aplicado, as atividades de cooperação e assistência técnica e, por fim, as operações de crédito, para promover estes dois objetivos. Dos bancos de desenvolvimento multilaterais que operam na região, a CAF é o que apresenta maior proporção de financiamento de projetos de integração. Se tomamos como referência a base IIRSA, a CAF já financiou nos últimos anos mais de 90 projetos considerados de integração. Além disso, participa da iniciativa ILAT, junto com o BID e o Fonplata, para manter atualizada a base de projetos IIRSA. Temos também uma facilidade para financiar a modelagem de projetos de investimento para a integração, chamado CAF-PPI, que disponibiliza USD 10 MM ao ano para os países sócios. No Brasil estamos engajados na modelagem da licitação da concessão malha ferroviária oeste, que está em processo de retorno ao poder concedente,

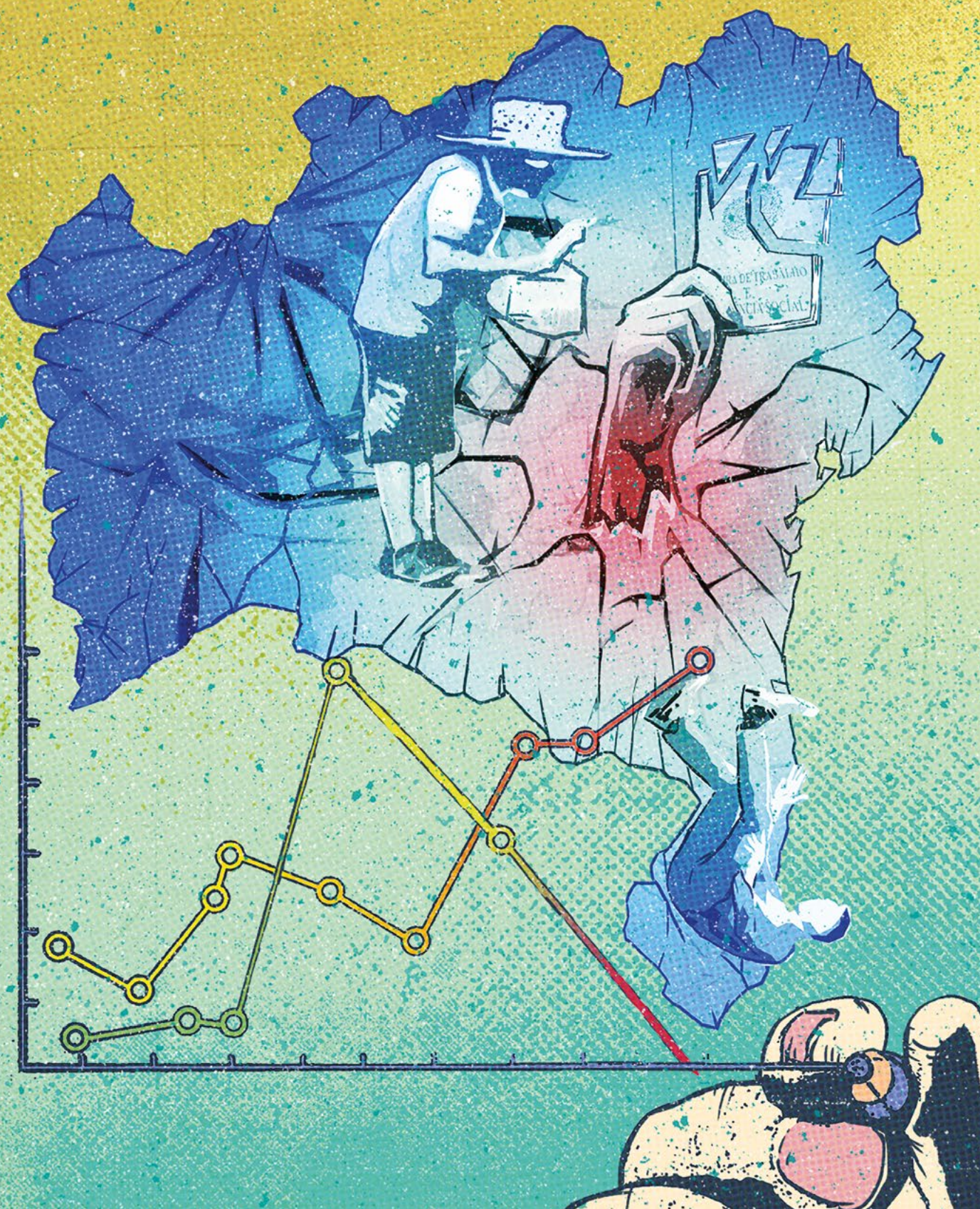
A gravidade da
situação obriga
que a calibração de
qualquer política
pública deve, na
atualidade, incorporar
metas de impacto
em equidade

2003 ~ 2019



ARTIGOS

As políticas econômicas brasileiras de 2003 a 2019 e o mercado de trabalho da Bahia



AS POLÍTICAS ECONÔMICAS BRASILEIRAS DE 2003 A 2019 E O MERCADO DE TRABALHO DA BAHIA

Davidson de
Magalhães Santos
Mestre em Economia pela
Universidade Federal da Bahia
(UFBA). Secretário Estadual do
Trabalho, Emprego, Renda e
Esporte da Bahia. Universidade
Estadual da Bahia (Uneb).
davimagalhaes@uol.com.br.

Érico Rodrigo
Mineiro Pereira
Mestre em Ciências Sociais
pela Universidade Federal
do Recôncavo da Bahia
(UFRB). Professor Assistente
na Universidade Estadual do
Sudoeste da Bahia (UESB).
ericormpereira@gmail.com.

Laumar Neves de Souza
Doutor em Ciências Sociais
pela Universidade Federal
da Bahia (UFBA). Professor
Titular do Programa
de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Regional
e Urbano da Universidade
Salvador (Unifacs).
laumar.souza@unifacs.br.

DE 2015 a 2019, os principais indicadores do mercado de trabalho brasileiro registraram significativas alterações. Depois de 12 anos de crescimento da formalização, do rendimento médio dos salários e da sua participação na renda nacional, com elevadas taxas de ocupação e reduzidas taxas de desemprego, os indicadores dos últimos cinco anos apontam para um mercado de trabalho de elevadas taxas de desemprego, aumento da informalidade com redução dos rendimentos médios dos salários, com relações de trabalho mais precárias.



A Bahia [...] registrou, no período de 2003 a 2014, um aumento dos trabalhadores com carteira assinada, redução da informalidade, elevação do rendimento médio dos salários e redução da desocupação

Os governos Lula (2003-2010) e no primeiro governo Dilma (2011-2014), a adoção de uma política expansionista¹ com a elevação dos gastos sociais e dos investimentos públicos, ampliação e facilitação do acesso ao crédito e a política de valorização do salário-mínimo, entre outras medidas, possibilitaram a inserção de milhões de brasileiros na sociedade de consumo. Estas ações reduziram a informalidade e o desemprego, fortalecendo o mercado de trabalho, dinamizando e expandindo o setor interno.

Este período expansivo da economia nacional, com ampliação das políticas sociais e de valorização do trabalho, provocou uma recuperação do mercado de trabalho baiano, alterando positivamente a sua estrutura e composição. A Bahia, depois de ter passado por um processo de precarização e de altas taxas de desemprego na década de 1990, registrou, no período de 2003 a 2014, um aumento dos trabalhadores com carteira assinada, redução da informalidade, elevação do rendimento médio dos salários e redução da desocupação.

A presidenta Dilma, reeleita em 2014 após uma disputa eleitoral acirrada, resolve adotar um ajuste fiscal, contrariando a matriz econômica do seu primeiro governo, que agrava as consequências da recessão provocada pela crise financeira global no Brasil. A contração fiscal aprofundou a recessão, estabelecendo um ponto de inflexão na valorização do trabalho dos períodos anteriores. O crescimento da impopularidade do governo, a operação Lava-Jato, a extensão da radicalização política pós-eleitoral e o inconformismo dos setores conservadores com a quarta derrota eleitoral presidencial consecutiva, provocaram uma grave crise política cujo desfecho foi o *impeachment* da presidenta Dilma.

Com a posse de Michel Temer, em maio de 2016, implantou-se explicitamente uma agenda ortodoxa liberal com aprofundamento das políticas fiscal contracionista e monetária mais conservadora. Além destas medidas de redução do investimento público e redução dos gastos sociais, foram aprovadas reformas trabalhistas de sentido liberalizante, com redução de direitos, precarização das relações de trabalho e enfraquecimento da organização sindical. O governo Bolsonaro, iniciado em janeiro de 2019, aprofunda a opção da agenda do período Temer, passando a implantar medidas ultraliberais cujos efeitos sobre as políticas sociais e o mercado de trabalho são significativos.

Partindo desta contextualização, tem-se que o objetivo deste artigo é analisar as mudanças ocorridas na orientação da política econômica brasileira de

1 Mesmo mantendo o tripé macroeconômico neoliberal de superávit primário, câmbio flutuante e de meta inflacionária.

2003 a 2019, do governo Lula ao primeiro ano do governo Bolsonaro, e os seus impactos no mercado de trabalho da Bahia, destacadamente nos indicadores de formalidade, ocupação e rendimento.

A hipótese geral do artigo é que o mercado de trabalho baiano, pelas suas fragilidades estruturais, é impactado negativamente nos indicadores de formalidade, ocupação e rendimento, por políticas de natureza liberal ortodoxa, implantados nos governos Temer e Bolsonaro. As medidas de redução do investimento público, retração do crédito, fim da valorização do salário mínimo, corte nas políticas sociais e as reformas trabalhistas liberalizantes levaram o mercado de trabalho do estado à sua configuração nos anos 1990, marcada por elevadas taxas de desocupação, informalidade, redução do nível médio de rendimentos, um mercado em acelerado processo de precarização.

A metodologia de pesquisa será descritiva, qualitativa e quantitativa, através de pesquisa bibliográfica das contribuições teóricas, com o debate atualizado sobre as políticas econômicas e sociais do período em estudo, as modificações no mercado de trabalho nacional e baiano. A coleta de dados secundários disponíveis (IBGE, IPEA, SEI, RAIS, entre outras) possibilitará a avaliação das orientações econômicas adotadas e os seus impactos nos indicadores do mercado de trabalho nacional e baiano.

A presente investigação está estruturada em quatro seções, além desta introdução. Na segunda seção analisamos as políticas econômicas, sociais e trabalhistas no governo Lula e no primeiro governo Dilma. A seção três tem como objeto o estudo sobre a inflexão nas políticas econômicas, sociais e trabalhista ocorridas a partir de 2015. Iniciado com o ajuste fiscal no segundo governo da presidenta Dilma, cujo mandato foi interrompido pelo *impeachment* em 2016. E as políticas econômicas de conteúdo ortodoxo e liberal dos governos Temer e Bolsonaro e os seus impactos no mercado de trabalho. A seção quatro está reservada à avaliação dos impactos das políticas econômicas destes períodos na estrutura do mercado de trabalho baiano. A seção cinco destina-se às considerações finais.

POLÍTICAS SOCIAIS E DE VALORIZAÇÃO DO TRABALHO NO CONTEXTO DO GOVERNO LULA E DO PRIMEIRO GOVERNO DILMA

Ao tomar posse, em janeiro de 2003, como 35º presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva encontrou o País num quadro de alta fragilidade

As medidas de redução do investimento público, retração do crédito, fim da valorização do salário mínimo, corte nas políticas sociais e as reformas trabalhistas liberalizantes levaram o mercado de trabalho do estado à sua configuração nos anos 1990,

A política de valorização do salário mínimo foi [...] a segunda medida de ordem econômica encaminhada pelos referidos governos, que promoveu forte impacto na realidade do mercado de trabalho

macroeconômica², tendo inclusive durante a campanha presidencial o País sofrido um ataque especulativo. O governo Lula, mesmo mantendo uma política macroeconômica cuja base estava ancorada no tripé macroeconômico neoliberal – meta de inflação, câmbio flutuante e meta de superávit fiscal – apostou, desde 2003, na transferência de renda às famílias como forma de combate à pobreza e fortalecimento do mercado interno³. A conjuntura econômica mundial de 2003 a 2008, marcada pela expansão capitalista e pelo *boom de commodities*, possibilitou um quadro de superávits sucessivos na balança comercial brasileira (SINGER, 2012). O contexto internacional favorável possibilitou a adoção de uma política econômica mais expansionista. Com efeito, a referida política se consubstanciou na adoção de várias medidas. Uma delas foi indubitavelmente o aumento dos investimentos públicos e sua indução e articulação com o investimento privado, cuja maior expressão foi o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). O PAC, iniciado, em 2007 pelo governo Lula, e o PAC 2, no governo Dilma, consiste num conjunto de investimentos em energia, infraestrutura social e urbana e logística. Só na sua primeira versão, PAC – 2007/2010, representou investimentos de R\$ 503,9 bilhões em infraestrutura, dos quais R\$ 106,3 bilhões para projetos de habitação do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) (JARDIM; SILVA, 2015). O PAC 2 executou R\$ 583 bilhões de 2011 a dezembro de 2013, segundo o relatório do Tribunal de Contas da União (ZUANAZZI *et al.*, 2015). Destacam-se os investimentos realizados pela Petrobras, no valor de US\$ 224 bilhões, iniciados no governo Lula até 2014, com seus efeitos multiplicadores em importantes cadeias produtivas, como as indústrias da construção civil e naval. Outro setor que deve ser ressaltado é o de habitação. Só com a efetivação do MCMV, um dos vetores do PAC, a geração de emprego cresceu no setor da construção civil num ritmo de 5% ao ano entre 2005 e 2010, chegando a atingir 11,3 milhões de empregos em 2010, 14% do total dos ocupados na economia (PORCIONATO, 2014 *apud* JARDIM; SILVA, 2015). O volume destes investimentos provocou uma ação expansionista na economia e no mercado de trabalho⁴.

A política de valorização do salário mínimo foi, por seu turno, a segunda medida de ordem econômica encaminhada pelos referidos governos, que promoveu forte impacto na realidade do mercado de trabalho. Ao mencionar tal fato, deve-se ter em mente que o salário mínimo estabelece o limite legal inferior da remuneração do trabalho, serve também de referência para milhares de trabalhadores autônomos, sendo base para reajustes de diversos preços na economia. Ademais, ele constitui o piso dos benefícios da Seguridade

2 Para mais detalhe, Barbosa (2013) e Pochmann (2010).

3 De acordo com Barbosa (2010 *apud* SINGER, 2012), esta opção é constatada quando se verifica o perfil do gasto público no governo Lula em relação ao PIB. Enquanto a transferência de renda para as famílias aumentou ano a ano, os gastos com pessoal reduziram e os de investimentos sofreram variações.

4 Ver impactos dos investimentos do PAC em Barbosa (2013), Jardim e Silva (2015) e Pochmann (2010).

Social – previdência, assistência social e seguro desemprego. Portanto, a elevação real do seu valor tem uma ampla repercussão sobre a renda da população e sobre o mercado interno (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2019a).

De maneira concreta, o governo Lula iniciou, em 2006, uma política de valorização do salário mínimo com reajustes anuais acima da inflação. Esta política foi mantida por sua sucessora, a presidenta Dilma Rousseff, que através da Medida Provisória (MP) 672/2015 criou o marco legal de valorização do salário mínimo (BRASIL, 2015).

A elevação real do salário mínimo brasileiro entre março de 2004 e janeiro de 2019 foi de 74,33% de acordo com Índice Nacional de Preços ao Consumidor (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2019). Por certo, esta elevação foi um dos principais mecanismos de aumento do poder de compra das famílias, fortalecendo a demanda agregada e o mercado interno. Esta política contribuiu também para o aumento do rendimento do trabalho na renda nacional, pela influência que exerceu na elevação de pisos de categorias do setor público e privado (MATOS; SILVA, 2016).

A terceira medida de caráter econômico encampada pelos governos em tela foi a expansão e popularização do crédito. Para Barbosa (2013), em relação às empresas, a reforma da Lei das Falências, em 2004, simplificou e agilizou a recuperação dos empréstimos, e a introdução e difusão do crédito consignado⁵ ampliou significativamente a oferta de crédito para o conjunto das famílias brasileiras. No contexto da crise financeira internacional de 2008, o governo expandiu a oferta de empréstimos através do Banco do Brasil (BB), Caixa Econômica Federal (CEF) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O crédito teve um crescimento expressivo, de dezembro de 2002 a dezembro 2010 o crédito saiu de 26 p.p do PIB para 45 p.p do PIB (MORA, 2014). Esta política expansionista fomentou o consumo das famílias e a capacidade de investimento das empresas.

O Programa Bolsa Família (PBF), voltado às famílias em estado de pobreza e extrema pobreza, realiza transferências em dinheiro para estas famílias, condicionadas ao cumprimento de compromissos, fundamentalmente na área de saúde e educação. Apesar de representar pouco em termos orçamentários⁶, o PBF, pela acertada definição do público alvo, da aplicação dos condicionantes e pela dimensão da cobertura, terminou conseguindo fazer

No contexto da crise financeira internacional de 2008, o governo expandiu a oferta de empréstimos através do Banco do Brasil (BB), Caixa Econômica Federal (CEF) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

5 Crédito pessoal a ser pago com base na retenção de parte do salário do devedor.

6 As despesas do PBF em 2016 alcançaram apenas 0,44% do PIB (SOUZA *et al.*, 2019).

Os indicadores analisados, taxa de desemprego, rendimento médio real dos trabalhadores e formalização confirmam uma valorização do trabalho no período de 2003 a 2014

muito com recursos modestos. De seis milhões de famílias beneficiadas em 2004, a cobertura atingiu 14 milhões de famílias em 2018 (SOUZA *et al.*, 2019), situação essa que resultou, em boa medida, na integração ao mercado interno de grande parte da população pobre e vulnerável do País.

Cumpre também destacar, nesta parte da investigação, o protagonismo dos movimentos sociais, especialmente das entidades sindicais, na construção e definição das políticas⁷ públicas, trabalhistas e salariais, situação essa que decorreu do fato de nos aludidos governos ter havido a ampliação do reconhecimento, interação e participação do movimento sindical no e com o Estado.

Em 2003, a taxa média de desemprego estava no patamar de 12,4% em seis regiões metropolitanas do País, calculada pelo IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, [2015]), no ano de 2014, recuou para 4,8 %. O rendimento médio real dos trabalhadores brasileiros também foi favorecido. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ([2015], p. 25) de 2003 a 2014 deu um salto de 33,1%, saindo de R\$ 1.581,31 no primeiro ano do governo Lula para R\$ 2.104,16 no final do primeiro governo Dilma.

Outra ocorrência que também evidenciou a mencionada melhoria nas condições de funcionamento do mercado de trabalho nacional foi indubitavelmente a expansão das relações de trabalho formais. A formalização do emprego foi de 42,7% em 2002 para 56% em 2014. A participação da economia subterrânea no PIB caiu de 21% em 2003 para 16,2% em 2013 (MATOS; SILVA, 2016).

Os indicadores analisados, taxa de desemprego, rendimento médio real dos trabalhadores e formalização confirmam uma valorização do trabalho no período de 2003 a 2014. Estas alterações no mercado de trabalho nacional impactaram também o mercado de trabalho da Bahia, como será abordado na seção cinco.

AS POLÍTICAS ORTODOXO-LIBERAIS DE 2015 A 2019 E SEUS EFEITOS COLATERAIS NO MERCADO DE TRABALHO

Como se sabe, a presidenta Dilma foi reeleita em 2014, após o acirrado pleito eleitoral. Contrariando a proposta de ajuste gradual feita por ela na campanha eleitoral (BASTOS, 2017), ela adota um ajuste fiscal em 2015

com corte de gastos públicos, aumento de impostos e cortes de benefícios. Por certo, as medidas adotadas pela equipe econômica do governo Dilma representaram, nesse momento, uma inflexão nas políticas dos quatro anos anteriores de governo, com resultados negativos no crescimento econômico e na geração de emprego⁸. O agravamento do quadro de crise econômica, a perda de popularidade e a crise política⁹ levaram ao seu *impeachment* em 31 de agosto de 2016.

Michel Temer (PMDB), ainda na condição de vice-presidente da República, em plena crise política institucional do governo Dilma, o seu partido lançou uma agenda alternativa ao projeto até então em curso. O documento diagnosticava que “[...] no Brasil de hoje a crise fiscal, traduzida em déficits elevados, e a tendência do endividamento do Estado tornou-se o mais importante obstáculo para a retomada do crescimento econômico” (FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES, 2015, p. 5). Segundo a Fundação Ulysses Guimarães (2015), o programa que havia levado à reeleição da chapa Dilma-Temer, baseado no fortalecimento do mercado interno, com aumento do consumo e da renda das famílias, expansão do crédito e ação indutora do Estado, estava esgotado.

Desde a posse de Temer, em maio de 2016, de forma interina e definitiva, em agosto do mesmo ano, o País aprofundou a política de ajuste fiscal, passando a adotar uma agenda ortodoxo-liberal. Em linhas gerais, pode-se dizer que a aplicação desta agenda foi pautada em reformas liberalizantes (trabalhista, previdenciária etc.), uma política monetária conservadora, política fiscal contracionista (implantação de teto de gastos), uma política cambial mais flexível e diminuição do papel do Estado na economia.

Os investimentos públicos em relação ao PIB caíram de 4,06% em 2013 para 2,4% em 2018¹⁰. As despesas primárias do governo, com a Emenda Constitucional 95, promulgada em 15 de dezembro de 2016, passaram a ser limitadas por 20 anos, tendo como critério para o reajuste os gastos realizados no ano anterior corrigido pela inflação. A definição de um teto de gastos públicos na constituição, ineditismo brasileiro no mundo da macroeconomia, impede iniciativas contracíclicas no período em que a economia estava em recessão. Somou-se a estas medidas contracionistas um aumento do endividamento das empresas e das famílias, em um contexto de política monetária conservadora com altas taxas de juros. Este receituário, longe de lançar o Brasil em um novo ciclo de crescimento, manteve o País na estagnação com deterioração das condições

As despesas primárias do governo, com a Emenda Constitucional 95 [...] passaram a ser limitadas por 20 anos, tendo como critério para o reajuste os gastos realizados no ano anterior corrigido pela inflação

8 Maiores detalhes sobre as políticas econômicas do governo Dilma, ver Bastos (2017).

9 A militância jurídica e seletiva da Operação Lava-Jato, a ação da grande mídia contra o governo, a ação beligerante e golpista da oposição e as deserções na base de apoio.

10 Informações na série histórica de investimentos públicos disponível em Pires (2020).

O País entrou em uma situação de crescimento lento, com tendência à estagnação. A evolução do PIB de 2017 a 2019 indicou as seguintes taxas: 1,06%, 1,12% e 1,10%

do mercado de trabalho. Após uma recessão aguda de 2014 a 2016, onde a evolução do PIB ano a ano em percentual registrou 0,5% em 2014, – 3,55% em 2015 e – 3,31 % em 2016. O País entrou em uma situação de crescimento lento, com tendência à estagnação. A evolução do PIB de 2017 a 2019 indicou as seguintes taxas: 1,06%, 1,12% e 1,10% (BRASIL EM NÚMEROS, 2020).

O governo Temer, sob a argumentação da existência de um excesso de regulamentação nas relações de trabalho, fez alterações profundas e regressivas no mundo do trabalho.

A Lei 13.429 (BRASIL, 2017) ampliou o uso da contratação temporária e da terceirização, permitindo que além das atividades meio da empresa, também as atividades fim pudessem absorver estas modalidades de contratação, e estendeu o tempo previsto no contrato temporário, de no máximo 90 dias para 180 dias. Os trabalhadores vinculados a esse regime não estão sujeitos às normas previstas na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT)¹¹. Estes contratos são os que menos remuneram e os mais frágeis.

Por sua vez, as alterações impostas pela Lei 13.467/2017, popularmente conhecida como Reforma Trabalhista, devido às severas alterações impostas à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), alteraram mais de 200 artigos da CLT com o propósito de flexibilizar as regras trabalhistas, subtrair direitos, enfraquecer o protagonismo sindical e a ação protetiva do Estado, sob o falso argumento de ampliação da empregabilidade (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2017b, 2017c, 2019b).

As principais alterações introduzidas se subdividiram em três frentes, sendo a primeira delas a sindical. Tornou-se facultativa a contribuição sindical¹² e a participação do ente sindical na homologação da rescisão do vínculo empregatício e a possibilidade da norma coletiva criar regras menos benéficas que a própria lei. Atingiu-se assim a sustentação material dos sindicatos e centrais e esvaziou as suas atribuições legais, buscando enfraquecer a sua capacidade de mobilização e representação. A segunda frente, foi de ordem processual, teve como principais pontos a criação dos honorários de sucumbência, a taxação do dano extrapatrimonial, a homologação judicial de acordo firmado extrajudicialmente, e a possibilidade do empregador mover contra seu empregado ação que vise reparar prejuízos a ele causados, tudo isso na Justiça Especializada. Esta medida a visava inibir

11 Ver detalhes em Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (2017a).

12 Por decisão do STF tornou-se obrigatória a adesão individual do trabalhador à contribuição.

os trabalhadores a buscarem na Justiça do Trabalho, que é reconhecidamente célere em relação às demais, os seus direitos sonegados. A terceira frente tratou, por seu turno, do direito material do trabalho, com a criação do trabalho intermitente e em tempo parcial, a rescisão por acordo, da possibilidade de repartir as férias em três partes, a natureza indenizatória do intervalo de refeição e a retirada das horas *in itinere* para o cômputo da jornada diária. Aqui houve a subtração de direitos, o incentivo à precarização e fragilização nas relações de trabalho (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2017b, 2017c, 2019b)

O governo Bolsonaro, com a sua agenda ultraliberal, representou uma linha de continuidade e em muitos aspectos de aprofundamento, da política ortodoxa-liberal (OREIRO; PAULA, 2019). Em janeiro de 2020, o governo Bolsonaro acabou com a política de aumento real do salário mínimo, um dos maiores instrumentos de elevação de renda e de ampliação do consumo interno. Se no período de 2004 a 2019 fosse aplicada a atual política do governo Bolsonaro, o piso nacional do salário, em janeiro de 2020, seria de apenas R\$ 599,00. Isso quer dizer que a economia teria cerca de R\$ 270 bilhões por ano a menos de massa salarial (LÚCIO, 2020).

A deterioração das políticas sociais avançou de forma acelerada nos primeiros seis meses de 2019, ao final do exercício 1,3 milhão de famílias foram excluídas do Bolsa Família (BRASIL, 2020), aprofundando os efeitos deletérios da austeridade fiscal na sociedade. Na Bahia, só a política social do programa Bolsa Família, de janeiro de 2016 a dezembro de 2019, teve uma redução 87.696 no número de famílias beneficiadas.

A política de ajuste fiscal do segundo governo da presidenta Dilma e principalmente a agenda ortodoxo-liberal de Temer, aprofundada por Bolsonaro, levou a um processo de estagnação da economia brasileira, com redução da formalização do trabalho e aumento da desocupação. Em 2014, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE (2015), atingimos uma taxa de formalização no mercado de trabalho de 48,1% no 4º trimestre. Em 2019, também no 4º trimestre, esta taxa foi para 42,0% (PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA, 2019). No ano de 2014, a taxa média de desocupação registrou 4,8% (PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS, 2015). No ano de 2019, esta mesma taxa atingiu 11,9% (PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA, 2019). Confirma-se a deterioração nas condições do mercado de trabalho no Brasil, com fortes repercussões no mercado de trabalho baiano.

Em janeiro de 2020,
o governo Bolsonaro
acabou com a política
de aumento real
do salário mínimo,
um dos maiores
instrumentos de
elevação de renda
e de ampliação do
consumo interno

Em 2017 a Bahia era o sétimo PIB do País e ocupava a 21ª posição em renda *per capita*. Neste contexto, na Bahia, os indicadores de ocupação, formalização do trabalho e rendimento têm uma grande dependência das políticas macroeconômicas e sociais adotadas no País

O MERCADO DE TRABALHO BAIANO

A economia baiana tem importantes características que moldam a estrutura do seu mercado de trabalho. A indústria baiana, que abriga os empregos mais qualificados e mais bem remunerados, é marcada pela concentração tanto do ponto de vista espacial quanto setorial¹³. Na agricultura, os novos polos dinâmicos¹⁴ combinam atividades que empregam pouco, e sazonalmente, sem falar nos baixos salários. Fora destes polos dinâmicos prevalece uma atividade de baixa produtividade, abrigada a sua maior parcela no Semiárido (69% do território baiano), com problemas climáticos, pouca disponibilidade de água. São grandes os números de minifúndios, grande informalidade, ocupações precárias com baixa remuneração e péssimos indicadores sociais. Os setores de comércio e serviço, responsáveis por cerca de 70% das ocupações no estado, na sua maioria são compostos por microestabelecimentos com até cinco empregados e são muito dependentes do dinamismo do mercado interno¹⁵.

Em 2017 a Bahia era o sétimo PIB do País e ocupava a 21ª posição em renda *per capita*. Neste contexto, na Bahia, os indicadores de ocupação, formalização do trabalho e rendimento têm uma grande dependência das políticas macroeconômicas e sociais adotadas no País.

De 2003 a 2014, governos Lula e primeiro governo Dilma, registra-se importantes alterações na política econômica e social que impactam positivamente no mercado de trabalho da Bahia. De 2003 a 2016, segundo dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (2020a), a taxa de crescimento acumulado do PIB na Bahia foi de 38,2%. Ao comparar os números de ocupação e desocupação nos anos 2000 (governo Fernando Henrique Cardoso) e 2010 (último ano do segundo governo Lula) podemos identificar este movimento inicialmente em relação à ocupação:

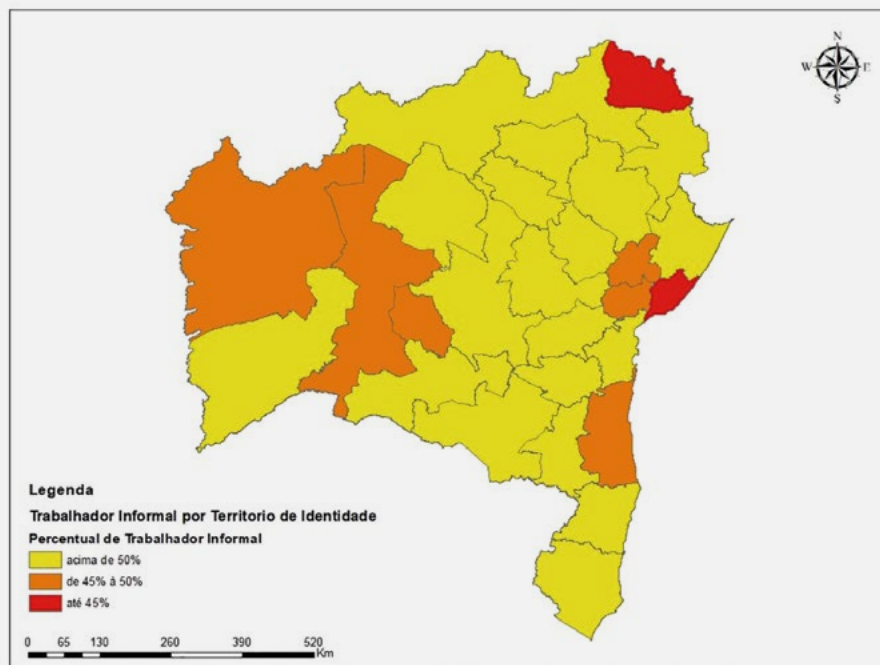
Em 2000, o mercado de trabalho da Bahia era formado por cerca de 4,6 milhões de ocupados e por aproximação de um milhão de desocupados, totalizando uma PEA em torno de 5,6 milhões de pessoas. Em 2010, houve crescimento absoluto dos ocupados para cerca de 5,8 milhões e redução dos desocupados para quase 714 mil pessoas. Consequentemente, a ampliação do mercado de trabalho baiano de 5,6 milhões para

¹³ Ver maiores detalhes em Guerra e Gonzalez (2013).

¹⁴ Ibid.

¹⁵ Estudo da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Estado da Bahia (BAHIA, 2013) destacou que, em 2010, a expressiva maioria dos empregadores, 68,2%, foi de microestabelecimentos.

Figura 1
Distribuição percentual de trabalho informal por Território de Identidade – Bahia – 2000



Fonte: Bahia, 2013, p. 48.
Elaboração própria.

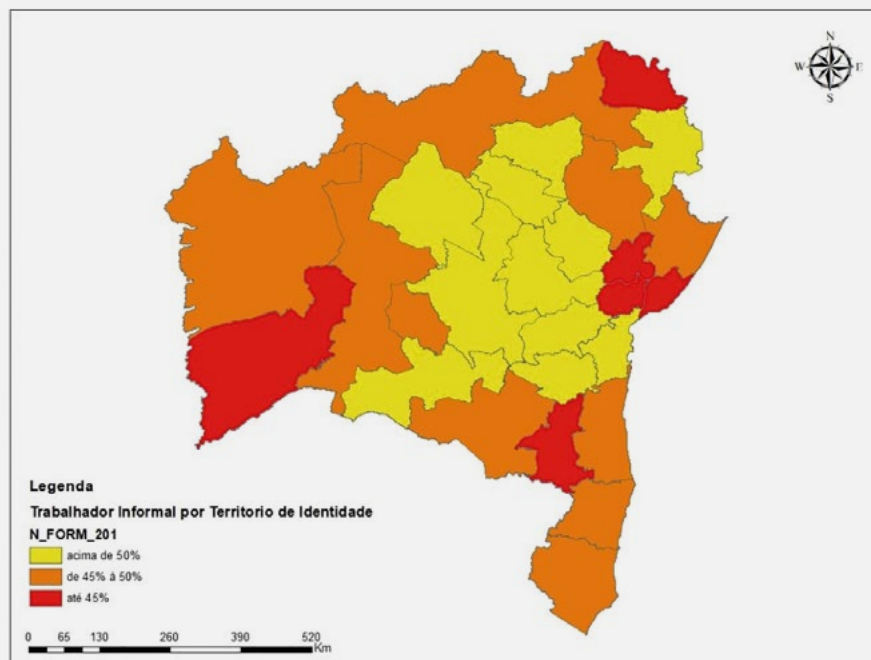
6,6 milhões de pessoas, foi determinada pelo incremento de cerca de 942 mil novos ocupados. (BAHIA, 2013).

Além da ampliação da ocupação de vagas, houve também o crescimento do mercado formal. A formalização das ocupações saiu de 28,5% para 35,3% do total da ocupação, crescimento que ocorreu em todo o território baiano de 2000 a 2010, resultando numa queda proporcional da informalidade. As figuras 1 e 2 permitem identificar a evolução da formalidade nos 27 Territórios de Identidade do Estado da Bahia¹⁶ de 2000 a 2010. Na Figura 1, a informalidade (acima de 50%) domina amplamente o estado. A formalidade é majoritária em apenas dois territórios (informalidade até 45%), Metropolitana de Salvador e Itaparica.

Ao analisar a Figura 2, verifica-se a evolução da formalização no conjunto do estado. O ano de 2010, final do segundo governo Lula, apresenta indicador

16 A Bahia é dividida em 27 territórios de identidade.

Figura 2
Distribuição percentual de trabalho informal por Território de Identidade – Bahia – 2010



Fonte: Bahia, 2013, p. 48.
Elaboração própria.

representativo deste período, esta tendência se manteve, com pequenas alterações até 2014.

Mesmo com esta redução, a informalidade ainda representava 44,6% do total de ocupados na Bahia, em 2010, demonstrando a fragilidade estrutural deste mercado. A participação do emprego sem carteira caiu de 24,5% para 22,0% e os por conta própria passaram de 25,0% para 22,6% (BAHIA, 2013). A ampliação do trabalho formal contém o processo de precarização do trabalho o que significa um avanço. No entanto, os trabalhos formais gerados na sua maioria são de baixa qualificação e baixos salários. Longe do que alguns estudos apontam como melhoria qualitativa do emprego gerado¹⁷.

Outro importante indicador da melhoria das condições do mercado de trabalho foi o crescimento de 2000 a 2010 do rendimento médio real dos ocupados. No estado, neste período cresceu 18,3%, beneficiado

¹⁷ Análise mais detalhada da qualidade do trabalho formal gerado na Bahia de 2000/2010 em Souza (2013).

principalmente pela valorização do salário mínimo e pelo movimento de formalização (BAHIA, 2013).

O ajuste fiscal adotado no segundo mandato pela presidenta Dilma representou um ponto de inflexão nas políticas expansionistas. Esta política ampliou a recessão e a crise econômica. O agravamento do quadro de crise econômica e da crise política levou ao *impeachment* em 31 de agosto de 2016. A política econômica ortodoxo-liberal de Michel Temer, com cortes nas políticas sociais, retração dos investimentos públicos e diversas reformas nas relações de trabalho, trouxe enorme impacto para a economia e o mercado de trabalho da Bahia. De 2015 a 2019, o PIB da Bahia amargou uma retração acumulada de 7,3% (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS, 2020b). Nas políticas sociais, só o Bolsa Família de janeiro de 2016 a dezembro de 2019 teve uma redução de 87.696 no número de famílias¹⁸ beneficiadas no estado.

Este novo cenário, de retração do PIB baiano, resultou em um processo de queda nas ocupações levando a uma fragilização do mercado de trabalho.

A desocupação veio acompanhada também do aumento da informalidade revertendo a tendência do período anterior de crescimento dos trabalhadores com carteira assinada em todo o território baiano. Outro indicador importante, o rendimento, registrou taxas negativas. Entre janeiro de 2017 e 2018, o rendimento médio real diminuiu para os ocupados em – 7,1% e para os assalariados em – 3,9% só na Região Metropolitana de Salvador. Nesse período, nesta região, houve retração na massa de rendimentos reais dos ocupados em – 4,1% e dos assalariados em – 5,4% (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, [2018]). O mercado de trabalho baiano retorna às características e tendências observadas na década de 1990.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo analisou as orientações na política econômica ocorridas no Brasil de 2003 a 2019 e seus impactos no mercado de trabalho baiano. A hipótese de pesquisa foi de que a política ortodoxo-liberal do governo Temer, aprofundada por Bolsonaro, levou a um quadro de certa estagnação da economia e precarização das relações trabalhistas que alteraram a trajetória de melhoria da estrutura do mercado baiano especialmente nas taxas de

Entre janeiro de 2017 e 2018, o rendimento médio real diminuiu para os ocupados em – 7,1% e para os assalariados em – 3,9% só na Região Metropolitana de Salvador

¹⁸ Dados extraídos do CECAD 2.0, ferramenta para planejamento e implementação de programas sociais nas três esferas do governo, pautada pelo Cadastro Único. Os dados usados por ser acessado em: https://cecad.cidadania.gov.br/agregado/resumovariavelCecad.php?uf_ibge=29&nome_estado=BA+-+Bahia&p_ibge=&nome_municipio=&id=79.

A construção de uma política de valorização do trabalho no estado da Bahia passa, portanto, além do reforço e ampliação das ações da Agenda do Trabalho Decente, pela construção de uma rede estadual integrada e ativa e, principalmente, por um debate sobre um novo modelo de desenvolvimento para o estado

ocupação, ampliação da formalização e rendimentos médios do trabalho, ocorrida no período de 2003 a 2014.

O ajuste fiscal iniciado no segundo governo Dilma representou uma inflexão nas políticas expansionista e de valorização do trabalho. A retomada da política ortodoxo-liberal nos governos Temer e aprofundada pelo ultraliberalismo de Bolsonaro, com medidas contracionistas, e a implantação de uma agressiva agenda antitrabalhista, fez a atividade econômica perder o seu dinamismo, e com reduzidas taxas de crescimento aproxima-se da estagnação. No mercado trabalho, este receituário representou crescimento do desemprego, da informalidade, redução dos rendimentos, um quadro regressivo com aceleração da precarização nas relações de trabalho.

A Bahia é atingida pelo refluxo geral da economia, pela redução dos gastos com programas sociais e pela contenção dos investimentos federais no estado. O mercado de trabalho do estado com seus problemas estruturais (baixa escolaridade, grande participação de informais, renda média baixa, etc.) diante deste novo contexto regressivo, perdeu os seus impulsos do período anterior e retoma a sua feição dos anos 1990, marcada por elevadas taxas de desocupação, crescimento da informalidade e baixos rendimentos.

Os impactos no mercado de trabalho da Bahia de 2016 a 2019 não foram maiores por conta da ação do governo do estado, que manteve um programa de investimentos públicos em estradas, mobilidade urbana e expansão da rede pública de saúde, mesmo em um cenário nacional adverso e com restrição de concessão de recursos por parte do governo federal.

As alterações temporais na composição do mercado de trabalho baiano observadas neste trabalho indicam também a existência de fragilidades estruturais fruto da conformação da base econômica produtiva. A construção de uma política de valorização do trabalho no estado da Bahia passa, portanto, além do reforço e ampliação das ações da Agenda do Trabalho Decente, pela construção de uma rede estadual integrada e ativa e, principalmente, por um debate sobre um novo modelo de desenvolvimento para o estado.

REFERÊNCIAS

BAHIA. Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte. *A informalidade no mercado de trabalho da Bahia nos anos 2000*. Salvador: Setre, 2013.68 p.

BARBOSA, Nelson. Dez anos de política econômica. In: SADER, Emir (org.). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo, 2013.

BASTOS, Pedro Paulo Z. Ascensão e crise do Governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 1-63, maio/ago.2017. Edição especial. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rec/v21n2/1415-9848-rec-21-02-e172129.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2020.

BRASIL EM NÚMEROS. Rio de Janeiro: IBGE, v. 28, 2020. 489 p. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2/bn_2020_v28.pdf. Acesso em: 13 maio 2020.

BRASIL. Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017. Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 31 mar. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13429.htm. Acesso em: 04 mar. 2020.

BRASIL. Medida Provisória nº 672, de 24 de março de 2015. Dispõe sobre a política de valorização do salário mínimo para o período de 2016 a 2019. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 25 mar. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Mpv/mpv672.htm#:~:text=MEDIDA%20PROVIS%C3%93RIA%20N%C2%BA%20672%2C%20DE%2024%20DE%20MAR%C3%87O%20DE%202015.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20pol%C3%ADtica%20de,Art. Acesso em: 06 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Cidadania. *Governo Federal cancela 1,3 milhão de benefícios do Bolsa Família em 2019 por irregularidades*. Brasília, DF, 20 jan. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2020/01/governo-federal-cancela-1-3-milhao-de-beneficios-do-bolsa-familia-em-2019-por-irregularidades>. Acesso em: 14 maio 2020.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. *Impactos da Lei 13.429/2017 (antigo PL 4.302/1998) para os trabalhadores: contrato de trabalho temporário e terceirização*. São Paulo: DIEESE, abr. 2017a. (Nota técnica, 175). Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec175TerceirizacaoTrabalhoTemporario.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2020.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. *A Reforma Trabalhista e os impactos para as relações de trabalho no Brasil*. São Paulo: DIEESE, maio 2017b. (Nota técnica, 178). Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec178reformaTrabalhista.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2020.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. *Relações de trabalho sem proteção: de volta ao período anterior a 1930?*. São Paulo: DIEESE, maio 2017c. (Nota técnica, 179). Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec179ConjunturaReforma.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2020.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. *A importância da política de valorização do salário mínimo e a urgência de renová-la*. São Paulo: DIEESE, abr. 2019a. (Nota técnica, 205). Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2019/notaTec205SalarioMinimo.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2020.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. *O novo desmonte dos direitos trabalhistas: a MP 905/2019*. São Paulo: DIEESE, nov. 2019b. (Nota técnica, 215). Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2019/notaTec215MP905.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2020.

FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES. *Uma ponte para o futuro*. Brasília: FUG, 29 out. 2015. Disponível em: <https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2019.

GUERRA, Oswaldo Ferreira; GONZALEZ, Paulo Sérgio H. Crescimento econômico e desigualdade social na Bahia. In: PESSOTI, Gustavo C.; WANDERLEY, Lívio Andrade (org.). *Reflexões de economistas baianos 2012*. Salvador: CORECON, 2013. p. 109-133.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Principais destaques da evolução do mercado de trabalho: retrospectiva 2003-2014 nas regiões metropolitanas abrangidas pela pesquisa*. Rio de Janeiro: IBGE, [2015]. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Mensal_de_Emprego/Evolucao_Mercado_Trabalho/retrospectiva2003_2014.pdf. Acesso em: 16 abr. 2020.

JARDIM, Maria C.; SILVA, Marcio R. *Programa de Aceleração do Crescimento: neodesenvolvimentismo?*. São Paulo: Editora UNESP: Cultura Acadêmica, 2015. 199 p. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/s5k33/pdf/jardim-9788579837432.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2020.

LÚCIO, Clemente Ganz. *A necessidade da valorização do salário mínimo*. São Paulo, 28 jun. 2020. Disponível em: <https://blogdoclementelucio.blogspot.com/2020/06/a-necessidade-da-valorizacao-do-salario.html?m=1>. Acesso em: 07 jul. 2020.

MATOS, Amanda G. S.; SILVA, José A. Evolução do emprego formal e informal no Brasil: 2002-2014. *Revista de Administração e Negócios da Amazônia*, Porto Velho, v.8, n.2, p.237-260, maio/ago. 2016. Disponível em: <https://www.periodicos.unir.br/index.php/rara/article/view/1778/1665>. Acesso em: 20 maio 2020.

MORA, Mônica. *A evolução do crédito no Brasil entre 2003 e 2010*. Brasília: IPEA, dez. 2014. (Texto para discussão, 2022). Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td2022.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2020.

OREIRO, José L; PAULA, Luiz F. *A economia brasileira no governo Temer e Bolsonaro: uma avaliação preliminar*. [S. l.], 5 out. 2019. Disponível em: <http://www.lui fernandodepaula.com.br/ups/a-economia-brasileira-no-governo-temer-e-bolsonaro-final-05.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2020.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA: quarto trimestre de 2019. Rio de Janeiro: IBGE, out./dez. 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2019_4tri.pdf. Acesso em: 15 maio 2021.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS: síntese de indicadores: 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94935.pdf>. Acesso em: 15 maio 2021.

PIRES, Manoel. *Observatório de Política Fiscal atualiza as estatísticas históricas de investimento público: 1947-2019*. Rio de Janeiro, 03 abr. 2020. Disponível em: <https://observatorio-politica-fiscal.ibre.fgv.br/series-historicas/investimentos-publicos/observatorio-de-politica-fiscal-atualiza-estatisticas>. Acesso em: 25 abr. 2020.

POCHMANN, Marcio. *Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTANA, Priscila Martins de O.; COSTA, Laíse Stefany Santos. As políticas fiscal e monetária do Brasil no Governo Temer: deterioração da situação fiscal e recessão econômica. *Bahia, Análise & Dados*, Salvador, v.27, n.2, p. 175-189, jul./dez. 2017.

SINGER, André V. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, Laumar Neves. Emprego formal na Bahia na primeira década do século XXI: caminhou-se na direção do trabalho decente?. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*, Blumenau, v. 1, n. 2, p. 157-172, 2013. Disponível em: https://bu.furb.br/ojs/index.php/rbdr/article/view/3780/pdf_12. Acesso em: 20 mar. 2020.

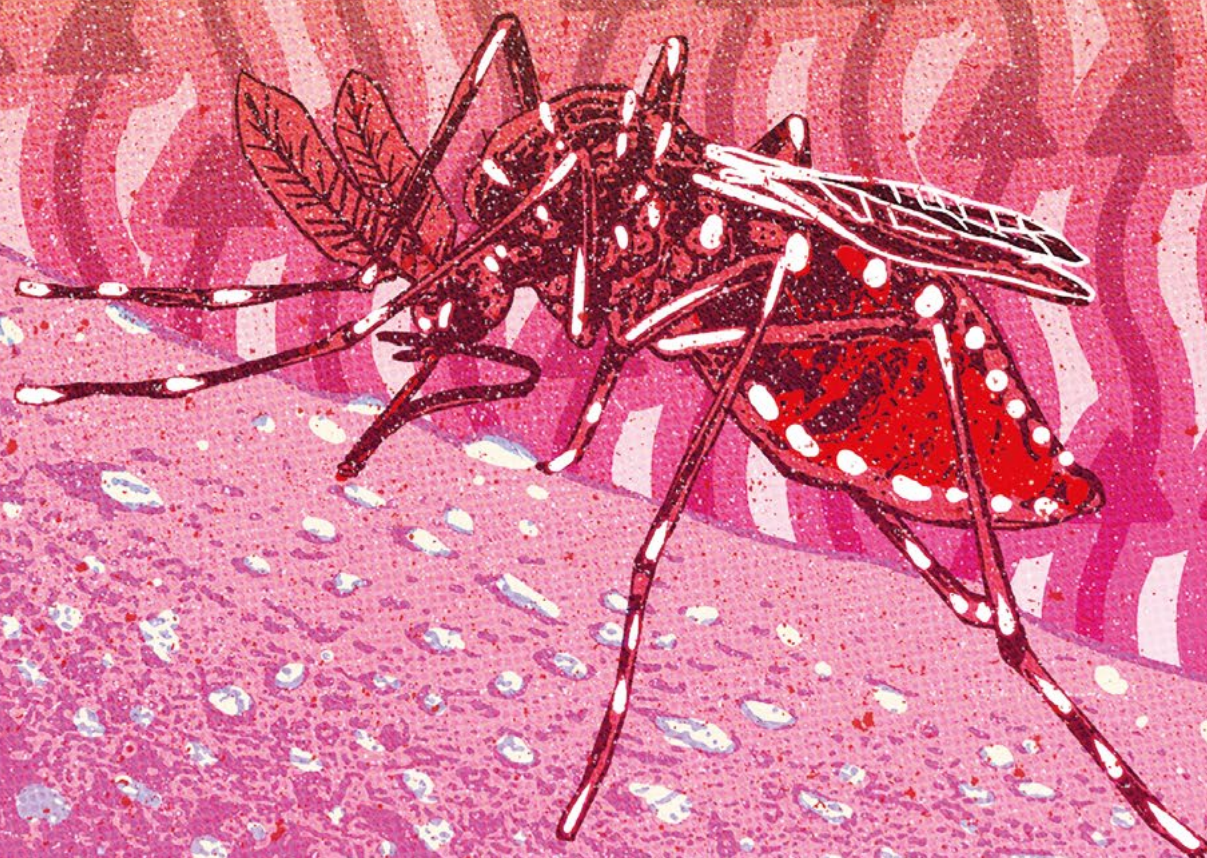
SOUZA, Pedro H. G. *et al.* *Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre aporeza e a desigualdade: um balanço dos primeiros quinze anos*. Rio de Janeiro: IPEA, 2019. (Texto para discussão, 2499). Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2499.pdf. Acesso em: 07 abr. 2020.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECÔNOMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Contas regionais na Bahia (2002-2016)*. Salvador: SEI, 2020a. (Série estudos e pesquisas, 103). Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/sep/sep_103.pdf. Acesso em: 17 jul. 2020.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECÔNOMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *PIB da Bahia*. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=561. Acesso em: 20 jul. 2020b.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECÔNOMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *SEI divulga dados sobre mercado de trabalho na região metropolitana de Salvador em fevereiro*. Salvador, [2018]. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2700:sei-divulga-dados-sobre-mercado-de-trabalho-na-regiao-metropolitana-de-salvador-em-fevereiro&catid=10&Itemid=565. Acesso em: 30 jul. 2020.

ZUANAZZI, Pedro Tononet *al.* *Avaliação e evolução do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 1 e PAC 2)*. [Porto Alegre]: PUCRS: SESCON-RS, maio 2015. Relatório 14. Disponível em: <http://www.sesconrs.com.br/wpcontent/uploads/2016/08/Relat%C3%B3rio-14-Gest%C3%A3o-P%C3%BAblicaEficaz-Programa-de-acelera%C3%A7%C3%A3o-do-Crescimento-mai-2015.pdf>. Acesso em: 6 jul. 2020.



ANÁLISE TEMPORAL DOS CASOS DE ARBOVIROSES REGISTRADOS EM FEIRA DE SANTANA: UMA ABORDAGEM COM VARIÁVEIS CLIMATOLÓGICAS¹

Jessica Suzarte
Carvalho de Souza
Mestranda no Programa de
Pós-graduação em Modelagem
em Ciências da Terra e do
Ambiente na Universidade Estadual
de Feira de Santana (UEFS).
jeusuzarte@yahoo.com.br

Elvira Catiana de Oliveira
Santos Ferreira
Mestranda no Programa de
Pós-graduação em Modelagem em
Ciências da Terra e do Ambiente
na Universidade Estadual de
Feira de Santana (UEFS). elvira.
catiana@hotmail.com

Edna Maria de Araújo
Doutora em Saúde Coletiva pela
Universidade Federal da Bahia
(UFBA) e professora permanente do
Programa de Pós-graduação em
Saúde Coletiva e do Programa de
Pós-graduação em Modelagem em
Ciências da Terra e do Ambiente,
ambos da Universidade Estadual de
Feira de Santana (UEFS). Brasil.
ednakam@gmail.com

Aloísio Machado
da Silva Filho
Doutor em Modelagem
Computacional e Tecnologia
Industrial pelo Senai-Cimatec,
professor permanente do
Programa de Pós-graduação
em Modelagem em Ciências da
Terra e do Ambiente e professor
colaborador do Mestrado
Profissional em Enfermagem,
ambos da Universidade Estadual
de Feira de Santana (UEFS).
aloisioestatistico@uefs.br

ARBOVIROSES SÃO doenças causadas por arbovírus, artrópodes que transmitem a dengue, zika vírus e a febre chikungunya, tendo como agente etiológico o mosquito *Aedes aegypti* (GUBLER *et al.*, 2014), o qual transmite a doença ao homem através da picada do mosquito fêmea infectada, que necessita de água limpa e parada para se reproduzir. Ao serem depositados em recipientes, os ovos podem levar até seis meses aderidos às superfícies secas, eclodindo após o contato com a água e consequentemente se transformam em mosquitos, porém, o ciclo de transmissão da doença ocorre após 30 dias de vida. A fêmea é hematófaga, se alimenta de sangue (precisa da albumina) para completar o processo de amadurecimento dos seus ovos (OLIVEIRA, 2008, p. 99-101).

¹ Agradecemos à Universidade Estadual de Feira de Santana pelo apoio financeiro, à Capes pela bolsa de mestrado e ao Prof. Dr. Everaldo Freitas Gudes pela discussão referente à modelagem estatística.



Neste mesmo período, foi detectado que Feira de Santana foi o primeiro município da mesorregião Centro-Norte e macrorregião Centro-Leste a apresentar casos de dengue

O vetor surgiu desde o período colonial, na época das grandes navegações, por volta do século XVI, por meio do tráfico de pessoas escravizadas, através das embarcações no Atlântico Sul e no Caribe, no comércio marítimo, onde as cidades portuárias eram alvos das epidemias da dengue e da febre amarela (CATÃO, 2011). Sendo reconhecida como doença a partir do século XX, devido ao aumento da endemia e o aparecimento da forma grave (OLIVEIRA, 2008, p. 99).

A dengue é uma doença febril aguda causada por um flavivírus, um arbovírus do grupo B (OLIVEIRA, 2008, p. 99). Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, 2021), esta arbovirose possui quatro tipos: os sorotipos DENVI, DENVII, DENVIII e DENVIV. Brasil (2009), refere que dados analisados pela Organização Mundial de Saúde, estima que cerca de 2/5 da população mundial possui o risco de adquirir a dengue, sendo que aproximadamente 550 mil irão precisar de hospitalização e 20 mil morrerão em decorrência da doença, deixando claro que a dengue é considerada um problema de saúde pública devido ao fato de grande parte da população mundial já ter apresentado um dos tipos desta doença.

A primeira epidemia, identificada em 1987 na Bahia com o sorotipo 1, foi na cidade de Ipupiara no Sudoeste, a qual foi isolada e restrita à zona urbana, foram notificados cerca de 11,9% da população diagnosticadas com a dengue. A segunda ocorreu no mesmo ano, em Prado, no litoral do Extremo Sul da Bahia, com o sorotipo tipo 2, onde 17,9% da população foram acometidos pela doença (VASCONCELOS *et al.*, 2000). Em 1994, foram detectados casos com o sorotipo 2 no Extremo Sul do estado. Entre 1995-1996 em Salvador, a taxa de incidência da doença para cada 100.000 habitantes foi de 691,4 e 393,5 (TEIXEIRA *et al.*, 2001). Neste mesmo período, foi detectado que Feira de Santana foi o primeiro município da mesorregião Centro-Norte e macrorregião Centro-Leste a apresentar casos de dengue (MELO *et al.*, 2010).

Em estudo conduzido por Marques e outros (2009), foram detectados em 2007, 658 casos de dengue no município de Feira de Santana, observando-se que saneamento básico e drenagem de águas pluviais foram alguns dos principais fatores da incidência dos casos. A cidade possui um sistema de drenagem urbana deficitário, podendo provocar enchentes, acúmulo de água em bocas-de-lobo, deposição de resíduos e esgotos no sistema de águas pluviais, residências próximas a córregos, proporcionando o aumento da densidade de mosquitos.

Em 2016, foram detectados 62.892 casos de dengue notificados no estado da Bahia no SINAN na Bahia (Sistema de Informação de Agravos de Notificação) (BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO, 2016).

Segundo Brasil (2015), a febre chikungunya é considerada uma arbovirose causada pelo vírus chikungunya do gênero *Alphavirus*, é de baixa letalidade, mas apresenta alta morbidade. Esse vírus surgiu na Tanzânia em 1952, porém em 2013 virou pandêmico nas Américas em diversas ilhas caribenhas (BRASIL, 2015). Silva e outros (2018) referem que no Brasil os primeiros casos foram detectados em 2014, no Amapá e em Feira de Santana, sendo que em todo território nacional foram detectados neste ano e no ano subsequente cerca de 47.835 casos. Nos anos de 2014 e 2015 houve uma maior prevalência dos números de casos na Bahia, em Feira de Santana, Serrinha e Salvador (SILVA *et al.*, 2018). De acordo com o boletim da 35ª Semana Epidemiológica (SE), do ano de 2017, no Nordeste, em 2016, foram detectados 533,9 casos por 100 mil habitantes e 204 óbitos, o que se configurou como um surto; já em 2017 foram 143,1 casos e 99 óbitos (BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO, 2017b).

De acordo com o Ministério da Saúde, a zika também é uma arbovirose febril causada pelo zika vírus (Zikav). É transmitida através da relação sexual desprotegida e perinatal (mãe para o feto, durante a gravidez), causando a microcefalia em algumas crianças (BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO, 2016). Este vírus foi identificado em macacos da floresta Zika, em Uganda, no ano de 1947 (MESTROVIC, 2020). No período de 2015, ocorreu a transmissão local na América do Sul, tornando-se uma situação de emergência em saúde pública em nível internacional, já que houve aumento do número de casos de microcefalia na região Nordeste do Brasil (GOULD *et al.*, 2017). Nas semanas epidemiológicas dos estados brasileiros (SEs), da 1ª a 52ª, em 2016, foram registrados no País 216.207 casos com oito óbitos. Em 2017, foram detectados 15.586 casos com taxa de incidência de 7,6 casos por 100.000 habitantes (BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO, 2017a).

Os países que estão situados na faixa tropical e intertropical são os mais afetados pelas arboviroses (MENDES; MELIANI; SPANGHERO, 2017). Os principais fatores que propiciam a sua propagação são: as condições ambientais, socioeconômicas, políticas, debilidade nos serviços de saúde pública como a ineficiência das políticas públicas de saúde em relação ao controle destes vetores (*Aedes aegypti*) e a falta de recursos. Além disso, a variabilidade de fatores climatológicos

Os países que estão situados na faixa tropical e intertropical são os mais afetados pelas arboviroses

As influências climáticas possuem interações com a idade dos mosquitos, onde a umidade relativa do ar, estando alta, torna-se um fator prejudicial ao mosquito mais velhos

como temperatura, pluviosidade e umidade relativa do ar podem tornar o ambiente propício à sobrevivência do vetor e isto se reflete no aumento do número de casos (HALES *et al.*, 2002).

Confaloniere (2003) refere que a temperatura, umidade relativa, pluviosidade e o ciclo hidrológico interferem na reprodução e sobrevivência do vetor (o mosquito *Aedes aegypti*). Degallier e outros (2010), em seus estudos, mostraram que as influências climáticas possuem interações com a idade dos mosquitos, onde a umidade relativa do ar, estando alta, torna-se um fator prejudicial ao mosquito mais velhos. Além disso, foram detectados também outros fatores que provocam a mortalidade em mosquitos velhos, são as temperaturas média e mínima, tendo também o microclima de cada local; porém alguns autores, como Viana e Ignotti (2013), referem que a dinâmica do vetor sofre influência da variação da temperatura e da pluviosidade, independentemente do clima. Fato confirmado por Ribeiro e outros (2006), os quais afirmam que a pluviosidade e a temperatura contribuem para o aumento da densidade populacional e consequentemente a incidência da dengue. Barcellos e outros (2009) referem que existem estudos onde o El Niño interfere na variabilidade climática no Semiárido nordestino, ocasionando a diminuição da precipitação entre fevereiro e maio, período das chuvas.

Outro aspecto que merece destaque foi o processo de industrialização em nossa sociedade, que contribui na produção de sacolas plásticas, garrafas, a produção de pneus (resíduos não orgânicos), os quais são descartados no meio ambiente, além dos depósitos de lixo a céu aberto, onde estes são “jogados” em terrenos baldios, em ruas, valas, propiciando a propagação dos criadouros do mosquito *Aedes aegypti*, estado imunológico da população; a história da doença no lugar (TAUIL, 2002).

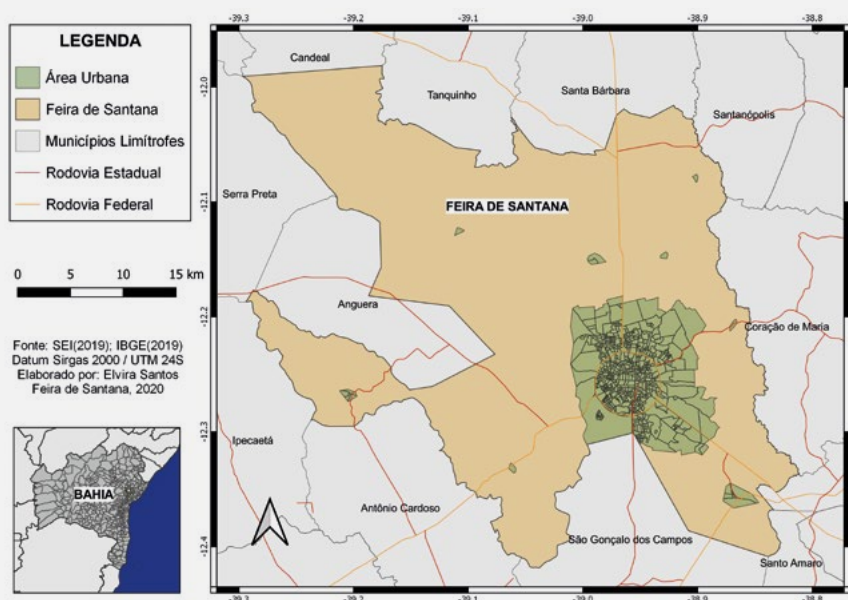
Tendo como alicerce o que foi discutido até aqui e a importância do tema, a presente pesquisa tem o objetivo de mensurar e analisar a correlação cruzada das arboviroses (dengue, zika e chikungunya) com as variáveis climatológicas temperatura e umidade relativa do ar registradas em Feira de Santana – Bahia – entre os anos de 2017 e 2019, tendo como principal método de análise o coeficiente de correlação de Pearson e procedimentos da estatística descritiva.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo do tipo ecológico de série temporal com abordagem descritiva e quantitativa de dados secundários. Os dados utilizados correspondem ao período de 2017 a 2019 e foram disponibilizados pelos seguintes institutos: os dados de população, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dados das variáveis temperatura e umidade relativa do ar, pelo Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) e os dados dos casos notificados das arboviroses, oriundos da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia, através do Sistema de Informação de Agravos de Notificação do Ministério da Saúde (SINAN/BA).

O estudo foi realizado no município de Feira de Santana (Figura 1) que se encontra localizado entre a Zona da Mata e o sertão, sendo reconhecido como Portal do Sertão. É o segundo município mais populoso de todo o estado da Bahia, com população total estimada em 2019 de 614.872 habitantes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020). Está aproximadamente a 110 km de Salvador, capital estadual, tem como retângulo envolvente as coordenadas geográficas 12°09' e 12°20' na latitude Sul e 38°53' e 39°07' de longitude Oeste e apresenta uma área territorial de 1.304,425 km².

Figura 1
Localização do município de Feira de Santana – Bahia – 2020



Cabe ressaltar que os dados de dengue, zika e chikungunya foram coletados considerando o número de casos do município. As notificações utilizadas não tiveram critérios de seleção, ou seja, foi utilizado o número total de casos por local de notificação para cada ano. Para elaboração do banco de dados, foi definida a taxa dos casos das arboviroses por 100 mil habitantes, considerando a população estimada para cada ano, conforme a seguinte equação:

$$taxa = \frac{\text{número de casos}}{\text{população estimada}} \times 100.000 \quad (1)$$

Todas as análises estatísticas foram realizadas no *software* estatístico livre denominado como R-Commander, idealizado por Fox (2005), e por meio deste foi possível realizar os procedimentos de análise descritiva e com o objetivo de estimar a correlação linear entre as arboviroses e as variáveis climatológicas (temperatura e umidade relativa do ar) foi utilizado o coeficiente de correlação de Pearson (r) denotado pela seguinte equação:

$$r = \frac{\sum (x_i - \bar{x})(y_i - \bar{y})}{\sqrt{(\sum (x_i - \bar{x})^2)(\sum (y_i - \bar{y})^2)}} \quad (2)$$

O coeficiente de correlação de Pearson (Equação 2) possui o campo de variação de (-1 a 1, inclusive), em que $r = 1$ denota correlação positiva perfeita e $r = -1$ representa correlação negativa perfeita.

Para avaliar causalidade elegemos o teste de causalidade de Granger (1969), que consiste em uma forma de verificarmos se uma série temporal (x_t) ajuda a prever a série (y_t) ou vice-versa. A hipótese nula do teste é denotada por (y_t) não é causada por (x_t).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

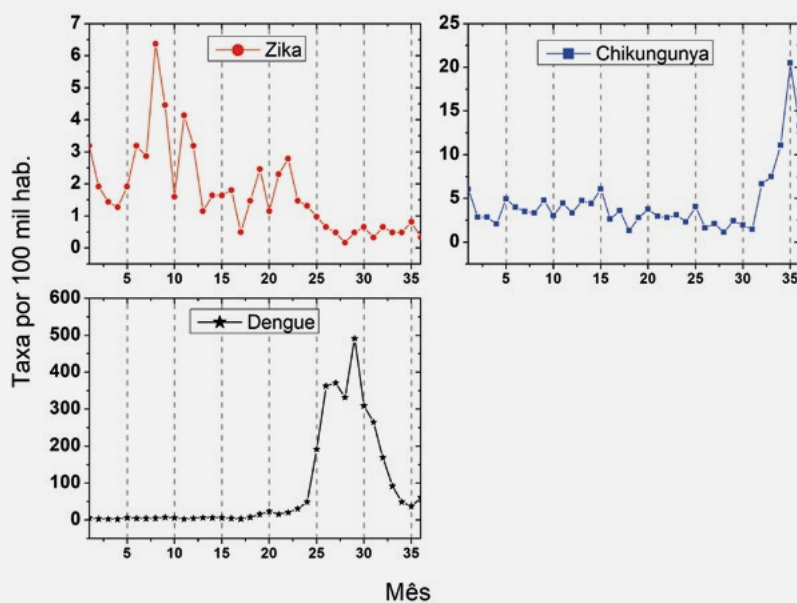
A partir dos resultados obtidos da equação 1 obtivemos a taxa de cada arbovirose por 100 mil habitantes para Feira de Santana de janeiro de 2017 a dezembro de 2019 (totalizando 36 meses) (Figura 2).

Por meio da figura 2 é possível constatar uma estabilidade nos casos de dengue e chikungunya até o vigésimo quinto mês e uma tendência

de crescimento a partir do trigésimo mês nos casos de chikungunya. Já na série temporal de zika, uma estabilidade nas taxas a partir do vigésimo quinto mês (Figura 2). Durante os anos de 2017 a 2019 foram registrados 19.650 casos de arboviroses no município de Feira de Santana. Desse total 93,04% correspondem aos casos de dengue, 5,01% aos casos de chikungunya e 1,95% correspondem aos casos de zika. E como análise complementar das variáveis objetos de estudo da presente pesquisa, definimos algumas medidas descritivas (Tabela 1).

Figura 2

Série temporal das taxas dos casos de dengue, zika e chikungunya por 100 mil habitantes no município de Feira de Santana – Bahia – Jan. 2017-dez. 2019



Fonte: Boletim Epidemiológico (2016) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020). Elaboração dos autores.

Tabela 1

Estatística descritiva e teste de estacionariedade de Dickey-Fuller aumentado das variáveis contempladas na pesquisa – Jan. 2017-dez. 2019

	Média	Mediana	Desvio padrão	Assimetria	Mínimo	Máximo	p-valor
Arboviroses (taxa por 100 mil hab.)							
Taxa de zika	1,72	1,45	1,36	1,51	0,16	6,37	0,03 ⁽¹⁾
Taxa de chikungunya	4,43	3,35	3,73	2,89	1,14	20,49	0,96
Taxa de dengue	82,6	11,56	133,89	1,76	2,55	491,48	0,06
Variáveis climatológicas							
Temperatura (°C)	25,05	25,24	1,93	0,11	21,64	29,35	0,01 ⁽¹⁾
Umidade relativa do ar (%)	71,51	71,58	6,97	-0,79	50,19	84,16	0,06

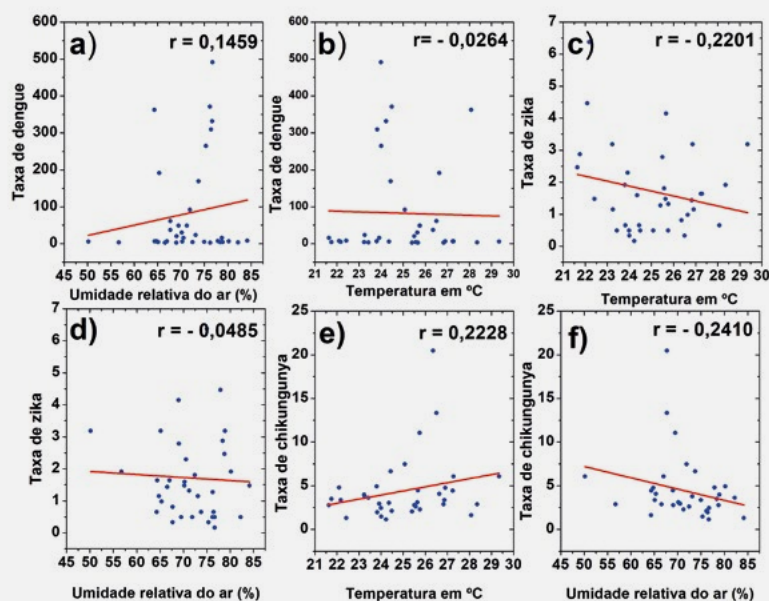
Fonte: Boletim Epidemiológico (2016) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020). Elaboração dos autores.

(1) significativo ao nível de 5%, segundo o teste de estacionariedade de Dickey-Fuller aumentado (Teste ADF) (FULLER, 1996).

Entre as arboviroses, a que apresentou maior taxa média durante o período de análise foi a dengue (82,6 casos por 100 mil hab.) e a menor foi a zika (1,72 casos por 100 mil hab.) (Tabela 1). Análise descritiva identificou também comportamento assimétrico positivo nas taxas das arboviroses, o que denota concentração de valores abaixo da média do período em análise (Tabela 1). A série temporal da zika e da temperatura do ar apresentou comportamento estacionário segundo o teste de Dickey-Fuller, aumentado ao nível de 5% de significância ($p\text{-valor} < 0,05$) (Tabela 1).

A análise de correlação proposta por esta pesquisa buscou verificar a existência ou não de correlação linear simples entre as variáveis climatológicas e as arboviroses no período entre janeiro de 2017 e dezembro de 2019 (Figura 3). Para análise dos resultados dos coeficientes de correlação linear simples inseridos na Figura 3, foi considerada a seguinte classificação: muito fraca ($0 \leq r < 0,19$), fraca ($0,20 \leq r < 0,39$), moderada ($0,40 \leq r < 0,69$), forte ($0,70 \leq r < 0,89$) e muito forte ($0,90 \leq r < 1,0$) (ANDRIOTTI, 2003).

Figura 3
Relação entre as variáveis climatológicas e as taxas dos casos de dengue, zika e chikungunya



Fonte: Boletim Epidemiológico (2016) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020). Elaboração dos autores.

Nota: As linhas vermelhas denotam o ajuste do modelo de regressão linear simples entre as variáveis e r o coeficiente de correlação linear de Pearson.

A relação entre taxa de dengue e umidade relativa do ar apresentou correlação positiva muito fraca ($r = 0,146$) (Figura 3-a) e a taxa de dengue e temperatura apresentou correlação negativa muito fraca ($r = -0,026$) (Figura 3-b). Ao correlacionar taxa de zika e temperatura identificamos correlação negativa fraca ($r = -0,220$) (Figura 3-c) e entre a taxa de zika e umidade relativa do ar valor de ($r = -0,048$) representando correlação negativa muito fraca (Figura 3-d). Por fim, a correlação entre a taxa de chikungunya e temperatura apresentou correlação positiva fraca ($r = 0,243$) (Figura 3-e) e entre a taxa de chikungunya e a umidade relativa do ar correlação negativa fraca ($r = -0,241$) (Figura 3-f).

Como análise adicional, a Tabela 2 apresenta os resultados do teste de causalidade de Granger entre as variáveis contempladas nesta pesquisa na sua primeira diferença. O teste causalidade de Granger identificou relação de causa entre temperatura e as arboviroses zika e chikungunya ao nível de 10% de significância. Já a variável umidade relativa do ar apresentou relação de causa somente em relação à zika (Tabela 2).

Convergindo com nossos achados, nos artigos supracitados ao longo desta pesquisa, alguns autores como Barcellos e outros (2009), Confaloniere (2003), Degallier e outros (2010), Hales e outros (2002) e Viana e Ignotti (2013) mostraram que as variáveis climáticas influenciam no desenvolvimento das arboviroses, favorecendo a sobrevivência e consequentemente a proliferação. Fato também comprovado por Magalhães e Zanella (2015), através de uma análise sobre a variabilidade climática e a frequência da dengue em Fortaleza, deixa claro que os casos aumentaram, demonstrando que a variabilidade climática é um fator determinante para tal situação. Além disso, demonstraram que a associação da dengue com a umidade relativa do ar possui correlação significativa.

Tabela 2
Teste de causalidade de Granger entre as variáveis contempladas na pesquisa – Jan. 2017-dez. 2019

(y_t)	(x_t)	Lags	p-valor	Causalidade
Temperatura do ar	Dengue	11	0,95	Não
	Zika	4	0,03 ₍₁₎	Sim
	Chikungunya	5	0,09 ₍₁₎	Sim
	Dengue	11	0,91	Não
Umidade relativa do ar	Zika	4	0,04 ₍₁₎	Sim
	Chikungunya	11	0,34 ₍₁₎	Não
	Dengue	11	0,95	Não

Fonte: Boletim Epidemiológico (2016) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020).

Elaboração dos autores.

(1) (y_t) causa (x_t) ao nível de 10% de significância. Aqui Lags denota o número de defasagens.

Estudo da variação sazonal da população adulta do *Aedes aegypti* em Porto Alegre (RS) infere que a temperatura apresentou correlação forte e positiva proporcionando o aumento desse vetor

Estudo da variação sazonal da população adulta do *Aedes aegypti* em Porto Alegre (RS) infere que a temperatura apresentou correlação forte e positiva proporcionando o aumento desse vetor (DEMARCO JUNIOR, 2016). Já na cidade de Tanguará da Serra (MT), as variáveis epidemiológicas que propiciam o aumento da transmissão da dengue são umidade e precipitação, o qual a precipitação pluviométrica e o número de casos detectados, a correlação é forte com resultados positivos altos, proporcionando o aumento significativo de infestação do *Aedes aegypti* (FERNANDES *et al.*, 2012). Sendo também afirmado em estudo feito por Magalhães e Zanella (2013), analisando o comportamento espacial da dengue e sua relação com o clima na região metropolitana de Fortaleza.

Outro estudo realizado em Maceió (AL) por Santos (2016) demonstrou a influência desta variável na transmissão da dengue, resultando na regulação da população do vetor, permitindo locais que favorecem a reprodução e a incubação dos seus ovos. Além disso, destaca que a umidade relativa do ar e a temperatura afligem na sua sobrevivência refletindo as fases de ovo e adulta, influenciando nos hábitos alimentares e atração entre os mesmos. A umidade afeta o voo, assim como as taxas de evaporação dos criadouros proporciona uma longevidade, fecundidade e maior velocidade no desenvolvimento. Concluindo que o aumento de casos da dengue em Maceió é proveniente da duração do pico dominante da precipitação e da máxima temperatura do ar.

Existe também uma análise da relação causal entre variáveis meteorológicas e a população de fêmeas do *Aedes aegypti* em Lavras, (MG). Notou-se que existe uma forte relação causal entre a variável pluviosidade e a população de fêmeas do vetor, podendo gerar impactos na população (CORDEIRO; FERNANDES; EIRAS, 2017). Sendo verificado que existe uma forte correlação positiva da dengue com a precipitação e a umidade do ar, evidenciado em Fortaleza. Apesar de ter demonstrado também essa correlação na zika referente a umidade relativa do ar, a mesma, não teve significância estatística. Na chikungunya, a umidade relativa do ar apresentou forte relação linear, sendo notado um aumento dos casos no período do inverno (ARAÚJO; UCHÔA; ALVES, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve por objetivo analisar e mensurar temporalmente o comportamento das taxas de casos registrados por notificação de dengue, de zika e de chikungunya em relação à variável temperatura

do ar e umidade relativa do ar no município de Feira de Santana – Bahia – entre os anos de 2017 e 2019. Os resultados mostraram que a análise desses elementos climáticos não apresentou correlações fortes com as taxas de notificações das arboviroses no período do estudo. É relevante relatar que correlação não denota relação de causalidade e devido a este fato foi executado o teste de causalidade de Granger. Nossos achados convergiram com outras pesquisas que investigaram a correlação entre as taxas de arboviroses com variáveis climatológicas.

Esta pesquisa possui algumas limitações, como a utilização de dados mensais das arboviroses, fornecidos pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação do Ministério da Saúde (Sinam-BA), que não disponibiliza registros diários. Além do fato desses dados serem subnotificados.

Sendo necessários, devido à complexidade das relações entre variáveis climatológicas e arboviroses, outros estudos complementares e com outros modelos estatísticos a fim de detectar demais fatores que favorecem a proliferação do vetor de transmissão, com o intuito de proporcionar iniciativas preventivas e promotoras necessárias para mitigar a incidência dessas doenças.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. S. *et al.* Distribuição espacial de *Aedes Albopictos* na região Sul do Mato Grosso do Sul. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 40, n. 6, p. 1094-1100, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rsp/v40n6/19.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2020.

ANDRIOTTI, J. L. S. *Fundamentos de estatística e geoestatística*. São Leopoldo: UNISINOS, 2003. 165 p.

ARAUJO, R. A. F.; UCHÔA, N. M.; ALVES, J. M. Influências de variáveis meteorológicas na prevalência de doenças transmitidas pelo mosquito *Aedes Aegypti*. *Revista Brasileira de Meteorologia*, São José dos Campos, v. 34, n. 3, p. 439-447, 2019. Disponível: <https://www.scielo.br/pdf/rbmet/v34n3/0102-7786-rbmet-34-03-0054.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2020.

BAHIA. Secretaria da Saúde. *Bahia emite alerta sobre aumento de 301% nos casos de dengue em 2019*. Salvador, 22 fev. 2019. Disponível em: <http://www.saude.ba.gov.br/2019/02/22/bahia-emite-alerta-sobre-aumento-de-301-nos-casos-de-dengue-em-2019/>. Acesso em: 28 set. 2019.

BARCELLOS, C. *et al.* Mudanças climáticas e ambientais e as doenças infecciosas: cenários de incertezas para o Brasil. *Revista Epidemiologia e Serviços de Saúde*, Brasília,

v. 18, n. 3, p. 285-304, jul./set. 2009. Disponível em: <http://scielo.iec.gov.br/pdf/ess/v18n3/v18n3a11.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2020.

BARRETO, M. L.; TEIXEIRA, M. Dengue no Brasil: situação epidemiológica e contribuições para uma agenda de pesquisa. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 22, n. 64, dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v22n64/a05v2264.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2020.

BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO: Monitoramento dos casos de dengue, febre de chikungunya e febre pelo vírus zika até a semana epidemiológica 52, 2016. Brasília: Ministério da Saúde, v. 48, n. 3, 2017a. Disponível: <https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2017/abril/06/2017-002-Monitoramento-dos-casos-de-dengue--febre-de-chikungunya-e-febre-pelo-virus-Zika-ate-a-Semana-Epidemiologica-52--2016.pdf>. Acesso em: 2 maio 2020.

BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO: Monitoramento dos casos de dengue, febre de chikungunya e febre pelo vírus zika até a semana epidemiológica 35, 2017. Brasília: Ministério da Saúde, v. 48, n. 29, 2017b. Disponível em: <https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2017/setembro/15/2017-028-Monitoramento-dos-casos-de-dengue--febre-de-chikungunya-e-febre-pelo-virus-Zika-ate-a-Semana-Epidemiologica-35.pdf>. Acesso em: 2 out. 2020.

BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO: Situação epidemiológica das arboviroses: Bahia, 2016. Salvador, n. 14, 18 out. 2016. Disponível em: http://www.saude.ba.gov.br/wp-content/uploads/2017/11/Boletim-epidemiologico-n-16-dengue-_chikungunya_zika.pdf. Acesso em: 28 set. 2019.

BRAGA, I. A.; VALLE, D. *Aedes Aegypti*: histórico do controle no Brasil. *Revista Epidemiologia e Serviços de Saúde*, Brasília, v. 16, n. 2, abr./jun. 2007. Disponível em: <http://scielo.iec.gov.br/pdf/ess/v16n2/v16n2a06.pdf>. Acesso em: 27 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Saúde de A-Z: Dengue: sintomas, causas, tratamento e prevenção*. Disponível em: <http://antigo.saude.gov.br/saude-de-a-z/dengue>. Acesso em: 13 jul. 2020b.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Saúde de A-Z: Zika vírus: o que é, causas, sintomas, tratamento, diagnóstico e prevenção*. Disponível em: <http://antigo.saude.gov.br/saude-de-a-z/zika-virus>. Acesso em: 21 jul. 2020c.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. *Febre de chikungunya: manejo clínico*. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. 28 p. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/febre_chikungunya_manejo_clinico.pdf. Acesso em: 19 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. *Diretrizes nacionais para prevenção e controle de epidemias de dengue*. Brasília: Ministério da Saúde, 2009, 160 p. (Série A. Normas e manuais técnicos). Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_nacionais_prevencao_controle_dengue.pdf. Acesso em: 11 set. 2020.

CAMPOS, A. C. *Ministro diz que a preocupação com a dengue é maior na Bahia*. Brasília, 11 set. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2019-09/ministro-diz-que-preocupacao-com-dengue-e-maior-na-bahia>. Acesso em: 26 set. 2019.

CATÃO, R. C. *Dengue no Brasil: abordagem geográfica na escala nacional*. 2011. 169 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/11/ms/rafael_catao.pdf. Acesso em: 14 jul. 2020.

CONFALONIERI, U. E.C. Variabilidade climática, vulnerabilidade social e saúde no Brasil. *Revista Terra Livre*, São Paulo, ano 19, v. 1, n. 20, p. 193-204, jan./jul. 2003. Disponível em: <https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/viewFile/185/169>. Acesso em: 20 jul. 2020.

CORDEIRO, F. S.; FERNANDES, J. L. A.; EIRAS, A. E. Análise da relação causal entre variáveis meteorológicas (pluviosidade e temperatura) e população de fêmeas *Aedes aegypti* em Lavras, MG – Brasil. *Proceeding Series of the Brazilian Society of Computational and Applied Mathematics*, São Carlos, v. 5, n. 1, p. 1-7, 2017. Trabalho apresentado no 36º Congresso Nacional de Matemática Aplicada e Computacional, 2016, Gramado. Disponível em: <https://proceedings.sbmec.org.br/sbmec/article/download/1397/1410>. Acesso em: 28 jan. 2021.

COSTA, J. V.; SILVEIRA, L. V. A.; DONALISIO, M. R. Análise espacial de dados de contagem com excesso de zeros aplicado ao estudo da incidência de dengue em Campinas, São Paulo, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 8, p. 1-14, ago. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v32n8/1678-4464-csp-32-08-e00036915.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2020.

DEGALLIER, N. *et al.* Impactos climáticos sobre a transmissão da dengue no Nordeste do Brasil. In: SERVAIN, J. *et al.* *Clima do Atlântico tropical e impactos sobre o Nordeste (CATIN)*. Fortaleza: FUNCEME, 2010. p. 331-337. Disponível em: https://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/divers11-06/010050939.pdf. Acesso em: 20 jul. 2020.

DEMARCO JUNIOR, P. C. *Variação sazonal da população adulta de Aedes aegypti (Diptera: Culicidae), no município de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, entre 2012 e 2014*. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Inventariamento e Monitoramento de Fauna) – Instituto de Biociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/142002/000987104.pdf?sequence=1>. Acesso em: 28 jan. 2021.

ESCOBAR, L. E. *et al.* Declining prevalence of disease vectors under climate change. *Scientific Reports*, London, n. 39150, Dec. 2016. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/srep39150.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2020.

FERNANDES, R. S. *et al.* Clima e casos de dengue em Tangará da Serra/MT. *Hygeia – Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde*, Uberlândia, v. 8, n. 15, p. 78-88, dez. 2012. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/hygeia/article/view/17118>. Acesso em: 26 jan. 2021.

FOX, J. The R Commander: a basic-statistics graphical user interface to R. *Journal of Statistical Software*, [s. l.], v. 14, n. 9, p. 1-42, Sept. 2005. Disponível em: <https://www.jstatsoft.org/index.php/jss/article/view/v014i09/v14i09.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2020.

FULLER, W. A. *Introduction to statistical time series*. 2nd. ed. EUA: John Wiley & Sons, 1996.

GOULD, E. et al. Emerging arboviruses: why today?. *One Health*, [s. l.], v. 4, p. 1-13, Dec. 2017. Disponível em: <https://reader.elsevier.com/reader/sd/pii/S2352771417300137?token=BB7904EE2392750C6393C5AAC6E8C165F27E4DF46BC60AFA0CAB87EEBB9BB1BE16A0380411057DE7ED0B002B98EF894E&originRegion=us-east-1&originCreation=20210514123751>. Acesso em: 23 jul. 2020.

GRANGER, C. Investigating causal relations by econometric models and cross-spectral methods. *Econometrica*, New York, v. 37, n. 3, p. 424-438, Aug. 1969. Disponível em: <http://tyigit.bilkent.edu.tr/metrics2/read/Investigating%20%20Causal%20Relations%20by%20Econometric%20Models%20and%20Cross-Spectral%20Methods.pdf>. Acesso em: 18 maio 2021.

GUBLER, D. et al. *Dengue and dengue hemorrhagic fever*. 2nd ed. London: CABI, 2014.

HALES, S. et al. Potential effect of population and climate changes on global distribution of dengue fever: an empirical model. *The Lancet*, [s. l.], v. 360, p. 830-834, Sept. 2002. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/12243917/>. Acesso em: 16 jul. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Estimativa da população*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=downloads>. Acesso em: 19 jul. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA. *Histórico de dados meteorológicos*. Disponível em: <https://portal.inmet.gov.br/dadoshistoricos>. Acesso em: 9 set. 2019.

INSTITUTO OSWALDO CRUZ. *Dengue vírus e vetor*. Disponível em: <http://www.ioc.fiocruz.br/dengue/textos/longatraje.html>. Acesso em: 14 jul. 2020.

IWAMURA, T.; GUZMAN-HOLST, A.; MURRAY, K. A. Accelerating invasion potential of disease vector *Aedes aegypti* under climate change. *Nature Communications*, [s. l.], v. 11, n. 2130, May 2020. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41467-020-16010-4>. Acesso em: 16 jul. 2020.

LIMA, V. H. F. et al. Silent circulation of dengue virus in *Aedes albopictus* (Diptera: Culicidae) resulting from natural vertical transmission. *Scientific Reports*, [s. l.], v. 10, n. 3855, 2020. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41598-020-60870-1>. Acesso em: 19 jul. 2020.

MAGALHÃES, G. B.; ZANELLA, M. E. A variabilidade climática e a frequência de dengue em Fortaleza, CE, Brasil. *Rede – Revista Eletrônica Prodema*, Fortaleza, v. 9, n. 1, p. 35-50, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://www.revistarede.ufc.br/rede/article/view/296>. Acesso em: 23 jan. 2021.

MAGALHÃES, G. B.; ZANELLA, M. E. Comportamento espacial da dengue e sua relação com o clima na região metropolitana de Fortaleza. *Revista Brasileira de Climatologia*, Curitiba, ano 9, v. 12, jan./jul. 2013. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revistaabclima/article/view/32180/21510>. Acesso em: 27 jan. 2021.

MARQUES, A. C. F. *et al.* Drenagem urbana e possível relação com a proliferação da dengue (Feira de Santana, Bahia). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL, 25., 2009, Recife. *Anais [...]*. Recife: ABES, 2009. Disponível em: <http://abes.locaweb.com.br/XP/XP-EasyArtigos/Site/Uploads/Evento11/TrabalhosCompletoPDF/VII-046.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2020.

MÉDICOS SEM FRONTEIRAS. *Dengue*. Disponível em: https://www.msf.org.br/o-que-fazemos/atividades-medicas/dengue?utm_source=adwords_msf&utm_medium=&utm_campaign=dengue_comunicacao&utm_content=_exclusao-saude_brasil_39923&gclid=CjwKCAjwJLD4BRAIEiwAg5NBFucMTXmTi6Rj0nyQI1Fw5uC1fCJ0L4-9gH8loCf9HbqHlyNzCe7fbxoC2YsQAvD_BwE. Acesso em: 13 jul. 2020.

MELO, M. S. S. *et al.* Progressão da circulação do vírus do dengue no estado da Bahia, 1994-2000. *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical*, Uberaba, v. 43, n. 2, mar./abr. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rsbmt/v43n2/07.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2020.

MENDES, J. S.; MELIANI, P. F.; SPANGHERO, P. E. Dengue na Bahia: mapeamento análise da dinâmica espaço-temporal no período de 2001 a 2010. *Caminhos da Geografia*, Uberlândia, v. 18, n. 62, p. 73-86, jun. 2017. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/35293/20542>. Acesso em: 14 jul. 2020.

MENDONÇA, F. A.; SOUZA, A. V.; DUTRA, D. A. Saúde pública, urbanização e dengue no Brasil. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, v. 21, n. 3, p. 257-269, dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sn/v21n3/a03v21n3.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2020.

MESTROVIC, T. *História do vírus de Zika*. Disponível em: [https://www.news-medical.net/health/Zika-Virus-History-\(Portuguese\).aspx#:~:text=O%20v%C3%ADrus%20de%20Zika%20foi,a%20febre%20amarela%20da%20selva](https://www.news-medical.net/health/Zika-Virus-History-(Portuguese).aspx#:~:text=O%20v%C3%ADrus%20de%20Zika%20foi,a%20febre%20amarela%20da%20selva). Acesso em: 26 set. 2020.

MORIM, C. W.; COMRIE, A. C.; ERNST, K. Climate and dengue transmission: evidence and implications. *Environmental Health Perspectives*, [s. l.], v. 121, n. 11-12, p. 1264-1272, Nov./Dec. 2013. Disponível em: <https://ehp.niehs.nih.gov/doi/pdf/10.1289/ehp.1306556>. Acesso em: 23 jul. 2020.

OLIVEIRA, B. G. R. B. Dengue e febre amarela: cuidados preventivos em saúde. In: FIGUEIREDO, N. M. A. *et al.* *Ensinando a cuidar em saúde pública*. São Caetano do Sul: Yendis, 2008. cap. 6, p. 99-124.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. *Dengue*. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/dengue>. Acesso em: 17 fev. 2021.

RIBEIRO, A. F. *et al.* Associação entre incidência de dengue e variáveis climáticas. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 40, n. 4, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rsp/v40n4/ao-5369.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2021.

SAMPAIO, G. B. C. *et al.* Expansão da circulação do vírus Zika da África à América, 1947 – 2018: revisão da literatura. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, Brasília, v. 28, n. 2, jun. 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-96222019000201301. Acesso em: 23 jul. 2020.

SANTOS, J. B. *Estudo da correlação entre variáveis meteorológicas e a incidência de casos de dengue em Maceió, Alagoas, Brasil*. 2016. Dissertação (Mestrado em Meteorologia) – Instituto de Ciências Atmosféricas, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2016. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/1632/1/Estudo%20da%20correla%C3%A7%C3%A3o%20entre%20vari%C3%A1veis%20meteorol%C3%B3gicas%20e%20a%20incid%C3%A2ncia%20de%20casos%20de%20dengue%20em%20Macei%C3%B3%2C%20Alagoas%2C%20Brasil.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2021.

SANTOS, N. *et al.* Análise epidemiológica da dengue no município de Vitória da Conquista – Bahia, no período de 2011 a 2014. *Revista Eletrônica da Fainor*, Vitória da Conquista, v. 9, n. 2, p. 111-123, 2016. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/f243/3aad77ff18f7122729a1ecbfc01ba9ab4f.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2020.

SANTOS, V. S. *Zika*. Disponível em: <https://www.biologianet.com/doencas/zika.htm>. Acesso em: 21 jul. 2020.

SILVA, N. M. *et al.* Vigilância de chikungunya no Brasil: desafios no contexto da saúde pública. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, Brasília, v. 27, n. 3, p. 1-10, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ress/v27n3/2237-9622-ress-27-03-e2017127.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2020.

SOUZA, T. B. B.; DIAS, J. P. Perfil epidemiológico da dengue no município de Itabuna (BA), 2000. *Revista Baiana de Saúde Pública*, Salvador, v. 34, n. 3, p.665-681, jul./set. 2010. Disponível em: rbsp.sesab.ba.gov.br/index.php/rbsp/article/download/64/63. Acesso em: 22 abr. 2020.

TAUIL, P. L. Aspectos críticos do controle do dengue no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 867-871, maio/jun. 2002. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csp/2002.v18n3/867-871/>. Acesso em: 28 set. 2019.

TEICH, V.; ARINELLI, R.; FAHHAM, L. *Aedes aegypti* e sociedade: o impacto econômico das arboviroses no Brasil. *Jornal Brasileiro de Economia da Saúde*, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 265 – 276, 2017. Disponível em: http://docs.bvsalud.org/biblioref/2018/04/883013/doi-1021115_jbesv9n3p267-76.pdf. Acesso em: 23 jul. 2020.

TEIXEIRA, M. G. *et al.* Epidemiologia do dengue em Salvador-Bahia, 1995-1999. *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical*, Uberaba, v. 34, n. 3, p. 269-274, maio/jun. 2001. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/0927.pdf>. Acesso em: 28 set. 2019.

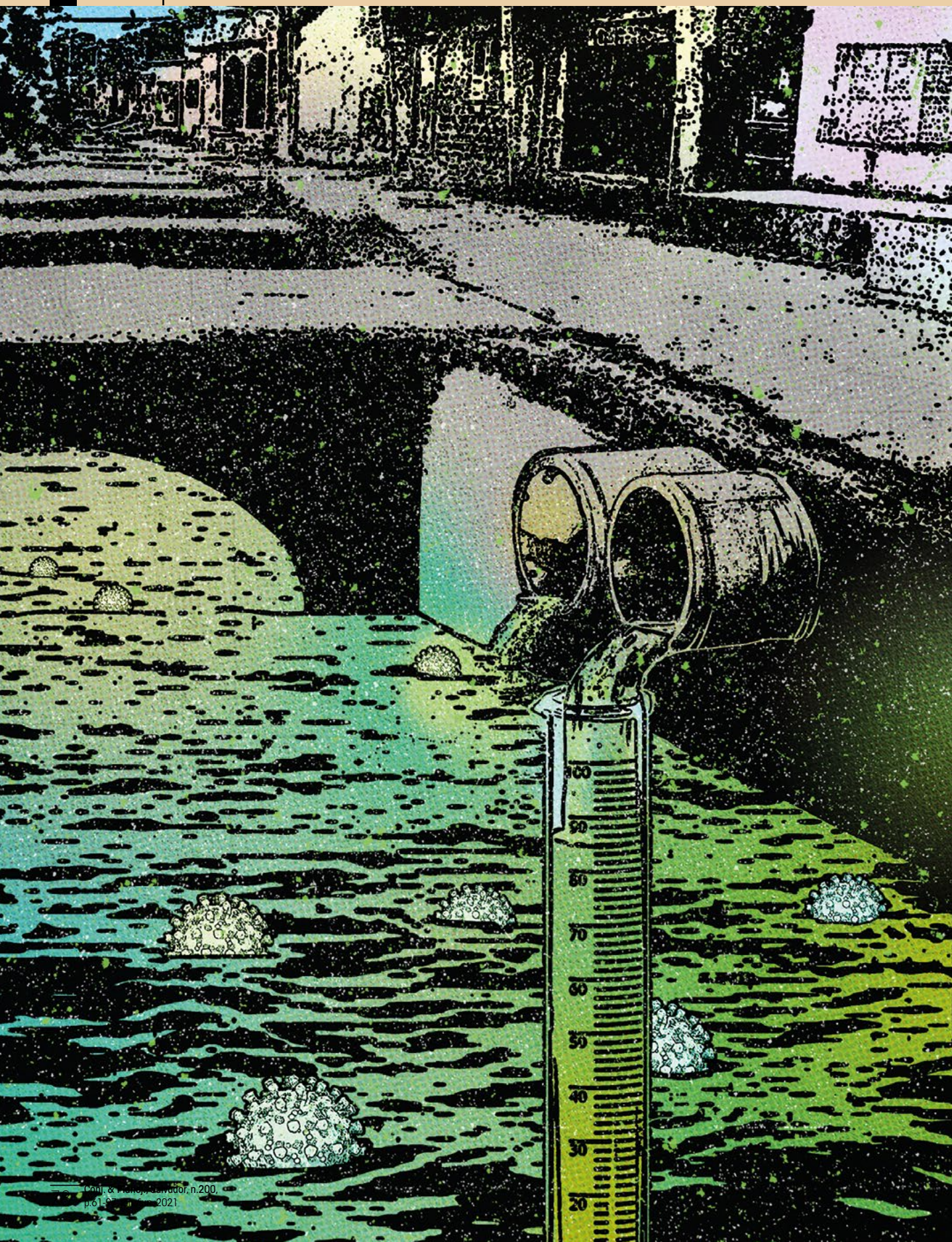
VASCONCELOS, D. *Saiba as diferenças entre os sintomas das arboviroses*. Fortaleza, 15 jan. 2020. Disponível em: <https://www.saude.ce.gov.br/2020/01/15/saiba-as-diferencas-entre-os-sintomas-das-arboviroses/>. Acesso em: 19 jul. 2020.

VASCONCELOS, P. F. *et al.* Epidemia de dengue em Ipupiara e Prado, Bahia. Inquérito soro-epidemiológico. *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical*, Uberaba, v. 33, n. 1, p. 61-67, jan./fev. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rsbmt/v33n1/v33n1a09.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2020.

VIANA, D. V.; IGNOTTI, E. A ocorrência da dengue e variações meteorológicas no Brasil: revisão sistemática. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 240-256, 2013. Disponível: <https://www.scielo.br/pdf/rbepid/v16n2/1415-790X-rbepid-16-02-00240.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2020.

WEATHER SPARK. *Condições meteorológicas médias de Feira de Santana*. Disponível em: <https://pt.weatherspark.com/y/31060/Clima-caracter%C3%ADstico-em-Feira-de-Santana-Brasil-durante-o-ano>. Acesso em: 26 set. 2019.

YUILL, T. M. *Infecção por vírus zika*. Disponível em: <https://www.msdmanuals.com/pt-br/casa/infec%C3%A7%C3%B5es/arbov%C3%ADrus-arenav%C3%ADrus-e-filov%C3%ADrus/infec%C3%A7%C3%A3o-por-v%C3%ADrus-zika>. Acesso em: 21 jul. 2020.



A QUESTÃO DA COVID-19 NO ESTADO DA BAHIA: POSSÍVEIS RELAÇÕES A PARTIR DA PROBLEMÁTICA DO SANEAMENTO BÁSICO

Manuela Vieira Santos da Luz
Engenheira ambiental e sanitária
pela Universidade Salvador (Unifacs).
Mestranda do Programa de
Pós-Graduação em Desenvolvimento
Regional e Urbano pela Unifacs.
manuelavieirasl@hotmail.com

Aline de Souza Silva
Biotecnologista pela Universidade Federal
da Bahia (UFBA). Mestranda do Programa
de Pós-Graduação em Desenvolvimento
Regional e Urbano pela Universidade
Salvador (Unifacs).
aln.souzasilva@gmail.com

Adna Caroline Vale Oliveira
Engenheira ambiental e sanitária pela
Universidade Salvador – UNIFACS, Brasil.
Mestranda do Programa de Pós-Graduação
em Desenvolvimento Regional e Urbano,
Universidade Salvador – UNIFACS, Brasil.
adnacaroline@hotmail.com

Ícaro Thiago Andrade Moreira
Doutor em geologia ambiental, hidrogeologia
e recursos hídricos pela Universidade
Federal da Bahia (UFBA). Professor Adjunto
do Departamento de Engenharia Ambiental
da Universidade Federal da Bahia (UFBA).
icarotam@ufba.br

Renato Barbosa Reis
Doutor em biotecnologia em saúde e
medicina investigativa pela Fundação Oswaldo
Cruz (Fiocruz). Professor do Programa de
Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional
e Urbano na Universidade Salvador (Unifacs).
renato.reis@unifacs.br

Laumar Neves de Souza
Doutor em ciências sociais pela Universidade
Federal da Bahia (UFBA). Professor do Programa
de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional
e Urbano na Universidade Salvador (Unifacs).
laumar.souza@unifacs.br

CONFORME DADOS do Sistema Nacional
de Informações sobre Saneamento
(SNIS), os serviços de abasteci-
mento de água potável¹ e de esgota-
mento sanitário² em 2010, em todo
Brasil, contemplavam cerca de 81% e
46% da população e, em 2018, 83%
e 53%, respectivamente (SISTEMA
NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE
SANEAMENTO, 2020a, 2020b). Estes
dados demonstram uma falha de cober-
tura dos serviços de saneamento básico,
especialmente esgotamento sanitário.

1 O serviço de abastecimento de água potável é consti-
tuído pelas “atividades e pela disponibilização e manu-
tenção de infraestruturas e instalações operacionais
necessárias ao abastecimento público de água potável,
desde a captação até as ligações prediais e seus instru-
mentos de medição” (BRASIL, 2020a).

2 Esgotamento sanitário é definido pelo conjunto de “ati-
vidades e pela disponibilização e manutenção de infra-
estruturas e instalações operacionais necessárias à
coleta, ao transporte, ao tratamento e à disposição final
adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações
prediais até sua destinação final para produção de água
de reúso ou seu lançamento de forma adequada no
meio ambiente” (BRASIL, 2020a).

Em 2010, 76% e 27% da população baiana tinha acesso ao serviço de rede de água e esgoto, respectivamente, e, em 2018, cerca de 82% da população baiana tinha acesso a rede de água tratada e apenas 39% à rede de esgotamento sanitário

Partindo-se da escala nacional para a regional, essa problemática revela-se ainda mais grave. Tratando-se das regiões do Brasil, em 2018, as regiões Norte e Nordeste apresentaram dados deficitários quando comparadas às outras regiões do Brasil: 10% da população atendida com serviço de esgotamento e 57%, com serviço de água na região Norte; 28% da população com acesso à rede de esgoto e 74% com acesso a abastecimento de água tratada na região Nordeste.

Em 2010, 76% e 27% da população baiana tinha acesso ao serviço de rede de água e esgoto, respectivamente, e, em 2018, cerca de 82% da população baiana tinha acesso a rede de água tratada e apenas 39% à rede de esgotamento sanitário (SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO, 2020a). Estes dados seguem a mesma tendência nacional de pouco avanço durante oito anos, além do percentual ainda mais deficitário quando se trata do acesso à infraestrutura sanitária adequada. Este cenário demonstra uma alta fragilidade do saneamento no estado da Bahia e, conseqüentemente, maior exposição a diversas doenças, em especial as de veiculação hídrica (SILVA *et al.*, 2019).

Diante da possibilidade de diversos microrganismos sobreviverem em superfícies por horas ou dias, sugere-se que patógenos (microrganismos causadores de doenças) podem ser transmissíveis por contato com água ou efluentes domésticos não tratados, permitindo ainda a contaminação ambiental (SAN JUAN-REYES; GÓMEZ-OLIVÁN; ISLAS-FLORES, 2021).

A *Corona Virus Disease 2019*, conhecida pela sigla covid-19, é uma doença respiratória e altamente infecciosa, causada pelo novo coronavírus, o SARS-CoV-2. Em dezembro de 2019, o vírus foi identificado ao infectar humanos em Wuhan, na China, local onde iniciou a transmissão entre humanos. Mediante a rápida propagação da doença e declaração da OMS em 11 de março de 2020 sobre a pandemia da covid-19, diversos países decretaram estado de emergência. Além disso, foram adotadas medidas como o isolamento social, a lavagem das mãos e o uso de máscaras, fundamentais para evitar ou mitigar o contágio (MELO; SANTOS; VIEIRA, 2020; UNIVERSIDADE ABERTA DO SUS, 2020).

Mais de 144 milhões de casos positivos da covid-19 foram confirmados em 221 países e territórios. No Brasil, são mais de 14 milhões de pessoas contaminadas, o que o tornou o terceiro país com maior número de casos em todo mundo, atrás apenas da Índia (15 milhões) e dos Estados Unidos (32 milhões) (WORLDOMETER, 2021). Na região Nordeste, quase 3,5 milhões de pessoas são portadoras do SARS-CoV-2, representando cerca de 25% do total de casos no país. A Bahia possui 871.672 casos confirmados

de covid-19, sendo o estado com maior número de contaminados da região Nordeste, em torno de 25% da população da região (BAHIA, 2021; CORONAVÍRUS BRASIL, 2021).

Embora ainda não se tenha estudos conclusivos acerca da contaminação via esgoto ou água não tratada, cabe enfatizar que a pandemia tornou ainda mais vivo o debate sobre o importante papel do saneamento básico, principalmente diante da grande falha do acesso a estes serviços, ao evitar exposição e diminuir os riscos de contágio da doença.

Em face desse quadro, tem-se que o presente trabalho debruça-se sobre a questão da covid-19 na Bahia, bem como suas possíveis relações com a problemática do acesso ao saneamento básico. Para dar conta desta tarefa, a metodologia empregada consiste em uma pesquisa quantitativa, baseada em um estudo de caso, cujos dados referentes à população atendida por abastecimento de água e esgotamento sanitário e os casos confirmados da covid-19, encontrados no SNIS e na SESAB respectivamente, foram correlacionados.

ENTENDENDO AS POSSÍVEIS RELAÇÕES ENTRE A QUESTÃO DO SANEAMENTO BÁSICO E DA COVID-19

O acesso aos serviços básicos como o de saneamento é reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) como essencial para se alcançar todos os outros direitos humanos e para auxiliar no desenvolvimento local de forma sustentável (UNITED NATIONS, 2010). Em 2015, líderes mundiais tomaram a decisão de elaborar 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas com o propósito de reduzir e/ou mitigar a pobreza, promover bem-estar e prosperidade, auxiliar na proteção do meio ambiente e impulsionar a criação de ações contra a mudança global do clima até o ano de 2030. Considerando os objetivos estabelecidos pela ONU destaca-se o Objetivo 6, que trata de assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e do saneamento para todos e o Objetivo 11, que se dedica a tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis (BRASIL, 2019; ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2020).

O saneamento básico é definido como um conjunto de infraestruturas e instalações operacionais que visam a prestar serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem de águas pluviais (BRASIL, 2020c). No Brasil, a Política Nacional de Saneamento (PNS), instituída pela Lei nº 11.445/2007, foi criada com o objetivo de estabelecer as diretrizes nacionais para o saneamento básico (BRASIL,

No Brasil, a Política Nacional de Saneamento (PNS), instituída pela Lei nº 11.445/2007, foi criada com o objetivo de estabelecer as diretrizes nacionais para o saneamento básico

O SNIS oferece informações nos âmbitos institucional, administrativo, operacional, gerencial, econômico-financeiro, contábil e de qualidade dos serviços de água, esgoto e manejo de resíduos sólidos

2007), propondo-se a preservar o meio ambiente, prevenir a disseminação de doenças e, conseqüentemente, promover boas condições de saúde e qualidade de vida para a população (INSTITUTO TRATA BRASIL, 2012).

A PNS, no dia 15 de julho de 2020, passou por algumas alterações devido à necessidade de se propor uma maior abrangência das suas diretrizes, sendo sancionada a Lei nº 14.026/2020, que atualizou o marco legal do saneamento básico (BRASIL, 2020a). Dentre as alterações, foi atribuída à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) a prerrogativa de regular o setor, definindo e organizando as normas para prestação de serviços, além de continuar garantindo a segurança hídrica. O novo marco do saneamento também permite a iniciativa privada na prestação destes serviços, além de estabelecer novos prazos para o encerramento dos “lixões” e definir metas para a universalização dos serviços de água e esgoto até o ano de 2033 (BRASIL, 2020d).

Considerando os princípios fundamentais da PNS, o art. 3º, que foi alterado pela Lei 14.026/20 no seu inciso I, define o conjunto de serviços públicos, infraestruturas e instalações operacionais necessárias para o fornecimento dos serviços de saneamento básico (BRASIL, 2020a). A oferta de serviços essenciais como abastecimento de água potável e esgotamento sanitário parte do pressuposto de que a água é um recurso natural limitado, essencial à vida dos seres vivos e que deve ser assegurada à atual e às futuras gerações a sua disponibilidade em quantidade e obedecendo a padrões de qualidade (AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO, 2019; BRASIL, 1997). Assim, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMED), através do relatório de Brundtland de 1987, conceitua o desenvolvimento sustentável como o “desenvolvimento que responde às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades” (RAYNAUT; ZANONI, 1993 *apud* MONTIBELLER FILHO, 1993, p. 135).

Na esfera da Secretaria Nacional de Saneamento (SNS), do Ministério do Desenvolvimento Regional, o Brasil tem como maior e mais importante instrumento de informação o SNIS. O SNIS oferece informações nos âmbitos institucional, administrativo, operacional, gerencial, econômico-financeiro, contábil e de qualidade dos serviços de água, esgoto e manejo de resíduos sólidos (SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO, 2020a).

Considerando que a falta de planejamento para o crescimento de cidades e regiões acarreta numa maior pressão sobre os recursos naturais através da atividade antrópica, estas acabam por sofrer com condições precárias de saneamento básico (ROCHA; PINHEIRO; COSTA, 2020). Partindo-se

do pressuposto de que o saneamento ambiental também almeja boas condições de saúde à população, percebe-se que a detecção de fatores ambientais que interferem na saúde humana é fundamental para o controle de doenças, em especial as de veiculação hídrica (CAIRNCROSS, 2018; DEILAMI *et al.*, 2017).

A infecção pelo SARS-CoV-2 apresenta um alto espectro clínico, desde infecções assintomáticas, manifestação de alguns sintomas como tosse, febre, perda do olfato, alteração no paladar, quadros graves como a síndrome respiratória aguda grave (SARS) até morte. Sabe-se que a transmissão ocorre de pessoa para pessoa, por contato próximo, via gotículas de saliva, espirro, tosse e via objetos inanimados como celulares, talheres, maçanetas, entre outros (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2020; BRASIL, 2020b). Mediante o fato de que a infecção pelo SARS-CoV-2 pode ocorrer através do contato com superfícies, San Juan-Reyes, Gómez-Oliván e Islas-Flores (2021) sugerem que o vírus pode ser capaz de “ser transmissível por meio de águas residuais não tratadas, resíduos não tratados e solo, ou sua entrada em outras formas de vida”, o que permite sua presença no meio ambiente, com potencial de contaminação e prejuízo para a saúde pública.

O diagnóstico da covid-19 é realizado mediante a avaliação do quadro clínico do paciente bem como por meio da realização de exames laboratoriais como o teste de biologia molecular RT-PCR e alguns tipos de testes imunológicos como a imunocromatografia (teste rápido), ensaio imunoenzimático (ELISA), entre outros. As principais recomendações para prevenir a contaminação envolvem a lavagem frequente das mãos, uso de máscaras, distanciamento social e o não compartilhamento de objetos (BRASIL, 2020b).

Diante dos desafios da infraestrutura deficiente de saneamento básico ligados à saúde pública e qualidade ambiental, ainda não foi definido um protocolo para auxiliar nas pesquisas de natureza epidemiológica voltadas para efluentes domésticos. Além disto, a transmissão fecal-oral do vírus SARS-CoV-2 através do esgoto ou água não tratados ainda não foi esclarecida, porém deve ser investigada (WONG *et al.*, 2020). Isto indica que são necessários mais estudos voltados para a persistência do SARS-CoV-2 em águas residuais para, de fato, compreender todas as formas de transmissão do vírus. No surto da SARS em 2003, foram identificadas rotas de transmissão “altamente provável” envolvendo aerossóis de águas residuais (NGHIEM *et al.*, 2020, SUTHAR *et al.*, 2020). Carraturo e outros (2020) enfatizam que a viabilidade do vírus em amostras de efluentes domésticos se mostrou em níveis baixos e, com base em estudos de águas superficiais, as chances de sobrevivência do vírus causador da covid-19 são muito baixas em temperaturas superiores a 20°C. No entanto, sugerem que não se deve

Sabe-se que a
transmissão [pelo
SARS-CoV-2]
ocorre de pessoa
para pessoa, por
contato próximo, via
gotículas de saliva,
espirro, tosse e via
objetos inanimados
como celulares,
talheres, maçanetas,
entre outros

Alguns estudos feitos indicam que o material genético viral foi detectado em efluentes, porém estes apresentam a infecciosidade nula, como no estudo realizado por Rimoldi e outros

descartar o risco de transmissão do vírus da covid-19 através do contato com águas superficiais e efluentes contaminados.

Em função do conhecimento adquirido no que diz respeito a doenças semelhantes à covid-19, os estudos tomaram o rumo de relacionar os sintomas e a presença do vírus às condições de saneamento das localidades (LODDER; HUSMAN, 2020; YEO; KAUSHAL; YEO, 2020). No entanto, alguns estudos feitos indicam que o material genético viral foi detectado em efluentes, porém estes apresentam a infecciosidade nula, como no estudo realizado por Rimoldi e outros (2020). A detecção genética do vírus em sistemas de efluentes é um fator a ser tratado pela vigilância, pois é um importante indicador da presença da covid-19, principalmente em áreas que oferecem infraestrutura inadequada para cobertura dos serviços de saneamento.

Bontempi, Vergalli e Squazzoni (2020) afirmam que, ao estudar os padrões de difusão de contaminação da covid-19 no contexto espacial e considerando as limitações de estudos sobre a transmissão da doença a partir de amostras ambientais, é necessária uma abordagem interdisciplinar. Para os autores, as pesquisas sugeriram

[...] uma correlação direta entre poluição ambiental e dinâmica de contágio (ou seja, poluição do ambiente para o homem), indicando assim que outros mecanismos além da transmissão de pessoa para pessoa podem explicar a difusão da covid-19. No entanto, estes estudos não consideraram que resultados complexos, como os padrões de difusão de uma pandemia, são normalmente causados por uma multiplicidade de fatores ambientais, econômicos e sociais. (BONTEMPI; VERGALLI; SQUAZZONI, 2020, p. 1).

Esta interdisciplinaridade permite conectar o perfil de contaminação da doença a aspectos socioeconômicos dos municípios, onde relações comerciais são “uma expressão sintética das relações sociais mais elevadas criadas pelas atividades econômicas” (BONTEMPI; VERGALLI; SQUAZZONI, 2020). Além disso, é oportuno relacionar com outros fatores como procedimentos de higiene, tempo de incubação do vírus, taxa de transmissão, entre outros (BONTEMPI; VERGALLI; SQUAZZONI, 2020).

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo exploratório descritivo, de natureza quantitativa com abordagem espacial.

ÁREA DE ESTUDO

O estado da Bahia possui 564.7 mil km² de extensão e ocupa a quarta posição no *ranking* dos estados mais populosos do Brasil. Localizado na região Nordeste do Brasil, a Bahia é formada por 417 municípios, com um total de 14,8 milhões de habitantes (SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO, 2020b). Por ser o maior estado em extensão territorial do Nordeste, a sua densidade demográfica é baixa, com 24,82 hab/km². O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,660, estando abaixo da média nacional e na faixa de médio desenvolvimento (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020b).

Os indicadores municipais consolidados referentes à população total por município, acesso ao abastecimento de água e esgotamento sanitário do estado da Bahia foram coletados na base de dados do SNIS

COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS

Para a coleta das informações sobre os casos de covid-19, foi realizada uma consulta no Boletim Epidemiológico disponibilizado pela Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (Sesab) de número 282, no dia 31 de dezembro de 2020 (BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO COVID-19 BAHIA, 2020).

Os indicadores municipais consolidados referentes à população total por município, acesso ao abastecimento de água e esgotamento sanitário do estado da Bahia foram coletados na base de dados do SNIS – Série Histórica de 2018, informações mais recentes disponibilizadas pela plataforma (SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO, 2020c).

As informações coletadas para cada município baiano foram reunidas em uma planilha Excel: população total (2018), percentual da população com acesso ao serviço de abastecimento de água (2018), percentual da população com acesso ao serviço de esgotamento sanitário (2018), incidência de casos confirmados de covid-19 (31 de dezembro de 2020). Foram calculados coeficientes para grupos de 100.000 habitantes.

ANÁLISE ESPACIAL E ESTATÍSTICA

Para a análise e representação espacial dos dados foi utilizado o *software* QGIS na versão 3.10.3. Foram gerados mapas de distribuição espacial dos coeficientes de acesso ao serviço de abastecimento de água e acesso ao serviço de esgotamento sanitário.

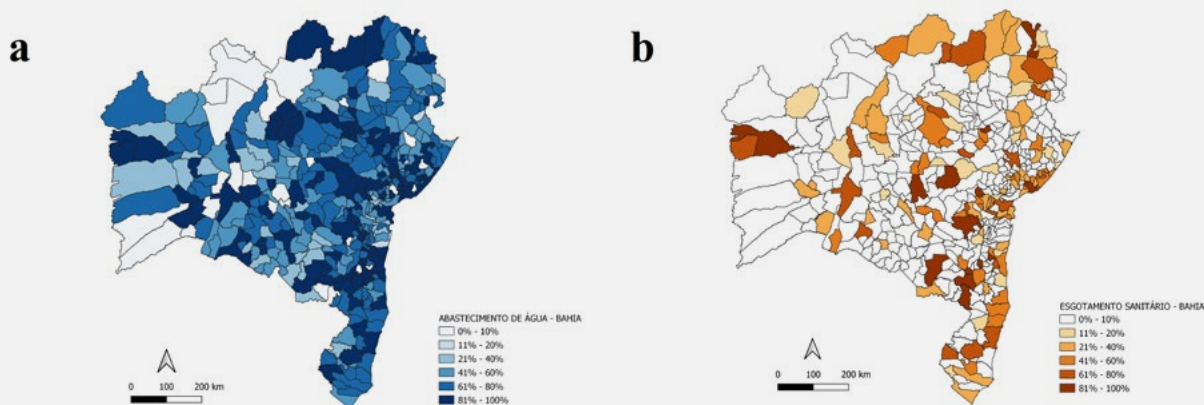
Análises de densidade de Kernel foram realizadas com raio de busca 8,5 km dos centroides dos municípios.

Para a análise de dependência espacial foi utilizado o *software* GeoDa, onde foi calculado o Índice de Moran global, que consiste em uma técnica que representa o coeficiente de correlação entre uma variável espacial e o valor médio desta variável (LUZARDO; CASTAÑEDA FILHO; RUBIM, 2017), ou seja, testa até que ponto uma variável, para uma dada área, é similar ou não ao das áreas vizinhas (BECCENERI, 2014). Neste estudo foi adotada a matriz de vizinhança de contiguidade tipo Rainha. Foram analisados também os regimes espaciais locais através de LISA MAP (*Local Indicators of Spatial Association*), (ALMEIDA; PEROBELLI; FERREIRA, 2008).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O mapa de distribuição espacial representado na figura 1a refere-se ao percentual de acesso ao serviço de abastecimento de água. De acordo com a análise, notou-se que 21 municípios possuem um baixo percentual de atendimento, entre 0 e 20%. Já para os que se apresentaram com um percentual de atendimento acima de 20%, se mostraram com uma distribuição heterogênea para o estado. Observou-se ainda que, na faixa de cobertura de 80% a 100%, apenas 136 cidades contemplam a maior parte da população, dentre estas a capital do estado, Salvador, com cobertura de 91% da população. Observou-se que em 310 municípios até 80% da população não é assistida com o serviço de esgotamento sanitário, enquanto apenas 25 localidades do território baiano possuem entre 70% e 100% da população atendida por serviços de tratamento de efluentes domésticos (Figura 1b).

Figura 1
Distribuição do acesso aos serviços de abastecimento de água (a) e esgotamento sanitário (b) – Bahia – 2018



Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (2018).

Cerca de 62% dos municípios baianos não são assistidos com infraestrutura sanitária e 4% não possuem acesso à água potável.

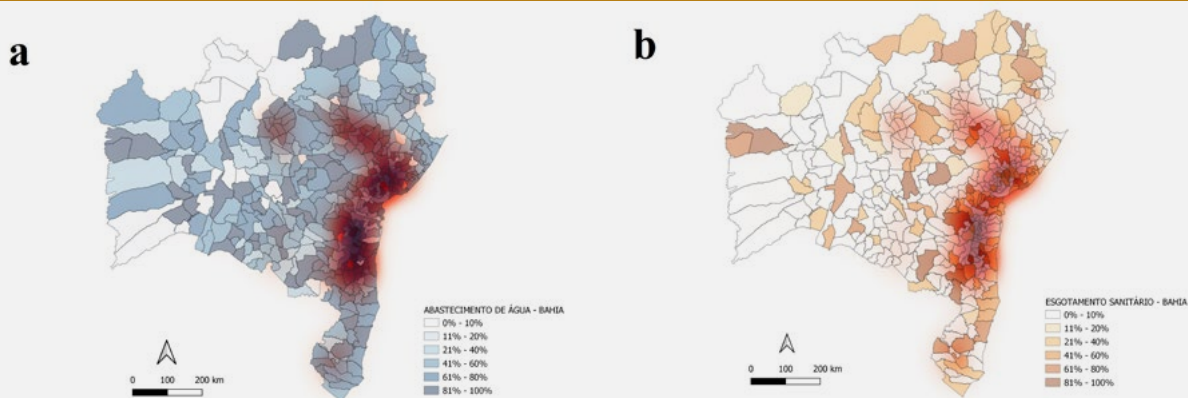
De acordo com Loureiro (2009) aproximadamente 69% da área total do estado da Bahia encontra-se no Semiárido, onde as condições de saneamento básico são consideradas precárias. Portanto, percebeu-se a discrepância entre os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Cabe destacar o município de Jaguarari, que contempla mais da metade da população (65%) com os serviços de água, entretanto, apresenta um alto déficit de acesso à destinação final adequada de efluentes domésticos, atendendo apenas 28% dos habitantes.

Em uma pesquisa realizada para diagnosticar as características de diferentes modelos de gestão dos serviços de água e esgoto na Bahia revelou-se que nos municípios investigados (Jaguarari, Seabra, Juazeiro, Jequié, Barra da Estiva, Sobradinho e Ilhéus) os gestores promovem ações em concordância com políticas públicas estaduais e federais. Entretanto, apontam para a necessidade de criação de políticas específicas, com diretrizes voltadas ao planejamento desses serviços (LOUREIRO, 2009).

Ao analisar o percentual da população atendida com água potável e esgotamento sanitário com a densidade de casos da covid-19 na Bahia (Figura 2), notou-se que as áreas mais “quentes” do mapa, ou seja, com maior incidência dos casos, estão concentradas em municípios localizados na

Figura 2

Mapa de calor da incidência da covid-19 mediante distribuição do acesso ao abastecimento de água (a) e esgotamento sanitário (b) – Bahia – 2018



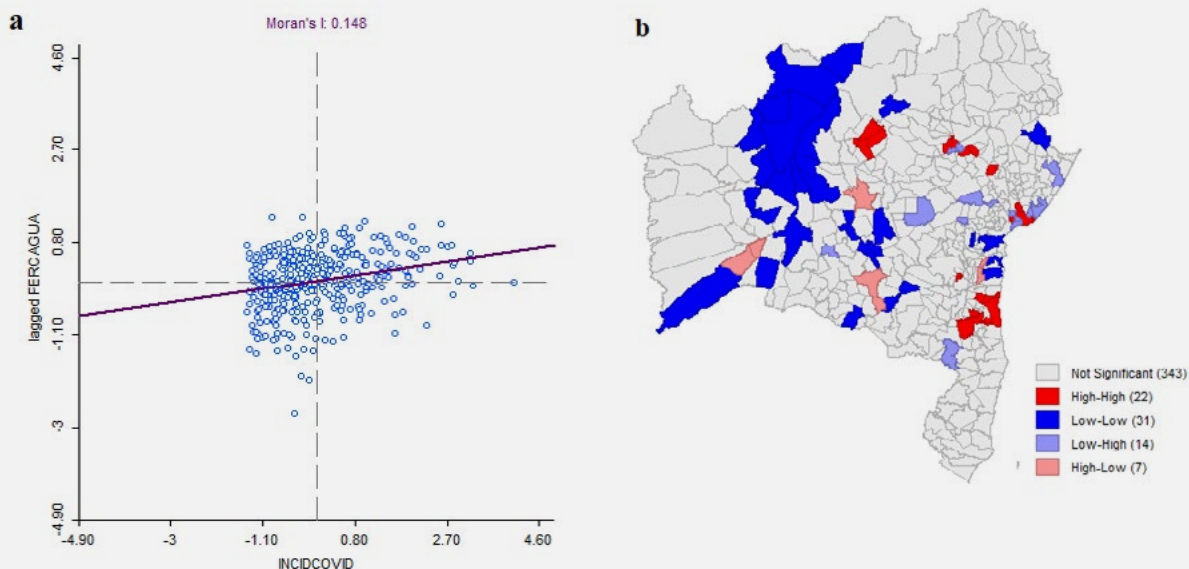
Fonte: Bahia (2021) e Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (2020c).

região litorânea do estado, mais precisamente no Sul baiano e na Região Metropolitana de Salvador. No entanto, observou-se que os dados se apresentam de forma heterogênea, onde o coeficiente de incidência dos casos é alto em municípios com baixa cobertura dos serviços de água e esgoto, quanto em municípios que contam com uma boa infraestrutura de saneamento básico.

O Índice de Moran para a relação entre o percentual da população com acesso ao serviço de abastecimento de água com a incidência dos casos de covid-19 foi de 0,148, indicando uma correlação direta. A distribuição dos municípios se mostrou heterogênea, no entanto, mesmo havendo uma correlação entre as duas variáveis analisadas, o valor do índice foi baixo. A fim de possibilitar uma melhor visualização dos dados do gráfico de dispersão e o LISA (Figura 3b) demonstra qual o comportamento das variáveis quando considerada a relação com os municípios vizinhos.

Desta forma, considerando o gráfico de dispersão (Figura 3a) e o LISA (Figura 3b) observou-se que, dos 417 municípios do estado da Bahia, 22 possuem um alto percentual de acesso à água potável e, em contrapartida, uma alta incidência dos casos de covid-19. Entretanto, 31 municípios possuem um

Figura 3
Correlação estatística entre o percentual de acesso aos serviços de abastecimento de água e a incidência da covid-19 na Bahia, representada pelo gráfico de dispersão (a) e pelo mapa de *clusters* (b)



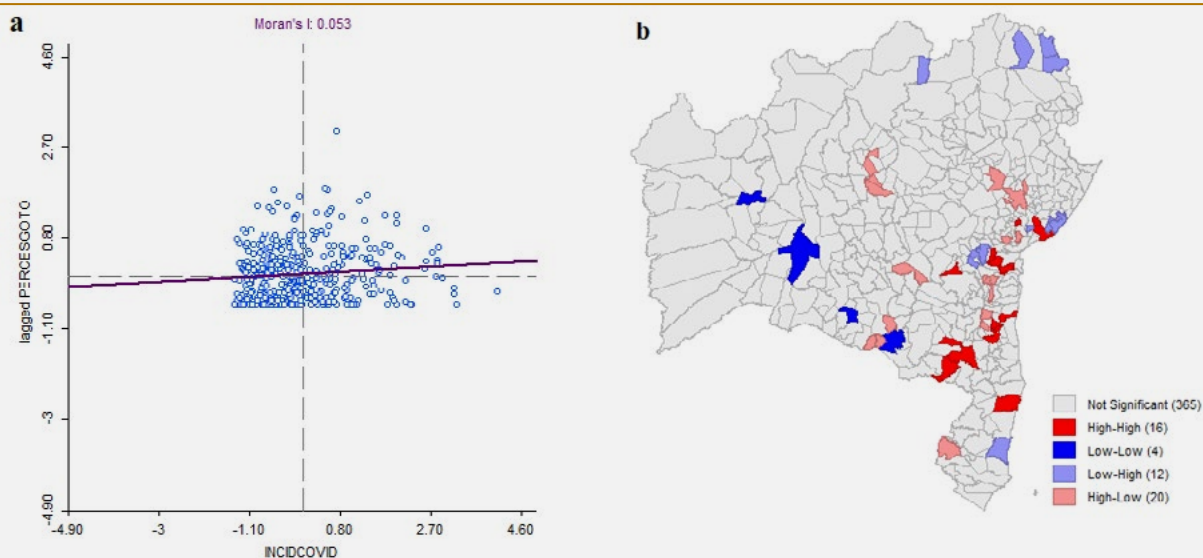
Fonte: Bahia (2021) e Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (2020c).

baixo acesso ao abastecimento de água e uma baixa incidência dos casos. As respectivas correlações alto-alto e baixo-baixo significam que os vizinhos possuem valores semelhantes, confirmando a ideia de que, mesmo que sob uma análise estatística, o aumento da covid-19 nos municípios baianos não está diretamente relacionado a serviços de saneamento básico.

Os regimes espaciais baixo-alto e alto-baixo, o que corresponde a 14 e 7 municípios respectivamente, são configurações de transição, possuindo valores não semelhantes ao dos vizinhos. No entanto, os 14 municípios, dentre eles Boa Vista do Tupim, Castro Alves, Itapebi e Botuporã, que fazem parte do local de transição (baixo-alto) indicaram que, enquanto o serviço de abastecimento de água era escasso, a incidência dos casos estava em alta nestes mesmos locais, porém, não se trata de um número tão significativo para a análise no todo. E por fim, a maior parte dos municípios (343) não exibiu uma correlação com significância estatística entre as duas variáveis.

A dependência espacial entre o percentual da população com acesso ao serviço de esgotamento sanitário com a incidência dos casos de covid-19 (Figura 4a) indicou uma correlação direta (com valor baixo), visto que o valor do Índice de Moran foi 0.053 (Figura 1b).

Figura 4
Correlação estatística entre o percentual de acesso aos serviços de esgotamento sanitário e a incidência da covid-19 na Bahia, representada pelo gráfico de dispersão (a) e pelo mapa de *clusters* (b)



Fonte: Bahia (2021) e Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (2020c).

A disseminação da doença está ocorrendo majoritariamente pelo deslocamento viário, especialmente com a flexibilização da atividade econômica em alguns períodos desde o início da pandemia no Brasil, em março de 2020

O mapa de regimes espaciais que reproduziu a correlação entre a distribuição espacial do percentual de acesso ao serviço de esgotamento sanitário e a incidência dos casos (Figura 4b) chama a atenção para o local de transição (alto-baixo), que obteve um total de 20 municípios, demonstrando que enquanto estes apresentam um alto percentual de esgotamento sanitário, a incidência dos casos encontrava-se em baixa. Tal como analisado anteriormente, a maioria dos municípios (365) não exibiu uma correlação estatisticamente significativa entre as duas variáveis.

A relevância do acesso à água potável pode estar fortemente ligada às medidas profiláticas, como lavar as mãos. Já a expansão do acesso ao esgotamento sanitário auxilia no monitoramento ambiental da doença, visto que a detecção do vírus em esgoto, mesmo quando a prevalência de covid-19 é baixa, indica que a vigilância de esgoto pode ser uma ferramenta importante e sensível para monitorar a circulação do vírus na população (FOLADORI *et al.*, 2020; LIU, 2020; LODDER; HUSMAN, 2020; MEDEMA *et al.*, 2020; RIMOLDI *et al.*, 2020; SAN JUAN-REYES; GÓMEZ-OLIVÁN; ISLAS-FLORES, 2021). Vale destacar o monitoramento do avanço da doença em Belo Horizonte. Estudos mais recentes apontam para uma “tendência de declínio das infecções por covid-19 na cidade” a partir de amostras de efluentes domésticos. O declínio é reforçado pela ausência do SARS-COV-2 em uma das nove regiões monitoradas no rio Ribeirão Arrudas, importante rio da capital mineira (G1 MINAS, 2020).

Considerando-se o fato de que a incidência dos casos covid-19 pode não estar diretamente relacionada ao aspecto do saneamento na Bahia, outros fatores podem ser relacionados à proliferação da doença supracitada. A Figura 2 evidencia a maior incidência de casos da covid-19 na área litorânea do estado. No litoral baiano estão localizadas grandes cidades, contendo uma maior diversidade de deslocamento de pessoas, através dos meios de transporte fluviais, rodoviários e aéreos, o que possibilita uma maior densidade populacional. Os mapas de calor também mostram o processo de interiorização, ou seja, a disseminação da doença está ocorrendo majoritariamente pelo deslocamento viário, especialmente com a flexibilização da atividade econômica em alguns períodos desde o início da pandemia no Brasil, em março de 2020 (NAGAMINE *et al.*, 2020).

Lusignan e colaboradores (2020) afirmam que a densidade demográfica está entre os fatores de risco associados à disseminação da doença. Deste modo, observou-se que em alguns dos municípios que estão na área mais “quente” do mapa de calor de incidência da covid-19, como por exemplo Itabuna e Madre de Deus, apresentam alta densidade demográfica (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2021). Visto

que o número de habitantes por quilômetro quadrado nestas localidades é alto, a incidência dos casos também se encontrava em elevados níveis de infecção da população no período analisado.

Silva Neto e Jesus (2014) afirmam que o baixo atendimento e qualidade dos serviços de água e esgoto estão intimamente ligados a outros fatores sociodemográficos como a baixa renda de uma parcela da população e fragilidades dos serviços de saúde. Assim, o montante de esgoto gerado que não recebe a destinação adequada e acaba sendo lançado em corpos hídricos impacta negativamente o ecossistema aquático e reverbera em problemas sociais e de saúde pública como a disseminação de doenças de veiculação hídrica (SILVA *et al.*, 2019).

Lobo e outros (2020) realizaram uma interessante análise comparativa sobre o avanço da covid-19 entre as regiões brasileiras. O estudo relatou que, apesar da região Sudeste do Brasil ter apresentado o maior número de casos no período de 11 de março a 12 de maio de 2020, a variação percentual média diária do período analisado foi maior nas regiões Norte e Nordeste. Tal problemática confirma o envolvimento de outros fatores relacionados às regiões Norte e Nordeste como a alta proporção de pessoas pobres, o baixo índice de desenvolvimento humano e as baixas taxas de acesso à educação (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020a).

A Bahia possui um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,714, estando bem próximo da média nacional. No entanto, com relação ao IDHM de educação e renda, 0,65 e 0,69, respectivamente, estes se encontram abaixo da média (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2021), demonstrando uma fragilidade a ser discutida e possibilidade de correlação com a incidência dos casos de covid-19.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados apresentados foi possível observar que as hipóteses inicialmente levantadas foram parcialmente refutadas. Entretanto, a pesquisa ampliou a compreensão sobre problema. Os resultados encontrados apontam para um viés interdisciplinar sobre o comportamento epidemiológico e espacial dos casos confirmados da covid-19.

A partir da análise espacial que identificou entre configurações sanitárias e a incidência dos casos da covid-19, notou-se que há uma carência bem relevante no acesso ao esgotamento sanitário quando comparado aos

Apesar da região Sudeste do Brasil ter apresentado o maior número de casos no período de 11 de março a 12 de maio de 2020, a variação percentual média diária do período analisado foi maior nas regiões Norte e Nordeste

Pesquisas futuras
envolvendo o
entendimento
de todas as
possíveis formas
de transmissão
do SARS-CoV-2
são fundamentais
para a tomada de
medidas preventivas

dados relacionados ao abastecimento de água potável, embora o mapa de distribuição espacial tenha mostrado uma classificação heterogênea. A análise de dependência espacial confirmou que há uma correlação direta entre os percentuais de saneamento básico e a incidência da covid-19, mesmo sendo encontrados valores baixos nos índices, porém demonstram que estas variáveis não são suficientes para explicar o aumento dos casos nos municípios baianos.

Quanto aos percentuais dos serviços de água e esgotamento sanitário correlacionados com os casos da covid-19, observou-se que as áreas com maior incidência de casos estão concentradas em municípios da região litorânea do estado devido a uma maior diversidade de formas de deslocamento de pessoas, diretamente proporcional ao aumento da disseminação da doença. Além disso, notou-se que fatores como a densidade demográfica e os níveis de renda e educação possuem relação com a incidência de casos da covid-19 por estarem associados ao baixo atendimento e qualidade dos serviços de água e esgoto. Considera-se que os altos índices de pobreza, os baixos índices de desenvolvimento humano, as baixas taxas de acesso à educação associados a uma maior fragilidade dos serviços de saúde são fatores que tornam a população mais vulnerável ao contágio de doenças de veiculação hídrica. Vale ainda mencionar que alguns municípios baianos que se enquadram nestas condições sanitárias apresentam uma densidade demográfica alta, justificando os altos níveis de contaminação da população nestas localidades.

Portanto, pesquisas futuras envolvendo o entendimento de todas as possíveis formas de transmissão do SARS-CoV-2 são fundamentais para a tomada de medidas preventivas. Fomentar o debate interdisciplinar sobre as possíveis condicionantes da incidência da covid-19, bem como o déficit de cobertura de serviços tão essenciais como os de saneamento básico frente a este cenário pandêmico, abre a possibilidade de conscientização da importância de investir neste setor visto que este está diretamente relacionado a questões de saúde pública e ambiental.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO (Brasil). *Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil 2019*: informe anual. Brasília: ANA, 2019. Disponível em: http://www.snirh.gov.br/portal/snirh/centrais-de-conteudos/conjuntura-dos-recursos-hidricos/conjuntura_informe_anual_2019-versao_web-0212-1.pdf. Acesso em: 14 ago. 2020.

ALMEIDA, E. S. de; PEROBELLI, F. S.; FERREIRA, P. G. C. Existe convergência espacial da produtividade agrícola no Brasil? *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, DF,

v. 46, n. 1, p. 31-52, jan./mar. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/QZ5JfDskfQthC3K43qG9YCp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 abr. 2021.

BAHIA. Secretaria da Saúde. *Central Integrada de Comando e Controle da Saúde*. Disponível em: <https://bi.saude.ba.gov.br/transparencia/>. Acesso em: 21 abr. 2021.

BECCENERI, L. B. O Índice de Moran Global na identificação de situações de segregação. In: SEMANA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA, 2., 2014, São Carlos. *Anais* [...]. São Carlos: UFSCAR, 2014. Disponível em: <http://www.semecip.ufscar.br/wp-content/uploads/2014/12/O-%C3%ADndice-de-Moran-Global-na-identifica%C3%A7%C3%A3o-de-situa%C3%A7%C3%B5es-de-segrega%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2021.

BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO COVID-19 BAHIA. Salvador: SESAB, n. 282, 31 dez. 2020. Disponível em: http://www.saude.ba.gov.br/wp-content/uploads/2020/12/BOLETIM_ELETRONICO_BAHIAN_282_31122020.pdf. Acesso em: 18 abr. 2021.

BONTEMPI, E.; VERGALLI, S.; SQUAZZONI, F. Understanding COVID-19 diffusion requires an interdisciplinary, multidimensional approach. *Environmental Research*, [s. l.], v. 188, Sept. 2020. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7289085/pdf/main.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2021.

BRASIL. Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 9 jan. 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19433.htm. Acesso em: 25 abr. 2021.

BRASIL. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 11 jan. 2007.

BRASIL. Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020. Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento, a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar o nome e as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para vedar a prestação por contrato de programa dos serviços públicos de que trata o art. 175 da Constituição Federal, a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País, a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para tratar dos prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole), para estender seu âmbito de aplicação às microrregiões, e a Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 16 jul. 2020a.

BRASIL. Ministério da Saúde. *O que é COVID-19*. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/informes-diarios-covid-19>. Acesso em: 3 ago. 2020b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Secretaria Nacional de Saneamento. *PLANSAB: Plano Nacional de Saneamento Básico: mais saúde com qualidade de vida e cidadania*. Brasília: MDR, 2019. Disponível em: http://www.agersa.ba.gov.br/wp-content/uploads/2019/03/Versaoatualizada07mar2019_consultapublica.pdf. Acesso em: 3 ago. 2020.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Plano Nacional de Saneamento Básico*. 2020. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/gest%C3%A3o-de-res%C3%ADduos-org%C3%A2nicos/item/485-plano-nacional-de-saneamento-b%C3%A1sico.html>. Acesso em: 5 ago. 2020c.

BRASIL. *Novo Marco do Saneamento permitirá a universalização do serviço*. Brasília, DF, 25 jun. 2020d. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/transito-e-transportes/2020/06/novo-marco-do-saneamento-permitira-a-universalizacao-do-servico>. Acesso em: 12 ago. 2020.

CAIRNCROSS, S. The public health benefits of urban sanitation in low and middle income countries. *Utilities Policy*, [s. l.], v. 51, p. 82-88, 2018.

CÂMARA, G. *et al.* Análise espacial de áreas. In: DRUCK, S. *et al.* *Análise espacial de dados geográficos*. Brasília: EMBRAPA, 2004. cap. 5. Disponível em: <http://www.dpi.inpe.br/gilberto/livro/analise/cap5-areas.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2021.

CARRATURO, F. *et al.* Persistence of SARS-CoV-2 in the environment and COVID-19 transmission risk from environmental matrices and surfaces. *Environmental Pollution*, [s. l.], v. 265, Oct. 2020. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7280109/pdf/main.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2021.

CORONAVÍRUS BRASIL. *Painel coronavírus*. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 21 abr. 2021.

DEILAMI, K. *et al.* Application of landscape epidemiology to assess potential public health risk due to poor sanitation. *Journal of Environmental Management*, [s. l.], v. 192, p. 124-133, May 2017.

FOLADORI, P. *et al.* SARS-CoV-2 from faeces to wastewater treatment: what do we know? A review. *Science of the Total Environment*, [s. l.], v. 743, 2020. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7311891/pdf/main.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2021.

G1 MINAS. *Análise de esgoto detecta o menor número de infectados por Covid-19 em BH desde o início da pandemia*. Belo Horizonte, 25 set. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/09/25/analise-de-esgoto-detecta-o-menor-numero-de-infectados-por-covid-19-em-bh-desde-o-inicio-da-pandemia.ghtml>. Acesso em: 7 abr. 2021

HELLER, L.; MOTA, C.; GRECO, D. COVID-19 faecal-oral transmission: Are we asking the right questions? *Science of the Total Environment*, [s. l.], v. 729, 2020. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/41064/2/Heller_L%20a90_IRR_2020_COVID-19.pdf. Acesso em: 10 dez. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Panorama Cidades*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/panorama>. Acesso em: 10 ago. 2020a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Sinopse do censo demográfico 2010: Bahia*. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=0&uf=29>. Acesso em: 12 abr. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2020*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020b. 148 p. (Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, 43).

INSTITUTO TRATA BRASIL. *Manual do saneamento básico: entendendo o saneamento básico ambiental no Brasil e sua importância socioeconômica*. São Paulo: Instituto Trata

Brasil, 2012. Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/datafiles/uploads/estudos/pesquisa16/manual-imprensa.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2020.

LIU, L. Emerging study on the transmission of the Novel Coronavirus (COVID-19) from urban perspective: evidence from China. *Cities*, [s. l.], v. 103, Aug. 2020.

LOBO, A. P. *et al.* COVID-19 epidemic in Brazil: where are we at? *International Journal of Infectious Diseases*, [s. l.], v. 97, p. 382-385, Aug. 2020. Disponível em: [https://www.ijidonline.com/article/S1201-9712\(20\)30479-3/pdf](https://www.ijidonline.com/article/S1201-9712(20)30479-3/pdf). Acesso em: 5 ago. 2020.

LODDER, W.; HUSMAN, A. M. R. SARS-CoV-2 in wastewater: potential health risk, but also data source. *The Lancet Gastroenterology & Hepatology*, [s. l.], v. 5, p. 533-534, June 2020. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7225404/pdf/main.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2021.

LOUREIRO, A. L. *Gestão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no estado da Bahia: análise de diferentes modelos*. 2009. 188 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental e Urbana) – Escola Politécnica, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/9971/1/Dissert%20Aline%20Loureiro%20seg.pdf>. Acesso em: 9 out. 2020.

LUSIGNAN, S. *et al.* Risk factors for SARS-CoV-2 among patients in the Oxford Royal College of General Practitioners Research and Surveillance Centre primary care network: a cross-sectional study. *The Lancet Infectious Diseases*, [s. l.], v. 20, n. 9, p. 1034-1042, Sept. 2020. Disponível em: <https://www.sbmfc.org.br/wp-content/uploads/2020/05/fator-de-risco-lancet.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2020.

LUZARDO, A. J. R.; CASTAÑEDA FILHO, R. M.; RUBIM, I. B. Análise espacial exploratória com o emprego do Índice de Moran. *GEOgraphia*, Niterói, v. 19, n. 40, p. 161-179, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13807/9007>. Acesso em: 5 ago. 2020.

MEDEMA, G. *et al.* Presence of SARS-Coronavirus-2 in sewage. *Environmental Science & Technology Letters*, [s. l.], v. 7, n. 7, p. 511-516, 2020. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7254611/pdf/ez0c00357.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2021.

MELO, M. C.; SANTOS, A. S. P.; VIEIRA, J. M. P. A nova centralidade da água e do saneamento pós-COVID-19. *Revista Augustus*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 51, p. 294-315, jul./out. 2020. Disponível em: <https://revistas.unisuam.edu.br/index.php/revistaaugustus/article/view/575/304>. Acesso em: 12 fev. 2021

MONTIBELLER FILHO, G. Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável: conceitos e princípios. *Textos de Economia*, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 131-142, 1993. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/view/6645/6263>. Acesso em: 5 maio 2020.

NAGAMINE, L. *et al.* Disseminação da covid-19 nas faixas de fronteira terrestre e litorânea do Brasil. *Revista Tempo do Mundo*, Brasília, n. 23, p. 203-234, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/194/236>. Acesso em: 15 fev. 2021.

NGHIEM, L. D. *et al.* The COVID-19 pandemic: considerations for the waste and wastewater services sector. *Case Studies in Chemical and Environmental Engineering*, [s. l.], v. 1, 2020. Disponível em: <https://reader.elsevier.com/reader/sd/pii/S2666016420300049?token=F5EFF7834CA1A8750BEFE9C57AFDBE67923E2288CBD638EBD7FC9A903BCF093CDD1B0ABAB5D02EE4D94D70F310554466&originRegion=us-east-1&originCreation=20210623172140>. Acesso em: 10 fev. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (Brasil). *Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil*. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 15 ago. 2020.

PIROFSKI, L. -A.; CASADEVALL, A. What is a pathogen? A question that begs the point. *BMC Biology*, [s. l.], v. 10, n. 6, 2012. Disponível em: <https://bmcbiol.biomedcentral.com/track/pdf/10.1186/1741-7007-10-6.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2020.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Atlas do desenvolvimento humano no Brasil: consulta de indicadores 2017*. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/planilha>. Acesso em: 8 abr. 2021.

RIMOLDI, S. R. *et al.* Presence and infectivity of SARS-CoV-2 virus in wastewaters and rivers. *Science of the Total Environment*, [s. l.], v. 744, nov. 2020. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7358170/pdf/main.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2021.

ROCHA, G. S.; PINHEIRO, A. V. R.; COSTA, C. E. A. S. Gestão dos recursos hídricos no município de Parauapebas (PA): avaliação dos usos, alteração dos cenários e possíveis impactos. *Research Society and Development*, [s. l.], v. 9, n. 4, Mar. 2020. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/7440683.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2021.

SAN JUAN-REYES, S.; GÓMEZ-OLIVÁN, L. M.; ISLAS-FLORES, H. COVID-19 in the environment. *Chemosphere*, [s. l.], v. 263, 2021. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7426221/pdf/main.pdf>. Acesso em: 9 out. 2020.

SILVA NETO, M. D.; JESUS, A. D. Avaliação das condições de saneamento ambiental segundo a percepção dos moradores do município de Campo Formoso – BA. In: SIMPÓSIO

DE RECURSOS HÍDRICOS DO NORDESTE, 12., 2014, Natal. *Anais [...]*. Natal: ABRH, 2014. Disponível em: <http://eventos.abrh.org.br/xiisrh/anais/papers/PAP018223.pdf>. Acesso em: 9 out. 2020.

SILVA, A. *et al.* Saneamento básico e doenças de veiculação hídrica: um estudo das ocorrências de esquistossomose na comunidade quilombola de Remanso, Lençóis-BA. In: SEMANA DE ANÁLISE REGIONAL E URBANA, 16., 2019, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: Editora UNIFACS, 2019. p. 929-945.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO (Brasil). *Painel de informações sobre saneamento*. 2019. Disponível em: <http://snis.gov.br/painel-informacoes-saneamento-brasil/web/painel-setor-saneamento>. Acesso em: 5 ago. 2020a.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO (Brasil). *Série histórica*. Disponível em: <http://app4.mdr.gov.br/serieHistorica/>. Acesso em: 5 ago. 2020b.

SUTHAR, S. *et al.* Epidemiology and diagnosis, environmental resources quality and socio-economic perspectives for COVID-19 pandemic. *Journal of Environmental Management*, [s. l.], n. 280, 2020. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7687413/pdf/main.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2021.

UNITED NATIONS. Resolution 64/292: the human right to water and sanitation. In: GENERAL ASSEMBLY, 48., 2010, New York. *Proceedings [...]*. New York: ONU, 2010. Disponível em: <https://undocs.org/A/RES/64/292>. Acesso em: 5 ago. 2020.

UNIVERSIDADE ABERTA DO SUS. *Organização Mundial de Saúde declara pandemia do novo Coronavírus*. [Brasília], 11 mar. 2020. Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/>

noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus. Acesso em: 10 ago. 2020.

VENSON, A. H.; RODRIGUES, K. C.; CAMARA, M. R. Evolução da distribuição espacial do acesso aos serviços de saneamento básico nos municípios do Estado da Bahia, nos anos de 2006 e 2012. *Ensaíos FEE*, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 107-134, jun. 2017. Disponível em: <https://revistas.dee.spbgg.rs.gov.br/index.php/ensaaios/article/download/3587/3858>. Acesso em: 8 abr. 2021.

WONG, M. *et al.* Detection of SARS-CoV-2 RNA in fecal specimens of patients with confirmed COVID-19: a meta-analysis. *Journal of Infection*, [s. l.], n. 81, p. 31-38, 2020. Disponível em: [https://www.journalofinfection.com/article/S0163-4453\(20\)30394-7/pdf](https://www.journalofinfection.com/article/S0163-4453(20)30394-7/pdf). Acesso em: 8 abr. 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Report of the WHO-China joint mission on Coronavirus Disease 2019 (COVID-19)*. [S. l.]: WHO, 2020. Disponível em: https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/who-china-joint-mission-on-covid-19-final-report.pdf?sfvrsn=fce87f4e_2. Acesso em: 5 ago. 2020.

WORLDOMETER. *COVID-19 coronavirus pandemic*. Disponível em: <https://www.worldometers.info/coronavirus/#countries>. Acesso em: 21 abr. 2021.

YEO, C.; KAUSHAL, S.; YEO, D. Enteric involvement of coronaviruses: is faecal-oral transmission of SARS-CoV-2 possible? *The Lancet Gastroenterology & Hepatology*, [s. l.], v. 5, p. 335-337, Apr. 2020. Disponível em: <https://www.thelancet.com/action/showPdf?pii=S2468-1253%2820%2930048-0>. Acesso em: 8 jan. 2021.



Luiz Mário Ribeiro Vieira
Mestre em Economia pela UFBA,
especialista em Políticas Públicas
e Gestão Governamental, lotado
na Superintendência de Estudos
Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).
lmario@sei.ba.gov.br

EVITAR MAIS UMA DÉCADA PERDIDA

Década perdida é uma referência feita à economia brasileira durante os anos 1980, por conta da estagnação econômica, do baixo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e da acentuada inflação no período. Essa década ficou assim conhecida por conta da crise econômica, pois foram verificadas fortes reduções no PIB brasileiro, sendo que a média nos anos 1970, de 7,0%, caiu para 1,57% nos anos 1980.

Foi também nesse período que o País tentou de todo modo aplicar políticas monetárias de estabilização econômica, sem sucesso. Estabilização que somente aconteceu em 1994, com a criação do Plano Real.

A década de 2011 a 2020 superou os anos 1980, com uma queda histórica do PIB. Uma série de fatores contribuiu para esse desempenho pífio da atividade econômica. Ajustes fiscais, crise política, *impeachment* e a pandemia do novo coronavírus. Em 2020, o resultado do PIB foi o pior da série produzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), iniciada em 1996, com queda de 4,1%.

A queda da economia no ano de 2020 é consequência direta da pandemia, que levou à paralisação parcial da atividade a partir de março. Entre economistas, a avaliação majoritária é de que a queda do PIB em 2020 poderia ter sido pior não fosse o auxílio emergencial articulado pelo Congresso Nacional, que evitou uma retração maior do consumo das famílias que, mesmo assim, declinou 5,5%. O programa foi a principal política pública adotada durante a pandemia, e beneficiou diretamente mais de 67 milhões de brasileiros.

Diante desse desastre sanitário, em 10 anos, o PIB do País teve crescimento total acumulado de 2,7%, uma taxa média de 0,26% ao ano, bem abaixo da média de 1,6% registrada no intervalo entre 1981 e 1990, popularmente conhecido como a década perdida.

Um componente importante do PIB, que se contraiu significativamente, foi o investimento, principalmente a partir da segunda metade da década. O investimento é uma variável muito sensível às expectativas, quando elas se deterioram, seja por crises políticas ou econômicas, os empresários passam a rever decisões e planos de investimento, já que não conseguem avaliar boas perspectivas em relação à demanda agregada.

Na primeira metade da década passada, a taxa média do investimento em relação ao PIB foi de 20,6% enquanto, na segunda, de apenas 15,1%.

O investimento é uma variável muito importante para o crescimento de longo prazo porque inicialmente ele afeta a demanda agregada, com seus efeitos multiplicadores diretos e indiretos sobre a economia. Depois, uma série de efeitos decorrentes da ampliação da capacidade produtiva da economia ao longo do tempo. O recuo dos investimentos, principalmente os de infraestrutura, pode dificultar a recuperação mais forte da atividade econômica, visto que eles demoram mais para maturar por serem de grande porte.

Do ponto de vista social, o impacto do baixo crescimento econômico é o aumento da pobreza, com grupos sociais mais vulneráveis sendo mais atingidos, como ocorreu em 2020. Existem previsões de que continue aumentando este ano, consequentemente há um aumento do desemprego, a queda na renda e um aumento da desigualdade. Quanto mais se demora a recuperar, mais o mercado de trabalho fica com indicadores ruins. Nesse cenário, o desemprego atingiu patamares recordes, e encerrou 2020 em 13,5%, a maior taxa média da série do IBGE, que correspondia a cerca de 13,4 milhões de pessoas.

A recessão e o desemprego têm um efeito direto no aumento da pobreza e da pobreza extrema, segundo estudo publicado pelo Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades da Universidade de São Paulo (Made-USP). Com o valor menor do auxílio emergencial este ano, o Brasil deve somar 61,1 milhões de pessoas vivendo na pobreza e 19,3 milhões na

extrema pobreza. Isto significa que, em 2021, o Brasil terá 9,1 milhões de pobres a mais do que antes da chegada do coronavírus ao País. No ano anterior à pandemia, os extremamente pobres eram 13,9 milhões. Assim, em apenas dois anos, 5,4 milhões de brasileiros se somarão a esse grupo que convive com a carência extrema.

A Bahia não passou incólume, infelizmente, a essa nova década perdida. Historicamente, a economia baiana acompanha a dinâmica nacional. E suas peculiaridades afetam a atividade econômica, como os aspectos geográficos, mais da metade do território está localizado no Semiárido, em que as condições climáticas são decisivas para o bom desempenho da agropecuária. Outro fator a ser destacado é que parte significativa da atividade industrial encontra-se na Região Metropolitana de Salvador (RMS) ou nos extremos Norte, Sul e Oeste, sem o espalhamento para demais regiões. Por último, a demanda externa pela produção baiana, já que uma parte é exportada para os cinco continentes.

O PIB da Bahia apresentou entre 2011 e 2020 uma taxa média anual de – 0,12%, abaixo da média anual do Brasil. Uma rápida análise pelos três grandes setores apresenta peculiaridades da economia baiana, a estiagem esteve presente por quatro anos dessa década (2012-2016), afetando de maneira expressiva o desempenho da agropecuária, que registrou, nesses anos, uma queda acumulada de 20,14%, mesmo que nos quatro anos seguintes (2017-2020) registrasse um crescimento acumulado exponencial de 35,0%, o que não impediu que o setor tivesse uma taxa média anual de apenas 0,64%.

A recessão na segunda metade da década atingiu a indústria de transformação na Bahia, com queda acumulada de – 19,4%. A elevação do desemprego reduziu a dinâmica do setor de Serviços, que ficou praticamente estagnado, com taxa de crescimento médio de – 0,03%, sendo que a pandemia teve contribuição decisiva para esse resultado. Em 2020, o setor caiu 6,4%, o menor crescimento da década.

Com base nas peculiaridades baianas apresentadas acima, uma sucinta explicação para o baixo desempenho da economia na segunda década perdida da economia brasileira. A partir de agora serão elencadas algumas

iniciativas que podem evitar a terceira década perdida para a economia brasileira e baiana.

A primeira medida de política macroeconômica é elevar os investimentos, principalmente os públicos, que se encontram em níveis muito baixos em comparação com vários períodos em que o Brasil crescia a taxas compatíveis com as necessidades econômicas e sociais da população, acima de 4%. Para alcançar novamente essa taxa de crescimento é fundamental que o investimento em relação ao PIB seja de ao menos 23%, ou seja, um aumento de 0,8 p.p em relação ao nível de 2020.

Diante da fragilidade das finanças públicas, um ambicioso programa de concessões e parcerias público-privadas que priorize alguns investimentos que geram mais crescimento, como em infraestrutura, que tem multiplicadores mais elevados. Isso já vem ocorrendo, felizmente, com os seguidos leilões de infraestrutura realizados este ano, que contrataram um total de R\$ 48 bilhões de novos investimentos, que serão aplicados ao longo dos próximos 35 anos.

A Bahia foi contemplada em abril com o leilão de um trecho da Ferrovia de Integração Leste-Oeste (Fiol 1), que começou a ser construída em 2010 entre Ilhéus e Caetité. Uma concessão que vai durar 35 anos, com investimentos previstos de R\$ 1,6 bilhão para a conclusão das obras e estão, atualmente, com 80% executadas, cortando 18 cidades baianas. Além disso, a subconcessão da Fiol vai permitir a criação de 55 mil empregos diretos, indiretos e efeito-renda ao longo do período da concessão.

As projeções são de que a Fiol 1 comece a operar em 2025, já transportando mais de 18 milhões de toneladas de carga, entre grãos e, principalmente, o minério de ferro produzido na região de Caetité, sendo extremamente importante no processo de integração e desenvolvimento econômico do estado.

Outra obra de infraestrutura fundamental para o crescimento econômico da Bahia é ponte Salvador-Itaparica (Sistema Viário Oeste). Com quase 12,5 km de extensão, o equipamento terá investimento de R\$ 5,4 bilhões. Devido à pandemia, as obras devem começar no final de 2021, com duração de quatro anos. Durante a construção, estima-se que oito mil novos empregos

sejam gerados, beneficiando diretamente a RMS e 100 municípios do Recôncavo e do Baixo Sul do estado, com impactos sobre mais de 50% da população da Bahia.

Portanto, estas duas obras estruturantes desconcentrarão a estrutura produtiva, com efeitos significativos na taxa de crescimento e na melhoria da qualidade de vida da maioria dos baianos.

A segunda medida é a reforma tributária, que é a mais complexa, por isso não cabe, nesse momento, entrar em todos seus aspectos constitucionais ou infraconstitucionais, nem mesmo no pacto federativo, apenas destacar que o sistema tributário é bastante regressivo.

As distorções e injustiças do sistema tributário começam quando relativamente os pobres pagam mais impostos do que os ricos. Essa reforma passa necessariamente pela taxação da renda e patrimônio dos mais ricos, como os dividendos e grandes fortunas. Para acentuar a seu caráter progressivo, o imposto de renda deve ter alíquotas e faixas maiores, além da ampliação da faixa de contribuintes isentos. Também a própria simplificação do sistema tributário indireto contribuiria em muito para reduzir os custos de transação e alavancar a atividade econômica, pois o País é complexo e confuso para fazer negócio. A simplificação teria uma regra geral e não como é atualmente, com uma regra específica para cada estado e cada setor.

A terceira medida, mas não menos importante, é um programa de renda básica. Diante da urgência na implantação, o Supremo Tribunal Federal determinou que o governo defina, até 2022, os valores de um programa de renda básica nacional aos mais pobres. Essa urgência fica evidente quando se observa que o fim do auxílio emergencial em janeiro teve como consequências a elevação dos indicadores de pobreza extrema, aumento da pobreza e da desigualdade de renda.

Com o ritmo lento de vacinação e os números de casos e mortes aumentando, a taxa de desemprego elevada e a lenta recuperação dos setores econômicos, a adoção de medidas de enfrentamento é essencial para evitar a elevação desses indicadores, que ameaça a estabilidade social, já que estamos mais pobres e mais da metade dos domicílios no País se encontra em situação de insegurança alimentar. Esta pobreza econômica

é consequência do aumento populacional de 8,7% superior ao PIB, de apenas 2,7%, resultando num PIB *per capita* médio de – 0,6%. Portanto, é urgente que o Brasil volte a crescer para não se perder mais uma década. As três medidas elencadas acima são o passo inicial para um crescimento sustentável nos próximos anos.

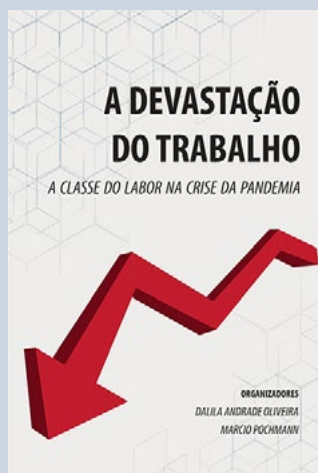


A CONDIÇÃO PÓS-MODERNA

Jean-François Lyotard

O livro *A Condição Pós-Moderna*, de Jean-François Lyotard, mantém seu poder esclarecedor ao traçar de maneira extremamente nítida e sucinta um panorama das transformações mais profundas que afetam a cultura ocidental no fim do século XX.

A presente edição traz uma novidade significativa: corrige o título, restabelecendo a correspondência estrita com o original. Em *A Condição Pós-Moderna*, Lyotard pretendeu expor, de maneira basicamente descritiva, os pressupostos objetivos que permitiam falar de uma transformação radical na maneira como o saber é produzido, distribuído e principalmente legitimado. Lyotard sempre foi o mais eclético dos filósofos de 1968. Mas o que emerge destas páginas, muito além dos criticismos kantiano e marxista, é o ponto de vista cético e pragmático que acabou por dominar boa parte do pensamento ocidental nos últimos anos.



A DEVASTAÇÃO DO TRABALHO

Dalila Andrade Oliveira e Marcio Pochmann

A Devastação do Trabalho, de Dalila Andrade Oliveira e Marcio Pochmann, permite ao leitor compreender os desdobramentos no mundo do trabalho na perspectiva dos trabalhadores diante do questionamento da globalização e da regressão recente da situação brasileira. Panorama consistente do mundo do trabalho a partir das discussões sobre o teletrabalho; trabalho docente; trabalhadores bancários; motoboys e entregadores “uberizados”; trabalho e vida das mulheres e trabalhadores de turismo.

A realidade mostra-se cada vez mais comum diante da relação constante com o desemprego, a subocupação, a instabilidade do rendimento e a perda de representação e direitos sociais e trabalhistas. Diante disso, o presente livro busca trazer a lume a marcha da devastação do trabalho no Brasil, especialmente quando a crise pandêmica da covid-19 revela as entranhas do receituário neoliberal pelas quais a classe do labor sofre e procura reagir à superexploração capitalista.



A ERA DOS MUROS

Tim Marshall

Em *A Era dos Muros*, Tim Marshall, ao mapear a história milenar dos muros que dividem o planeta, analisa as questões que moldarão as relações geopolíticas dos próximos anos. Uma nova era de isolacionismo e nacionalismo despontou nas últimas décadas. Essa questão ganhou visibilidade. Apenas no século XXI foram erguidos milhares de quilômetros de muros e cercas.

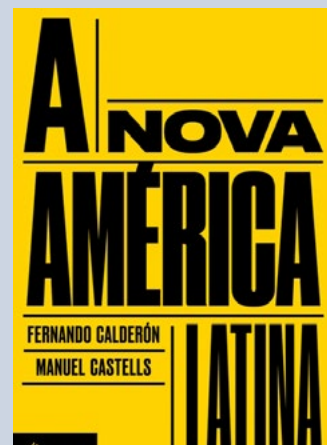
Por diversas razões, seja por proteção digital, seja por se blindar contra imigrantes, terrorismo e dificuldades econômicas de países vizinhos ou devido ao surgimento de comunidades fortemente fechadas que dividem a população dentro do próprio território, como na África do Sul, além de enormes muros ou cercas separando as pessoas no Oriente Médio, na Coreia, no Sudão, na Índia e em diversos outros lugares ao redor do planeta, o fato é que Tim Marshall parece organizar as peças do tabuleiro mundial, fazendo do seu trabalho um mapa detalhado para entendermos o que está por trás dessas divisões físicas ou tecnológicas. Partindo de regiões geográficas centrais e utilizando suas experiências como repórter em importantes áreas do globo, Marshall analisa o nosso cenário político por centenas de anos – em especial desde 2001 – e como eles determinam a geopolítica da atualidade.

A NOVA AMÉRICA LATINA

Fernando Calderón e Manuel Castells

O livro *A Nova América Latina*, de Fernando Calderón e Manuel Castells, representa o retrato fiel de um continente em ebulição. A crise de legitimidade política e a corrupção do Estado na maioria do continente abriram caminho para a fragmentação das democracias liberais. O como e o porquê de tais processos e as transformações que eles orquestraram na vida das pessoas são analisados por dois dos mais respeitados sociólogos da atualidade

Num retrato envolto em luz e sombras, os autores apontam que, apesar de uma melhora dos indicadores básicos de desenvolvimento humano, a região permanece a mais desigual do mundo – marcada pela urbanização descontrolada, o avanço da violência e do medo, a penetração do Estado pelo narcotráfico e a destruição do meio ambiente. No entanto, há caminhos de esperança: em meio às mudanças experimentadas, surgem novos movimentos – liderados, sobretudo, por jovens, mulheres, povos indígenas e afrodescendentes – que marcam as possibilidades de uma história centrada na ética da dignidade, da identidade, da ecologia, do antirracismo e do feminismo.



HISTÓRIA CONCISA DO BRASIL

Boris Fausto

Em *História Concisa do Brasil*, Boris Fausto parte dos pressupostos básicos de que é possível levar ao conhecimento de um público amplo uma história escrita em linguagem acessível, sem perda da qualidade analítica, e que buscar conhecer e interpretar o passado é condição indispensável para o cidadão situar-se no presente e avaliar as possibilidades e limites do futuro. A obra não é um simples resumo da *História do Brasil*, publicada na Coleção Didática da Edusp, embora mantenha a estrutura básica daquela. Fausto consegue aqui tornar compreensíveis as linhas principais da história brasileira, cumprindo a tarefa de forma sintética e apresentando dados estatísticos atualizados. Esta nova edição atualizada e ampliada conta com o acréscimo de um capítulo final de autoria do sociólogo Sérgio Fausto, abrangendo um balanço dos anos recentes, que vai até o final de 2010, e trazendo perspectivas de futuro.



LEGADO DE UMA PANDEMIA: 26 VOZES CONVERSAM SOBRE OS APRENDIZADOS PARA POLÍTICA PÚBLICA

Laura Muller Machado

O livro *Legado de Uma Pandemia: 26 Vozes Conversam Sobre os Aprendizados para Política Pública* é resultado de debates realizados no Insper. Organizado por Laura Muller Machado, apresenta ensaios sobre temas relevantes para a atualidade brasileira. Para facilitar o entendimento, ele foi organizado em quatro blocos que vão desde o legado para a ordem social, passando pela ordem econômica, organização do Estado e finalizando com a política e a comunicação. Em todos os 17 capítulos, busca-se responder o que mudou com a pandemia e quais são os aprendizados para a política pública.

Sabe-se que ao longo do ano de 2020 a resiliência brasileira foi sistematicamente colocada à prova. A sociedade buscou entender o que estava acontecendo e se adaptar. Seja do ponto de vista social, educacional ou econômico, a pandemia representa uma grande perda para todos. Mas, como sempre, pode-se aprender muito com uma perda. Assim, esse livro apresenta, de diferentes perspectivas, o que aprendemos e o que podemos fazer diferente no futuro.



A IMPORTÂNCIA DA SEI – DEPOIMENTOS



A SEI COMO PROVEDORA DE INFORMAÇÕES

Edmundo Figueirôa

Com a missão de produzir e disseminar informações a serviço da sociedade, a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) vem cumprindo amplamente o seu papel ao tornar públicos os seus bancos de dados estatísticos, indicadores econômicos e sociais, geoinformações, boletins, releases, estudos avançados e revistas especializadas.

A disponibilização desse qualificado manancial visa atender à grande e diversa demanda das empresas, das universidades, do governo – objetivando balizar e acompanhar seus planos, programas e projetos – assim como da sociedade civil organizada e da população em geral, todos em busca de informações úteis, confiáveis, consistentes e oportunas.

A SEI exerce grande protagonismo estadual na produção de estatísticas oficiais. Seus trabalhos estão ancorados nos Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais, definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), os quais, dentre outros, orientam a produção e a disseminação das estatísticas oficiais.

No âmbito nacional, a SEI foi pioneira e exitosa na busca da elaboração de um convênio de cooperação técnica para a construção de um Sistema de Contas por Unidades da Federação que permitisse uniformidade metodológica, comparabilidade dos resultados e disseminação de conhecimento técnico. Nesse sentido, sob a coordenação nacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o sistema é ora executado em rede com as equipes estaduais, permitindo a estruturação do Produto Interno Bruto (PIB) dos estados, assim como o PIB de todos os municípios do Brasil, ambos comparáveis com o macro agregado nacional.

Em outra frente, em meio a avançada revolução tecnológica e informacional e a alta velocidade das transformações no mundo digital, a SEI vem acompanhando as mudanças operadas pelas novas tecnologias da informação e buscando ajustar as diferentes etapas do seu processo produtivo, desde a

extração do dado básico à construção de indicadores e o processo de disseminação da informação.

A introdução de importantes estudos realizados com base em plataformas colaborativas digitais vem sendo mais um avanço implementado pela SEI. Trata-se de uma arquitetura operacional extremamente flexível e eficiente, principalmente no trato de temas multidisciplinares. A plataforma SeiColab, desenvolvida pelo órgão, é um ótimo exemplo de ferramenta para trabalhos complexos, integrados e que são realizados sob sua coordenação. Nela, tem-se a colaboração de diversos segmentos da sociedade e a possibilidade de agregação de especialistas com diversos saberes sobre temas relevantes, os quais são estruturados, estudados e discutidos de maneira remota em um ambiente colaborativo, ampliando a oferta social de informações e conhecimentos.

A IMPORTÂNCIA DA SEI E OS PARABÊNS PELA EDIÇÃO DA REVISTA C&P NÚMERO 200

Gustavo Casseb Pessoti

Falar sobre a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) e de sua importância é uma tarefa simples, porém de alta complexidade. Simples, porque nessa instituição passei 20 anos da minha vida laboral e tive a companhia de grandes técnicos, que foram imprescindíveis para minha formação profissional. Mas, complexa, ao mesmo tempo, pois na condição de ex-funcionário, tenho que escolher, em poucas linhas, a melhor forma de explicar para as pessoas a importância da SEI como órgão de estatística oficial do estado da Bahia.

Apesar de ser uma superintendência de estudos econômicos e sociais, a SEI é o que se pode falar de uma instituição que milita em diferentes áreas de conhecimento. Passa pela geografia, cartografia, vai até a sociologia, demografia e quando chega na economia extrapola as funções da conjuntura, da análise econômica, dos estudos socioeconômicos da Bahia, das análises da estrutura produtiva, das relações internacionais, do emprego e desemprego. E, além disso, faz estudos estruturantes da realidade internacional, nacional, regional, territorial e municipal. Como eu falei, é também o órgão de estatística do estado, responsável por uma infinidade de bases de dados, registros administrativos, modelos matemáticos lógicos, econometria, geografia espacial. Não podemos nos esquecer das pesquisas que o órgão realiza para estimação de índices de preços, da situação do emprego e desemprego na Região



Metropolitana de Salvador e mesmo pesquisas para aferir a confiança dos empresários baianos. A SEI é também uma grande produtora de metodologias para estimação de cálculos da realidade econômica e social do estado e de seus 417 municípios, de contas satélites, índices fiscais, índices de pobreza, índices de desenvolvimento, enfim, um órgão que não só interpreta a realidade socioeconômica do estado da Bahia, mas participa decisivamente da produção de dados estatísticos fundamentais para a construção de políticas públicas no planejamento estadual.

A SEI é uma instituição com passado, presente e futuro. Talvez poucos saibam, mas a SEI foi originada do processo que extinguiu a antiga Comissão de Planejamento Econômico (CPE), fundada pelo ilustre Rômulo Almeida. Desde aquela época, na segunda metade do século XX, o governo da Bahia já se preocupava com a constituição de um órgão que se responsabilizasse pela produção de informações estatísticas para consolidar o processo do planejamento do desenvolvimento do estado. Por isso mesmo, o acervo da Biblioteca Rômulo Almeida constitui-se em um dos mais completos da Bahia, com publicações, periódicos, livros que ajudaram a criar a história econômica e política do estado da Bahia. Com o passar do tempo, o Centro de Estatística e Informação (CEI), criado com esse princípio, foi transformado na Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, muito mais adequado para um órgão que sempre foi considerado a mistura do IBGE e do IPEA. Com as novas informações oriundas das notas fiscais eletrônicas, através de uma parceria com a Secretaria da Fazenda estadual, a SEI se consolida num seleto grupo de instituições públicas que trabalham com microdados capazes de revolucionar todo o sistema estatístico da Bahia.

A SEI é um órgão imprescindível para as secretarias de estado, não apenas para a Seplan, de quem é parte integrante, mas para todas as chamadas setoriais que estão cada vez mais em sintonia com as plataformas de bases de dados abertos coordenadas pela SEI para democratizar, publicizar e dar total transparência para as estatísticas públicas. Além de participar de todo o planejamento de ações públicas de todas as secretarias de estado, a SEI ainda realiza parcerias institucionais com as universidades públicas, estaduais e a federal, com conselhos de classe, com outros órgãos de pesquisa e estatística do Brasil, através da Associação Nacional dos Institutos de Pesquisa e Estatística Nacional (Anipes), da qual a SEI é membro fundadora. Essas parcerias institucionais, não apenas com outros órgãos locais, mas também com nacionais e mesmo com alguns internacionais, ajudam a entender porque a SEI é um dos órgãos mais importantes do sistema estatístico nacional.

Haveria tanta coisa que ainda gostaria de dizer, da qualidade do corpo funcional, dos aperfeiçoamentos técnicos que a SEI realiza em todo o estado, dos cursos de instrutoria, das avaliações de PPAs, das informações imprescindíveis para LOA e LDO, dos indicadores que a SEI é demandada diariamente a calcular e analisar, mas nesse último parágrafo vou me ocupar em falar das publicações da SEI, em particular de nossa querida *Conjuntura & Planejamento* (C&P), que chega em 2021 ao seu volume número 200. Todas as revistas da SEI foram criadas com o intuito de aprofundar o saber científico sobre a Bahia em diferentes perspectivas, contextos, realidades e áreas de conhecimento. Desde a *Série de Estudos e Pesquisas* (SEP), onde se privilegiam modelos próprios de construção e interpretação da realidade do estado da Bahia, até a *Bahia Análise & Dados*, carro-chefe da SEI, e um dos periódicos mais bem indexados pela academia baiana. A C&P também se destaca nesse contexto como um veículo criado para analisar em diferentes perspectivas a conjuntura econômica internacional, nacional e estadual e também o processo de planejamento de políticas públicas com vistas ao estabelecimento de melhores e mais eficientes ações públicas em prol da sociedade baiana.

Lembro-me com muita emoção quando atingimos a edição número 100. Ainda com a capa azul, que durante tanto tempo estampou e caracterizou esse tão tradicional periódico baiano. Quis o destino que eu estivesse presente, ainda como diretor de indicadores e estatística da SEI, até a edição 199. É um sentimento de dever cumprido, mas, sobretudo, é a emoção de que entender que a vida sempre pede passagem, mas o que é bom cria suas próprias raízes e se perpetua. Parabéns à atual gestão da SEI pela edição 200 da C&P. Espero ansioso por esse volume e que num futuro próximo a gente possa comemorar e prospectar como será a nossa realidade quando estivermos comemorando o aniversário da 300ª edição. Aplausos, agradecimentos e homenagens aos profissionais responsáveis por todas essas conquistas.



UM POUCO DA MINHA HISTÓRIA COM A SEI

Laumar Neves de Souza

A primeira vez em que ouvi falar sobre a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) foi há mais de 25 anos, quando dava os primeiros passos na minha formação acadêmica, no âmbito da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE), da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Inconscientemente, passei a nutrir, desde aquele momento, uma admiração toda especial pela SEI e a acalantar o sonho de um dia lá poder trabalhar.

Fato é que as tramas da minha vida foram se sucedendo e aquilo que estava no plano das ideias se tornou realidade. Ou seja, tive a sorte de me tornar, por assim dizer, uma espécie de cria da SEI e lá desenvolver, por quase uma década, um conjunto de atividades profissionais, precisamente na esfera da tão estimada Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes), que tive a honra de liderar.

A bem da verdade, esse meu apreço pela SEI começou a ser pavimentado quando passei a integrar o Núcleo de Estudos Conjunturais (NEC) da FCE, o qual mantinha relações estreitas com os atores que pertenciam ao quadro da Coordenação de Acompanhamento Conjuntural (CAC) da Superintendência e, posteriormente, quando fiz parte da equipe que ajudou a reimplantar a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) na Região Metropolitana de Salvador (RMS), em 1996, iniciativa essa que também contou com a participação de técnicos competentíssimos da SEI, com quem muito aprendi e pelos quais alimento um sentimento de respeito e gratidão.

Curiosamente, todas essas experiências acadêmicas/profissionais que tive com as pessoas da SEI e que tanto contribuíram para minha formação se deram dentro dos muros da FCE e não nos limites físicos da referida superintendência. À primeira vista, para os menos avisados, isso pode parecer algo negativo, posto que, pelo menos em tese, não me facultava conhecer a SEI por dentro, me aproximar mais do conjunto dos seus técnicos, apreender *in loco* a realidade de trabalho deles, a complexidade dos estudos que desenvolviam.

Não obstante, penso que essa leitura deva ser relativizada, pois em que pese ainda não frequentar as dependências da SEI nas duas oportunidades mencionadas, o contato prévio com atores que faziam parte do seu quadro técnico foi tão rico e intenso que me permitiu perceber em detalhes qual era a sua lógica de operação e funcionamento, tomar ciência dos seus valores e missão, bem como da sua importância e do papel que lhe cabia no contexto do Sistema Estatístico Nacional (SEN).

Portanto, quando, para meu regozijo, fui convidado a trabalhar oficialmente na SEI, no alvorecer dos anos 2000, momento que coincide rigorosamente com o início do meu doutoramento em Ciências Sociais na UFBA, posso dizer que me encaixei muito facilmente na sua engrenagem, “chegando no time para jogar”.

Verdadeiramente, devo confessar que considero a minha passagem pela gloriosa SEI como uma espécie de segundo doutorado que fiz, dada a variedade de situações com as quais me deparei, o volume de informações que assimilei, os horizontes no campo teórico e empírico que passei a vislumbrar graças aos debates que travei com técnicos de elevado gabarito que conviviam cotidianamente comigo.

Foram tantos aprendizados angariados e tão fortes as relações que construí durante o período que atuei na SEI, que mesmo tendo dela me desligado, no começo dos anos 2010, ainda não consegui, e nem quero, romper os laços que a ela me vinculam, seja porque continuo colaborando com as revistas *Conjuntura & Planejamento* e *Bahia Análise & Dados*, seja porque sou, no sacerdócio docente da graduação e da pós-graduação da Universidade Salvador (Unifacs), a um só tempo, um demandante e disseminador do conjunto de informações que por lá é produzido.

Dito isso, devo admitir que ter trabalhado na SEI assumiu uma dimensão especialíssima na minha vida, posto que defendia e ainda defendo o ponto de vista de que para alterar as condições de reprodução da população baiana, para reduzir o quadro de iniquidades que vigora desde tempos imemoriais na Bahia, é absolutamente fundamental se ter informação socioeconômica de qualidade, gerada a partir da produção das melhores estatísticas, dos mais fidedignos estudos. Não há outra maneira de formular políticas públicas que visem a mitigar e/ou superar esse estado de coisas, que não seja trilhando esse caminho.

Por estas razões, é absolutamente inegável o protagonismo da SEI no estímulo aos agentes públicos e privados, para o fomento do desenvolvimento econômico da Boa Terra.

Nessa medida, cabe a toda sociedade baiana, mais do que nunca, valorizá-la, especialmente nesses tempos tão sombrios, com fortes impulsos autoritários, em que o governo federal e seus asseclas se empenham vigorosamente em subverter a lógica civilizatória, fazendo com que, recorrendo a George Orwell, guerra passe a representar paz, liberdade a corresponder a escravidão, e ignorância a significar força.

Por certo, dada a atmosfera desencadeada por esse discurso arrogante, não é, em absoluto, obra do acaso que instituições congêneres à SEI venham a ser

duramente desprestigiadas, que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que ocupa o topo do SEN, tenha passado a enfrentar um conjunto de agruras disruptivas, exceção feita naturalmente àquelas decorrentes da crise pandêmica do coronavírus que assola o mundo e o Brasil em particular, inviabilizando várias de suas ações, inclusive, a meu ver, a mais crucial delas, que é a realização do Censo Demográfico.

Não tenho dúvida de que a SEI continuará prestando um serviço de excelência à Bahia. Por isso, tenho claro que não podemos deixá-la sucumbir.

A vida me forjou em um fiel escudeiro dos seus interesses e prometo que não vou parar de defendê-la.

Despeço-me dos meus amigos da SEI saudando-os calorosamente, conclamando-os à resistência e enviando-lhes um fraterno abraço.



A REVISTA CONJUNTURA & PLANEJAMENTO E A SEI

Renata Prosério

É com grande orgulho que recebo a notícia da publicação nº 200 da revista *Conjuntura & Planejamento*, periódico que se soma à outras publicações da SEI para acompanhar o que acontece no estado, nas áreas econômica, social e ambiental.

Junto a um corpo técnico qualificado, participei da criação desta revista, que sempre teve como foco manter a tradição da SEI de traduzir as melhores e mais atualizadas informações de conjuntura, acompanhada de breves análises e interpretação desses indicadores.

Com o lema “Informação a Serviço da Sociedade” buscamos traduzir, em uma única frase, o principal objetivo da SEI de se tornar referência como geradora de informações atualizadas nas mais diversas áreas, sendo um órgão de estado, servindo não apenas ao governo ou secretário de plantão, mas também a outras entidades empresariais, de trabalhadores, academia, ou seja, aonde tivesse o interesse de conhecer informações agregadas sobre algum aspecto da realidade baiana, a SEI estaria presente. Tais informações poderiam ser relativamente simples – como, por exemplo, as municipais – ou mais elaboradas como as contas regionais ou os levantamentos de uso do solo, com diferentes níveis de abrangência e periodicidade.

Nos 20 anos que trabalhei na SEI, começando como técnica na área econômica, eu tive oportunidade de participar da estruturação do Sistema de Contas Regionais e depois fiquei muitos anos como Superintendente, participando de sua unificação com a CPE, e vendo seu crescimento. Tivemos períodos de muita solicitação por parte de secretários, governadores e candidatos a governadores, que consideravam importante conhecer e acompanhar a base de dados disponível para definir sua plataforma de governo, definir políticas públicas ou acompanhar o desempenho de medidas tomadas; e outros gestores que preferiam se guiar por outros fatores ...

Vivemos momentos de muito prestígio e utilização de sua base de dados; e momentos em que foi subestimada a importância do uso das estatísticas como ferramenta de planejamento, como o que ocorre agora na esfera federal com o cancelamento do censo demográfico decenal, ocasionando inclusive o pedido de demissão da presidente do IBGE. O censo demográfico é uma referência importante para uma série de pesquisas amostrais que ficarão prejudicadas se não tiverem sua base censitária atualizada. Com o tempo, todo o sistema estatístico nacional, o trabalho do IBGE e dos órgãos estaduais de estatística poderá ficar prejudicado e o Brasil corre o risco de não se conhecer.

Outra característica que sempre observei nos 20 anos em que trabalhei na SEI foi a qualidade de seu corpo técnico, comprometido e qualificado em diversas áreas. Nos anos em que atuei como Superintendente ficava satisfeita em garantir que todos os cargos em comissão eram ocupados por mérito e não indicação política: a meritocracia era a regra. Isso parece óbvio e trivial, mas infelizmente no Brasil inclusive de hoje a gente sabe que isso nem sempre acontece, o que resulta em perda de qualidade e desestímulo à equipe.

Muito do que aprendemos na SEI levamos a outras áreas, como a acadêmica e empresarial. Atualmente, sou empresária do ramo hoteleiro e diretora da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH), aonde implantamos uma pesquisa conjuntural de desempenho dos hotéis em Salvador, trabalho este que desejamos aprimorar em parceria com a SEI.

Gostaria de concluir dizendo que a SEI me deu a oportunidade de grandes aprendizados, de conhecer pessoas maravilhosas que aprendi a respeitar, tendo sido uma das melhores experiências profissionais da minha vida.

CONJUNTURA ECONÔMICA BAIANA

Os primeiros cinco meses de 2021 ainda revelam um ritmo de crescimento lento para a atividade econômica. Esse período foi marcado pelo agravamento da crise sanitária provocada pela pandemia da covid-19 no Brasil, o que trouxe a necessidade de reforçar medidas de restrições à circulação de pessoas e a atividades comerciais específicas. Na Bahia, a adoção de medidas de restrição total das atividades não essenciais comprometeu o resultado de alguns setores.

O comportamento das exportações baianas entre janeiro e maio de 2021, quando comparado com o do mesmo período do ano anterior, segue a mesma tendência das atividades de Comércio varejista e Serviços, já a Indústria, registrou retração no período. Com o desemprego elevado, inflação alta, levando a um comprometimento do orçamento, e o risco de contágio pelo novo coronavírus ainda ser iminente, as perspectivas de expansão do nível de atividade econômica em 2021 estão muito atreladas ao avanço da imunização da população no País.

Com base na Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a produção industrial baiana registrou, entre janeiro e maio de 2021, queda de 16,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. Cinco dos 12 segmentos da Indústria geral influenciaram o resultado, com destaque para Derivados de petróleo, que registrou queda de 41,2%, impulsionado, em grande parte, pelo menor refino de óleos combustíveis, óleo diesel e naftas para petroquímica. Importante ressaltar, também, os resultados negativos assinalados por Veículos (-94,0%), Metalurgia (-10,6%), Alimentos (-1,2%) e Equipamentos de informática e produtos eletrônicos (-1,3%). Positivamente, destacou-se o segmento Produtos químicos (21,2%), impulsionado, em grande parte, pela maior fabricação de princípios ativos para herbicidas, acrilonitrila e etileno não saturado. Vale citar ainda o crescimento em Borracha e material plástico (31,6%), Couro, artigos para viagem e calçados (41,9%), Extrativa mineral (12,9%), Produtos de minerais não metálicos (13,4%), Celulose, papel e produtos de papel (3,8%) e Bebidas (11,0%).

Os dados observados na Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) do IBGE demonstram que o Comércio varejista teve, entre janeiro e maio de 2021, em comparação com o mesmo período do ano anterior, crescimento de 9,5%. As principais contribuições positivas, por ordem de magnitude, vieram de Móveis e eletrodomésticos (46,8%), Outros artigos de uso pessoal e doméstico (35,0%), Tecidos, vestuário e calçados (20,2%), Artigos farmacêuticos,

médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (17,4%), Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (9,8%) e Combustíveis e lubrificantes (7,8%). Enquanto Livros, jornais, revistas e papelaria (-35,4%) e Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-9,3%) registraram variações negativas. No que diz respeito aos subgrupos, observou-se expansão nas vendas de Eletrodomésticos e Móveis, com taxas de 51,6% e 35,6%, respectivamente. Já Hipermercados e supermercados apresentou recuo de 7,8%.

De acordo com os resultados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), realizada pelo IBGE, o volume de serviços entre janeiro e maio de 2021, em comparação com o mesmo período do ano anterior, avançou 2,0%. Nesta análise, apenas a atividade de Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (7,9%) influenciou positivamente. Em sentido oposto, quatro das cinco atividades puxaram o volume de serviços para baixo, com destaque, por ordem de magnitude, para a atividade de Serviços de informação e comunicação (-2,7%), que apontou a mais expressiva variação negativa, seguida por Serviços prestados às famílias (-1,4%), Outros serviços (-1,3%) e Serviços profissionais, administrativos e complementares (-1,2%).

Nos primeiros cinco meses do ano a Bahia acumulou um superávit de US\$ 513,2 milhões em sua balança comercial, resultado de exportações de US\$ 3,5 bilhões, aumento de 13%, e de importações de US\$ 2,97 bilhões, incremento de 39,1%. A corrente de comércio (soma das exportações e importações) chegou a US\$ 6,45 bilhões, com crescimento de 23,7% sobre igual período do ano anterior.

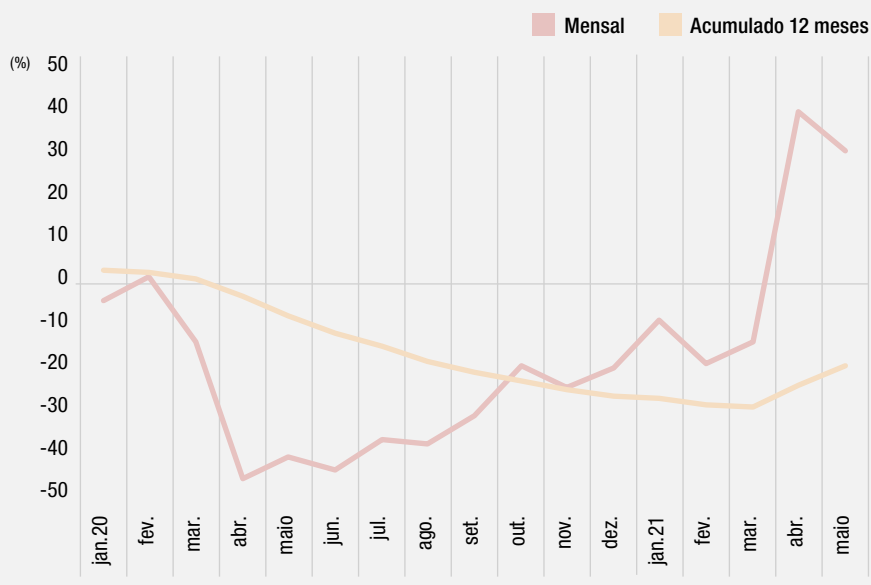
Em relação à inflação em Salvador, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo IBGE, apresentou no ano variação de 3,24%, revelando-se superior a 0,04% registrado no mesmo período de 2020. Dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados, sete tiveram alta no período, com destaque para Transportes (7,67%), Artigos de residência (3,95%), Alimentação e bebidas (3,16%), Habitação (3,01%), Educação (2,92%), Saúde e cuidados pessoais (2,51%) e Despesas pessoais (0,97%). A queda registrada se verificou em Comunicação (0,47%) e Vestuário (1,57%).

De acordo com as informações dos dados do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), sistematizadas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), nos cinco primeiros meses do ano de 2021 a Bahia gerou 62.384 postos de trabalho, levando em conta a série ajustada, que incorpora as informações declaradas fora do prazo.

Nesse cenário, são expostos os principais resultados da conjuntura baiana nas análises dos indicadores referentes aos dados apurados nos primeiros cinco meses de 2021.

O Índice de Movimentação Econômica (Imec), que mede a atividade econômica no município de Salvador, apresentou acréscimo de 30,9% em maio de 2021 na comparação com o mesmo mês de 2020. As variáveis que contribuíram para esse resultado foram Aeroporto (694,8%), Ônibus urbanos (93,0%) e Combustíveis (43,7%). Em sentido oposto, a contribuição negativa veio de Carga portuária (-6,3%) e Energia elétrica (-0,6%). No acumulado de 12 meses, o indicador registrou recuo de 19,3%.

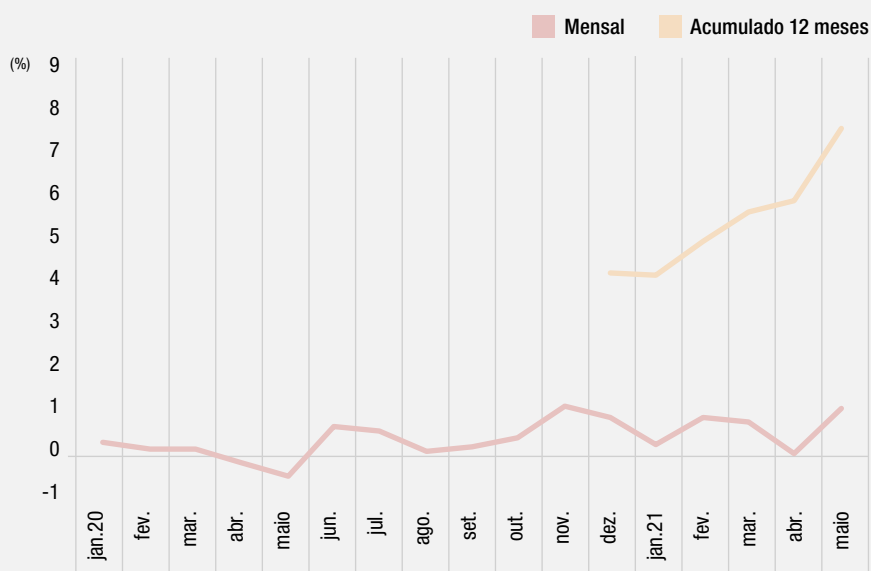
Gráfico 1
Índice de Movimentação Econômica (Imec) – Salvador – Jan. 2020-maio 2021



Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

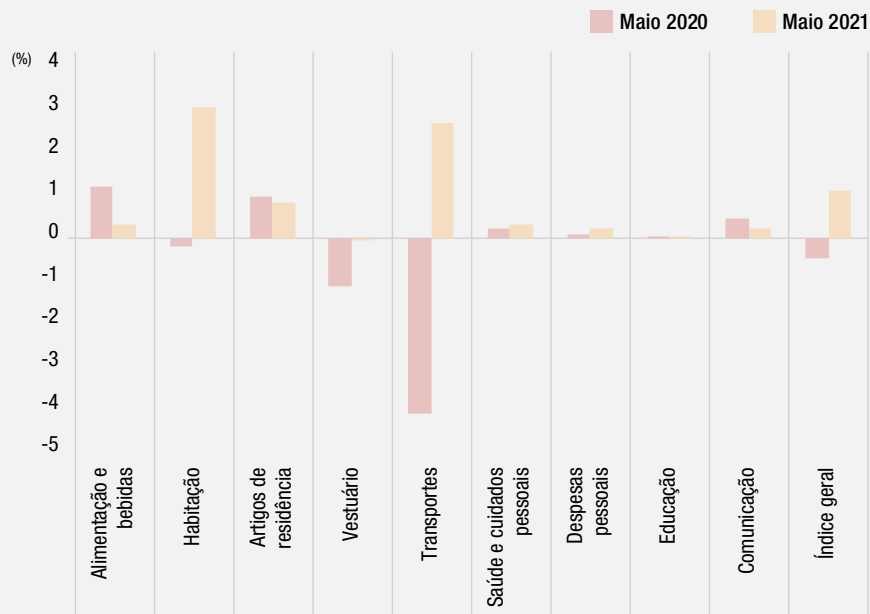
O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou em maio taxa de 1,12%, superior à apurada em maio de 2020 (-0,47%), quando se observou uma deflação nos preços, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No acumulado dos últimos 12 meses a inflação cresceu 7,65%. A variação acumulada nesse período foi a maior desde dezembro de 2020 (4,31%).

Gráfico 2
Taxa de variação do IPC-SEI – Salvador – Jan. 2020-maio 2021



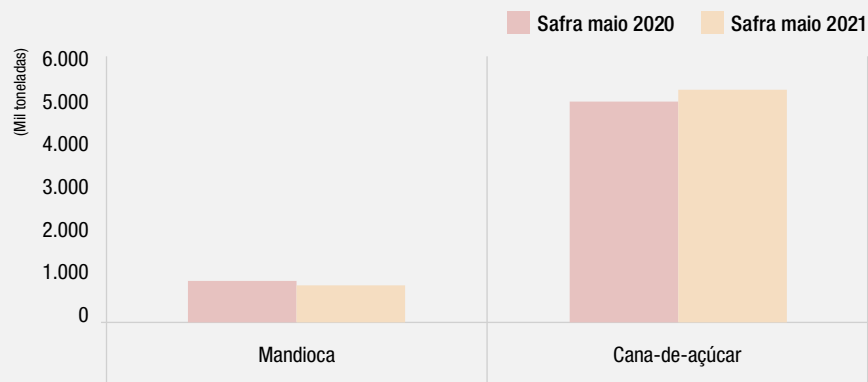
Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

Gráfico 3
Taxa de variação do IPC–SEI: grupos selecionados – Salvador – Maio 2020/maio 2021



Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

Gráfico 4
Estimativa da produção agrícola: mandioca e cana-de-açúcar – Bahia – Maio 2020-maio 2021



Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

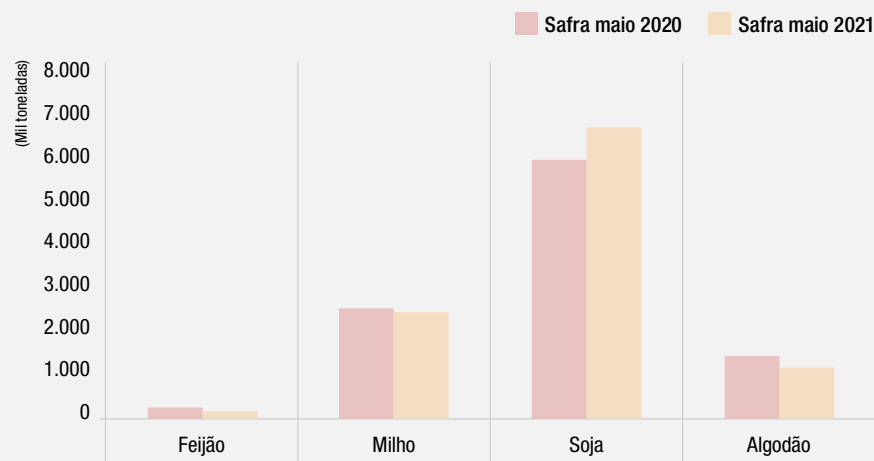
Dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados, de acordo com os dados apurados pelo IBGE, oito tiveram alta em maio. Habitação (3,05%) e Transportes (2,71%) registraram as maiores expansões, seguidos de Artigos de residência (0,84%), Alimentação e bebidas (0,32%), Saúde e cuidados pessoais (0,31%), Comunicação (0,22%), Despesas pessoais (0,21%) e Educação (0,04%). Enquanto o grupo de Vestuário (-0,02%) foi o único a exercer variação negativa no mês de maio de 2021.

Segundo informações do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE, para 2021 as culturas de mandioca e de cana-de-açúcar, no estado, terão diferentes comportamentos. A primeira deve registrar queda de 10,5% enquanto a segunda poderá expandir em 5,8%.

O LSPA apresentou estimativa de queda na produção de feijão, milho e algodão em relação a 2020, com taxas de 30,3%, 3,1% e 16,5%, respectivamente. Em sentido contrário, a cultura de soja apresentou expansão de 12,6%. Estima-se expansão no rendimento médio para o soja (7,3%) e retração para o milho (-9,8%), para o feijão (-29,1%) e para o algodão (-1,1%).

Gráfico 5

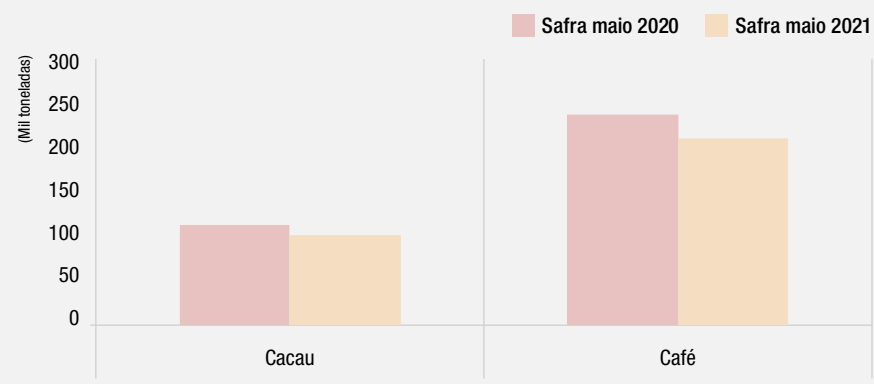
Estimativa da produção agrícola: feijão, milho, soja e algodão – Bahia – Maio 2020-maio 2021



Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

Gráfico 6

Estimativa da produção agrícola: cacau e café – Bahia – Maio 2020-maio 2021

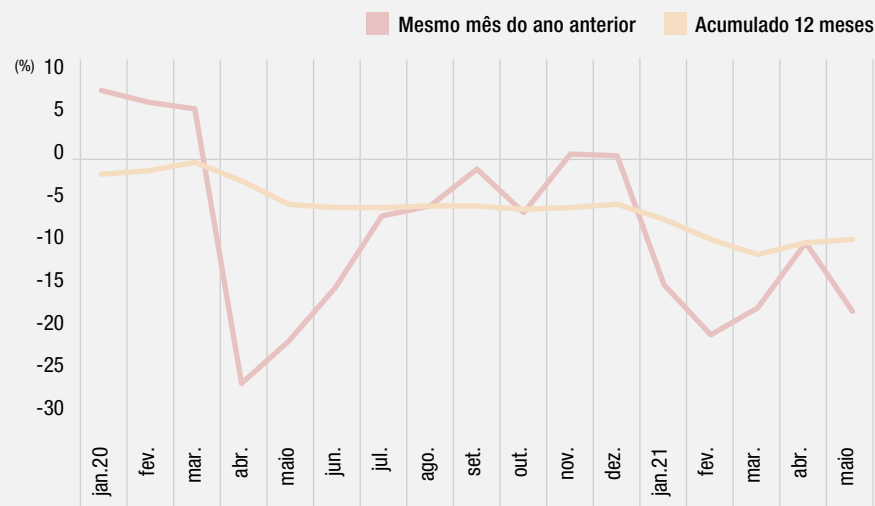


Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

As estimativas de produção das tradicionais *commodities* da agricultura baiana – cacau e café – apontaram o mesmo comportamento em 2021. Em relação ao cacau houve retração na produção (10,1%), com redução do rendimento médio (9,1%). Seguindo a mesma tendência, o café, em fase de colheita, constatou-se queda na produção (11,3%), com comprometimento no rendimento médio de 5,4%.

Gráfico 7

Taxa de variação da produção física da indústria de transformação – Bahia – Jan. 2020-maio 2021

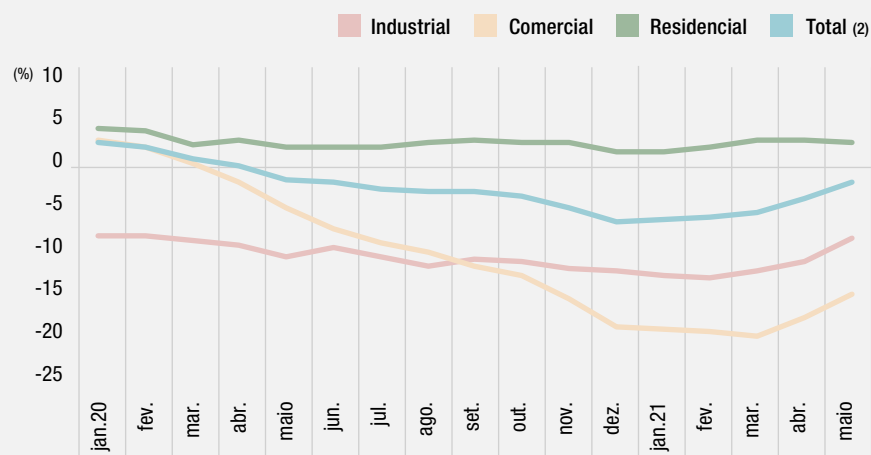


Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

Os dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE referentes à indústria baiana recuaram 17,7% no mês de maio de 2021 na comparação com o mesmo mês do ano anterior, com apenas três das 12 atividades pesquisadas assinalando queda da produção. A principal contribuição negativa foi em Derivados de petróleo (-70,9%), seguida por Metalurgia (-13,9%) e Celulose, papel e produtos de papel (-1,0%). Por outro lado, os principais impactos positivos vieram do setor de Produtos químicos (41,4%), Borracha e material plástico (57,0%), Couro, artigos para viagem e calçados (106,1%), Produtos alimentícios (9,9%), Extrativa mineral (15,0%), Minerais não metálicos (14,8%) e Bebidas (13,4%).

Gráfico 8

Taxa de variação do consumo de energia elétrica (1) – Bahia – Jan. 2020-maio 2021



Fonte: Coelba/GMCH.
Elaboração: SEI/CAC.

Notas: (1) Acumulado 12 meses.

(2) Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. pública + S. público + Concessionária.
O consumo industrial corresponde a Coelba e Chesf.

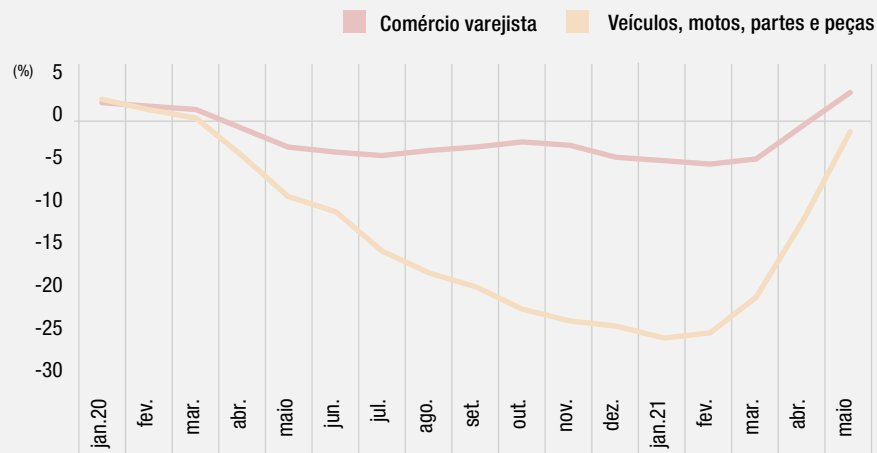
O consumo de energia elétrica no estado registrou variação positiva de 8,4% em maio de 2021 na comparação com o mesmo mês de 2020. No acumulado de 12 meses, notou-se recuo de 1,7% no consumo total, impulsionado pela classe industrial, que caiu 9,4%. Ressalta-se que os dados aqui exibidos são apenas os do consumo do mercado cativo, que congrega as grandes distribuidoras de energia – Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba) e Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf) –, não sendo considerado o mercado de autoprodução e cogeração (mercado livre).

De acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) do IBGE, o comércio varejista baiano teve crescimento de 29,4% nas vendas no mês de maio de 2021, considerando-se igual mês do ano anterior. As atividades que exibiram taxas positivas nesse mês, com as maiores influências, foram Móveis e eletrodomésticos (79,1%), Outros artigos de uso pessoal e doméstico (97,2%) e Tecidos, vestuário e calçados (410,3%). Em sentido contrário, destaca-se a variação negativa em Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-9,4%), segmento de maior peso para o indicador de volume de vendas do comércio varejista. No acumulado de 12 meses, o comércio varejista registrou variação positiva de 3,5%.

Ainda no acumulado de 12 meses, até maio de 2021, os principais segmentos que contribuíram para a expansão no volume do comércio varejista foram Móveis e eletrodomésticos (37,4%), Outros artigos de uso pessoal e doméstico (12,3%), Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (12,0%) e Combustíveis e lubrificantes (0,8%). Por sua vez, os segmentos que contribuíram negativamente foram Livros, jornais, revistas e papelaria (-41,2%), Tecidos, vestuário e calçados (-12,0%), Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (-10,8%) e Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-7,0%).

Gráfico 9

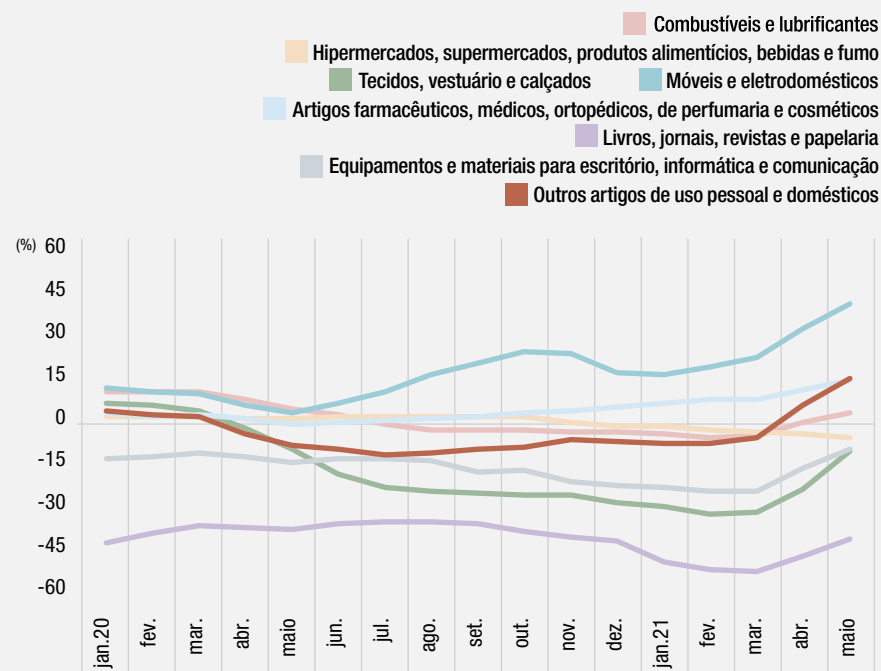
Taxa de variação de volume de vendas no varejo (1) – Bahia – Jan. 2020-maio 2021



Fonte: IBGE-PMC.
Elaboração: SEI/CAC.
Nota: (1) Acumulado nos últimos 12 meses.

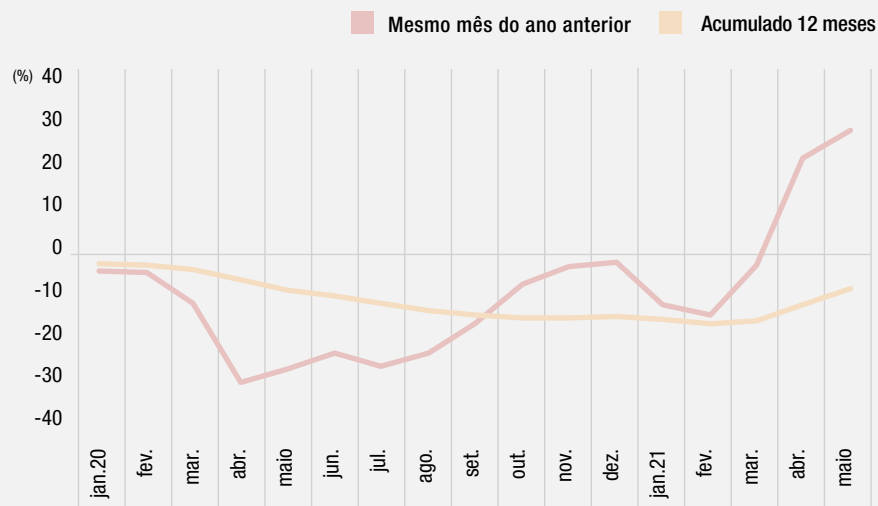
Gráfico 10

Taxa de variação de volume de vendas no varejo (1) principais segmentos – Bahia – Jan. 2020-maio 2021



Fonte: IBGE-PMC.
Elaboração: SEI/CAC.
Nota: (1) Acumulado nos últimos 12 meses.

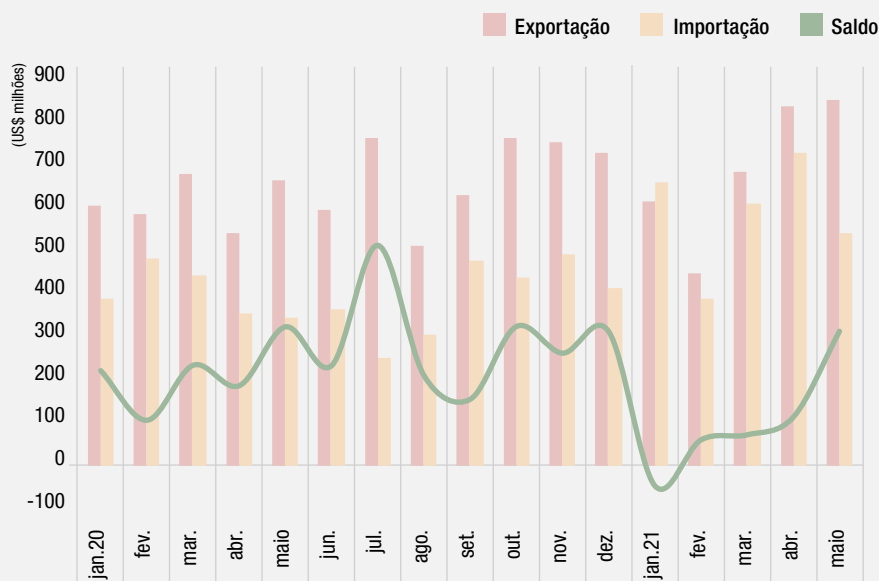
Gráfico 11
Taxa de variação do volume de serviços – Bahia – Jan. 2020-maio 2021



Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

O volume de serviços apresentou, em maio de 2021, expansão de 28,9% em relação ao mesmo mês de 2020. Nesse mês, todas as atividades puxaram o volume de serviços para cima, com destaque, por ordem de magnitude, para as atividades de Serviços prestados às famílias (217,8%), seguido pela atividade de Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (43,1%), a atividade de Outros serviços (20,0%), a atividade de Serviços profissionais, administrativos e complementares (6,4%) e Serviços de informação e comunicação (4,5%). No acumulado de 12 meses, o volume apresentou redução de 8,2% em relação ao mesmo período do ano de 2020, segundo a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do IBGE.

Gráfico 12
Balança comercial – Bahia – Jan. 2020-maio 2021



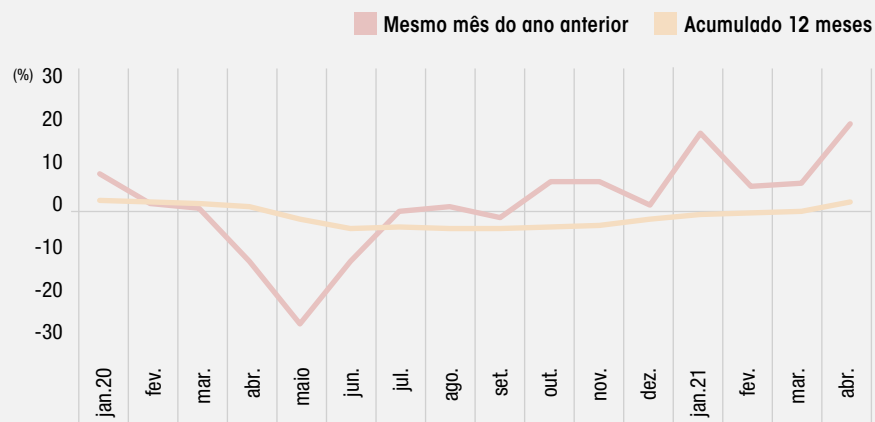
Fonte: MDIC/Secex.
Elaboração: SEI/CAC.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), as exportações baianas atingiram um volume de US\$ 854 milhões em maio de 2021, com crescimento de 28% em comparação ao montante anotado no mesmo mês de 2020. Já as importações registraram aumento de 47,9%, com volume de US\$ 541 milhões. Com exceção dos bens de capital, houve crescimento de todas as categorias de bens importados no ano, com destaque para os combustíveis, com avanço de 101,1%, dos bens de consumo duráveis (96,4%) e dos bens intermediários (29,6%).

Segundo a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz), a arrecadação total – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e outros tributos – em abril de 2021, registrou crescimento de 20,23% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Com esse resultado, a arrecadação acumulou expansão de 2,2% em 12 meses.

Gráfico 13

Taxa de variação real da arrecadação de ICMS a preços constantes – Bahia – Jan. 2020-abr. 2021



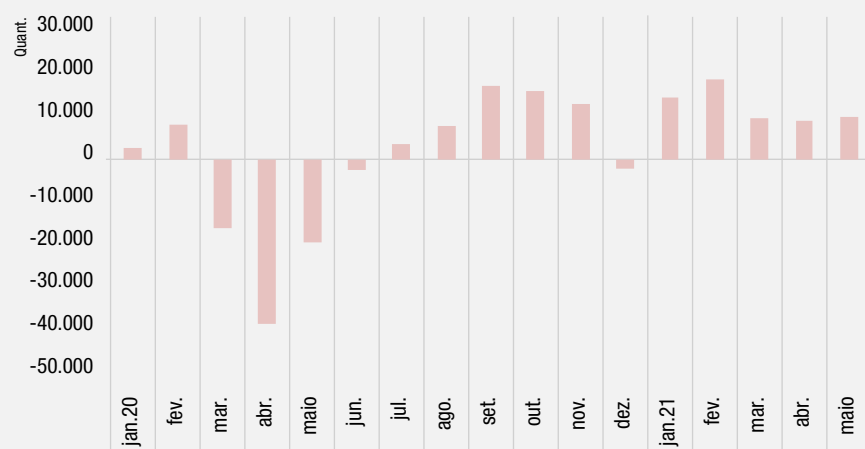
Fonte: Sefaz/SAF/Dicop.

Elaboração: SEI/CAC.

Nota: Deflator IGP-DI.

Gráfico 14

Geração de empregos celetistas (1) – Bahia – Jan. 2020-maio 2021



Fonte: Caged.

Elaboração: SEI/CAC.

Notas: (1) Incluem todos os setores. Dados preliminares.

Sem ajustes.

Conforme os dados do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), o saldo total de empregos com carteira assinada na Bahia foi 10.040 novos postos de trabalho em maio de 2021.

INDICADORES CONJUNTURAIS

INDICADORES ECONÔMICOS

ÍNDICE DE PREÇOS

Tabela 1
Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ⁽¹⁾ – Região Metropolitana – Salvador (BA) – Maio

Geral, grupo, subgrupo, item e subitem	Variações do mês ⁽¹⁾ (%)		Variações acumuladas (%)	
	Maio. 2020	Maio 2021	No ano ⁽²⁾	Últimos 12 meses ⁽³⁾
Índice geral	-0,47	1,12	3,24	7,65
1. Alimentação e bebidas	1,18	0,32	3,16	11,07
2. Habitação	-0,19	3,05	3,01	9,90
3. Artigos de residência	0,98	0,84	3,95	10,52
4. Vestuário	-1,14	-0,02	-1,57	-5,36
5. Transportes	-4,11	2,71	7,67	16,18
6. Saúde e cuidados pessoais	0,20	0,31	2,51	4,39
7. Despesas pessoais	0,08	0,21	0,97	1,47
8. Educação	0,04	0,04	2,92	-2,32
9. Comunicação	0,47	0,22	-0,47	3,90

Fonte: SEI.

Notas: (1) Com a atualização das Estruturas de Ponderação, obtidas a partir da Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF – 2017-2018, foram introduzidos aperfeiçoamento na classificação dos produtos e serviços que compõem as estruturas dos índices de preços. Com isso, foram criadas novas tabelas, a partir de janeiro de 2020 para o IPCA.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) A variação acumulada em 12 meses está disponível a partir de dezembro de 2020.

Tabela 2
Pesquisa Nacional da Cesta Básica
Custo e variação da cesta básica – Capitais brasileiras – Maio 2021

Capitais	Valor da cesta (R\$)	Variação no mês ⁽¹⁾ (%)	Variação acumulada (%) no ano ⁽²⁾	Porcentagem do salário mínimo
Porto Alegre	636,96	1,73	3,46	62,60
São Paulo	636,40	0,60	0,78	62,55
Florianópolis	636,37	0,29	3,38	62,54
Rio de Janeiro	622,76	0,12	0,27	61,20
Vitória	616,96	0,98	2,78	60,63
Curitiba	608,89	4,33	12,68	59,84
Brasília	588,24	0,15	-0,60	57,81
Campo Grande	575,01	-1,92	-0,25	56,51
Goiânia	564,04	1,40	0,04	55,43
Belo Horizonte ⁽³⁾	---	---	---	---
Fortaleza	532,21	1,32	-0,51	52,31
Belém	515,84	1,97	2,98	50,70
Natal	501,70	4,91	9,35	49,31
João Pessoa	491,63	0,32	3,46	48,32
Recife	480,80	1,97	2,43	47,25
Salvador	470,14	2,75	-1,67	46,21
Aracaju	468,43	-0,26	3,37	46,04

Fonte: Dieese.

Notas: (1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.

(2) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Por mudanças na forma de levantamento de preços em Belo Horizonte, o DIEESE optou por não divulgar o valor da cesta básica na capital mineira

AGRICULTURA

Tabela 3
Produção física e área plantada dos principais produtos – Bahia – 2020/2021

Lavouras	Produção física (t)			Área plantada (ha)		
	2020 (1)	2021 (2)	Variação (%)	2020 (1)	2021 (2)	Variação (%)
Temporárias						
Abacaxi (3)	142.630	143.550	0,6	6.652	7.030	5,7
Algodão herbáceo	1.475.000	1.232.000	-16,5	315.000	266.000	-15,6
Alho	5.706	5.676	-0,5	645	645	0,0
Amendoim (2º safra)	2.448	2.532	3,4	2.550	2.550	0,0
Arroz total	-	750	-	-	450	-
Batata-inglesa (2º safra)	72.000	129.000	79,2	1.800	2.650	47,2
Cana-de-açúcar	5.150.000	5.450.000	5,8	75.000	79.000	5,3
Cebola	291.175	302.400	3,9	9.517	10.120	6,3
Feijão total	290.100	202.200	-30,3	424.000	417.000	-1,7
Feijão 1ª safra	135.900	103.000	-24,2	224.000	227.000	1,3
Feijão 2ª safra	154.200	99.200	-35,7	200.000	190.000	-5,0
Fumo	10.000	11.800	18,0	7.600	7.850	3,3
Mamona	36.000	34.500	-4,2	48.800	46.000	-5,7
Mandioca	963.000	861.502	-10,5	133.000	123.000	-7,5
Milho total	2.600.200	2.520.000	-3,1	623.500	670.000	7,5
Milho 1ª safra	1.800.200	1.900.000	5,5	363.500	410.000	12,8
Milho 2ª safra	800.000	620.000	-22,5	260.000	260.000	0,0
Soja	6.070.000	6.834.000	12,6	1.620.600	1.700.000	4,9
Sorgo granífero	146.460	110.180	-24,8	80.350	80.150	-0,2
Tomate	241.200	208.200	-13,7	5.340	4.240	-20,6
Pernamentes						
Banana (4)	1.040.000	850.000	-18,3	88.000	71.000	0,0
Cacau	105.018	118.018	12,4	450.045	450.045	-2,2
Café total	180.510	203.000	12,5	113.300	120.500	-2,4
Café arábica	72.420	88.000	21,5	71.500	74.000	-5,0
Café cenephora	108.090	115.000	6,4	41.800	46.500	2,2
Castanha-de-cajú	3.000	2.600	-13,3	20.000	16.000	0,0
Coco-da-baía (3)	542.217	542.448	0,0	79.610	75.510	-5,2
Guaraná	2.748	2.340	-14,8	7.428	6.500	-12,5
Laranja (4)	637.500	633.000	-0,7	57.500	61.500	-6,5
Pimenta-do-reino	4.916	4.060	-17,4	2.605	1.840	-29,4
Sisal	175.931	96.000	-45,4	256.820	120.000	-53,3
Uva	74.142	45.342	-38,8	2.069	1.969	5,1

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

Notas: (1) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), 2019.

(2) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), fevereiro de 2020 (dados sujeitos a retificação).

(3) Produção física em mil frutos.

(4) Produção física em tonelada.

Tabela 4
Área colhida e rendimento médio dos principais produtos – Bahia – 2020/2021

Lavouras	Área colhida (ha)			Rendimento médio (kg/ha)		
	2020 (1)	2021 (2)	Variação (%)	2020 (1)	2021 (2)	Variação (%)
Temporárias						
Abacaxi (3)	5.657	5.725	1,2	25.213	25.074	-0,6
Algodão herbáceo	315.000	266.000	-15,6	4.683	4.632	-1,1
Alho	645	645	0,0	8.847	8.800	-0,5
Amendoim	2.550	2.550	0,0	960	993	3,4
Arroz total	-	450	-	-	1.667	-
Batata-inglesa	1.800	2.650	47,2	40.000	48.679	21,7
Cana-de-açúcar	75.000	79.000	5,3	68.667	68.987	0,5
Cebola	9.517	10.120	6,3	30.595	29.881	-2,3
Feijão total	424.000	417.000	-1,7	684	485	-29,1
Feijão 1ª safra	224.000	227.000	1,3	607	454	-25,2
Feijão 2ª safra	200.000	190.000	-5,0	771	522	-32,3
Fumo	7.600	7.850	3,3	1.316	1.503	14,2
Mamona	48.800	46.000	-5,7	738	750	1,7
Mandioca	107.000	109.000	1,9	9.000	7.904	-12,2
Milho total	623.500	670.000	7,5	4.170	3.761	-9,8
Milho 1ª safra	363.500	410.000	12,8	4.952	4.634	-6,4
Milho 2ª safra	260.000	260.000	0,0	3.077	2.385	-22,5
Soja	1.620.600	1.700.000	4,9	3.746	4.020	7,3
Sorgo granífero	80.350	80.150	-0,2	1.823	1.375	-24,6
Tomate	5.340	4.240	-20,6	45.169	49.104	8,7
Pernamentes						
Banana (4)	65.500	65.500	0,0	12.977	13.412	3,4
Cacau	425.045	420.045	-1,2	278	252	-9,1
Café total	112.500	105.500	-6,2	2.187	2.068	-5,4
Café arábica	71.000	65.000	-8,5	1.697	1.415	-16,6
Café cenephora	41.500	40.500	-2,4	3.025	3.116	3,0
Castanha-de-cajú	15.000	15.000	0,0	173	233	34,6
Coco-da-baía (3)	69.114	74.510	7,8	7.845	7.280	-7,2
Guaraná	6.788	6.500	-4,2	405	360	-11,1
Laranja (4)	51.500	50.000	-2,9	12.291	12.686	3,2
Pimenta-do-reino	1.950	1.825	-6,4	2.521	2.225	-11,8
Sisal	193.277	120.000	-37,9	910	800	-12,1
Uva	1.569	1.869	19,1	28.899	27.969	-3,2

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

Notas: (1) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), 2019.

(2) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), fevereiro 2020 (dados sujeitos a retificação).

(3) Rendimento médio em frutos por hectare.

(4) Rendimento médio em quilo por hectare.

INDÚSTRIA

Tabela 5
Produção física da indústria e dos principais gêneros – Bahia – Maio 2021

			(%)
Classes e Gêneros	Mensal (1)	Ano (2)	12 meses (3)
Indústria Geral	-17,7	-16,3	-9,3
Indústrias extrativas	15,0	12,9	2,7
Indústrias de transformação	-19,6	-17,8	-9,9
Produtos alimentícios	9,9	-1,2	0,1
Bebidas	13,4	11,0	13,1
Couros, artigos para viagem e calçados	106,1	41,9	6,7
Celulose, papel e produtos de papel	-1,0	3,8	4,5
Coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	-70,9	-41,2	-16,4
Outros produtos químicos	41,4	21,2	16,5
Produtos de borracha e de material plástico	57,0	31,6	11,0
Produtos de minerais não metálicos	14,8	13,4	8,3
Metalurgia	-13,9	-10,6	-21,9
Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	14,3	-1,3	-14,0
Veículos automotores, reboques e carrocerias	4,6	-94,0	-53,9

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

Notas: (1) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Tabela 6
Variação mensal do índice da indústria de transformação – Bahia – Jan. 2019-maio 2021

			(%)
Períodos	Mensal (1)	Ano (2)	12 meses (3)
Janeiro 2019	-6,0	-6,0	-0,1
Fevereiro	1,7	-2,3	-0,3
Março	-7,6	-4,1	-0,5
Abril	-1,9	-3,5	-1,1
Maio	13,3	-0,3	1,2
Junho	-8,3	-1,7	-0,3
Julho	-6,0	-2,4	-0,9
Agosto	-9,1	-3,3	-1,9
Setembro	-1,4	-3,1	-1,7
Outubro	-1,4	-2,9	-2,5
Novembro	-1,0	-2,8	-2,5
Dezembro	-3,6	-2,8	-2,8
Janeiro 2020	8,0	8,0	-1,7
Fevereiro	7,6	7,8	-1,3
Março	7,4	7,7	-0,1
Abril	-26,3	-1,3	-2,1
Maio	-22,1	-5,8	-5,0
Junho	-16,5	-7,6	-5,6
Julho	-6,9	-7,5	-5,7
Agosto	-5,2	-7,2	-5,3
Setembro	-0,9	-6,4	-5,3
Outubro	-6,0	-6,4	-5,7
Novembro	1,1	-5,7	-5,6
Dezembro	0,8	-5,2	-5,2
Janeiro 2021	-15,3	-15,3	-7,1
Fevereiro	-21,7	-18,5	-9,4
Março	-19,4	-18,8	-11,5
Abril	-11,9	-17,4	-10,3
Maio	-19,6	-17,8	-9,9

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

Notas: (1) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

ENERGIA

Tabela 7
Variação percentual do consumo de energia elétrica por classe – Bahia – Maio 2021

(%)

Classes	Mensal (3)	No ano (4)	12 meses (5)
Rural	7,4	26,9	0,1
Residencial	-5,0	4,0	2,9
Industrial (1)	12,1	-2,6	-8,2
Comercial	8,9	-3,0	-14,9
Utilidades públicas (2)	1,4	0,4	-6,3
Setor público	27,9	-0,3	-16,9
Concessionária	23,0	44,1	14,3
Total	-7,2	-7,5	-3,9

Fonte: Chesf/Coelba/CO-GMCH.

Elaboração: SEI/CAC.

Notas: (1) Consumo industrial corresponde à Coelba e Chesf.

(2) Corresponde a Iluminação Pública, Água, Esgoto e Saneamento e Tração elétrica.

(3) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(4) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(5) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

SERVIÇOS

Tabela 8
Variação no volume de vendas no varejo (1) – Bahia – Maio 2021

(%)

Classes e gêneros	Mensal (2)	No ano (3)	12 meses (4)
Comércio Varejista	29,4	9,5	3,5
Combustíveis e lubrificantes	19,8	7,8	0,8
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-9,4	-9,3	-7,0
Hipermercados e supermercados	-11,7	-7,8	-4,5
Tecidos, vestuário e calçados	410,3	20,2	-12,0
Móveis e eletrodomésticos	79,1	46,8	37,4
Móveis	51,2	35,6	39,8
Eletrodomésticos	92,8	51,6	36,1
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	27,6	17,4	12,0
Livros, jornais, revistas e papelaria	72,3	-35,4	-41,2
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	66,5	9,8	-10,8
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	97,2	35,0	12,3
Comércio Varejista Ampliado	44,0	15,5	3,4
Veículos, Motos, Partes e Peças	142,1	41,4	-1,1
Material de construção	3,5	4,8	14,3

Elaboração: SEI/CAC.

Notas: (1) Dados deflacionados pelo IPCA.

(2) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(4) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Tabela 9
Exportações, principais segmento – Bahia – Jan.-maio 2020/2021

Segmentos	Valores (US\$ 1000 FOB)		Var. %	Part. %	Var. % preço médio
	2020	2021			
Soja e derivados	145.590	241.318	65,75	28,26	29,34
Petróleo e derivados	106.315	191.607	80,23	22,44	78,19
Químicos e petroquímicos	59.993	97.818	63,05	11,45	132,62
Papel e celulose	109.039	78.733	-27,79	9,22	-3,19
Metalúrgicos	63.861	42.389	-33,62	4,96	35,77
Metais preciosos	38.052	39.118	2,80	4,58	50,71
Minerais	28.561	32.410	13,48	3,80	-2,78
Algodão e seus subprodutos	13.100	21.180	61,68	2,48	18,38
Cacau e derivados	16.783	19.417	15,69	2,27	-1,89
Café e especiarias	11.361	17.270	52,01	2,02	3,24
Frutas e suas preparações	12.188	16.317	33,88	1,91	-8,77
Borracha e suas obras	3.901	13.808	253,92	1,62	29,03
Máquinas, aparelhos e materiais mecânicos e elétricos	36.692	12.256	-66,60	1,44	67,08
Couros e peles	4.357	7.687	76,44	0,90	10,73
Sisal e derivados	8.760	5.752	-34,33	0,67	2,11
Calçados e suas partes	562	4.896	771,68	0,57	18,48
Carne e suas miudezas	1.448	3.553	145,37	0,42	18,60
Fumo e derivados	2.295	1.270	-44,68	0,15	6,73
Automotivo	334	29	-91,24	0,00	4,54
Demais segmentos	4.227	7.170	69,62	0,84	35,49
Total	667.419	853.999	27,96	100,00	25,76

Fonte: MDIC/secex, dados coletados em 07/06/2021.

Elaboração: SEI.

Tabela 10
Exportações, principais países – Bahia – Jan.-maio 2020/2021

Países	Pest (ton)		Var. %	(US\$ 1000 FOB)		Var. %	Part. %
	2020	2021		2019	2020		
China	523.409	592.712	13,24	214.362	279.972	30,61	32,78
Singapura	401.551	441.632	9,98	95.724	182.322	90,47	21,35
Estados Unidos	65.802	55.185	-16,14	80.346	70.853	-11,82	8,30
Alemanha	84.008	101.557	20,89	29.106	40.493	39,12	4,74
Argentina	12.113	16.973	40,12	18.271	35.753	95,68	4,19
Países Baixos (Holanda)	17.422	29.349	68,46	15.260	28.998	90,03	3,40
Suiça	9	214	2.343,70	28.291	25.972	-8,19	3,04
Bélgica	30.574	17.792	-41,81	14.346	16.869	17,58	1,98
Argélia	170	30.917	18.086,22	340	16.070	4.621,93	1,88
Coreia do Sul	17.343	3.096	-82,15	19.256	12.905	-32,98	1,51
México	1.641	6.064	269,49	1.420	11.705	724,38	1,37
Tailândia	859	22.145	2.478,28	337	11.364	3.268,73	1,33
Itália	37.719	19.854	-47,36	14.259	10.529	-26,16	1,23
Canadá	459	1.560	240,06	8.370	10.375	23,96	1,21
Turquia	19.330	9.934	-48,61	9.878	9.316	-5,69	1,09
Romênia	16	25.792	157.640,43	198	8.203	4.045,68	0,96
Colômbia	2.329	4.974	113,57	2.464	7.778	215,65	0,91
Indonésia	424	2.416	469,55	3.291	7.705	134,11	0,90
Espanha	25.059	7.112	-71,62	11.403	7.666	-32,77	0,90
Chile	2.809	2.446	-12,92	4.799	6.223	29,66	0,73
Hong Kong	2.963	4.302	45,21	2.597	4.284	64,92	0,50
Bangladesh	6.128	1.985	-67,61	3.712	3.192	-13,99	0,37
Emirados Árabes Unidos	318	3.689	1.058,92	825	2.880	248,88	0,34
Japão	39.377	1.841	-95,32	11.785	2.877	-75,59	0,34
Reino Unido	2.573	2.285	-11,20	2.320	2.498	7,69	0,29
Índia	11.447	1.783	-84,42	21.894	2.342	-89,31	0,27
Vietnã	2.043	2.806	37,37	3.092	2.331	-24,61	0,27
Uruguai	2.429	1.359	-44,04	2.778	2.330	-16,13	0,27
Equador	282	1.613	470,88	425	2.065	385,79	0,24
Peru	1.075	1.388	29,10	1.287	1.849	43,63	0,22
Demais países	99.053	20.547	-79,26	44.982	26.281	-41,57	3,08
Total	1.410.735	1.435.322	1,74	667.419	853.999	27,96	100,00

Fonte: MDIC/Secex, dados coletados em 07/06/2021.

Elaboração: SEI.

EMPREGO FORMAL

Tabela 19
Flutuação Mensal do Emprego – Bahia – Jan. 2019-maio 2021

Períodos	Saldo líquido (admissões – desligamentos)					
	Total	Ind. Geral	Const. civil	Comércio	Serviços	Outros
2019 (1)	30.858	2.353	11.551	5.297	10.046	1611
Janeiro	2.591	594	2.378	-1.633	834	418,0
Fevereiro	8.014	627	1.660	266	4.783	678,0
Março	2.991	871	1.639	-1.631	1.092	1020
Abril	11.358	2.464	1.635	967	2.588	3704
Maio	3.437	-936	1.201	-340	-499	4011,0
Junho	3.386	211	1.630	519	1.711	-685,0
Julho	-1.729	1.227	675	-1.237	-1.117	-1277,0
Agosto	4.072	910	2.427	405	1.099	-769,0
Setembro	4.745	420	1.979	1.331	1.072	-57,0
Outubro	-869	453	1	1.369	-2.157	-535,0
Novembro	4.236	-1.918	1.662	4.698	1.935	-2141,0
Dezembro	-11.374	-2.570	-5.336	583	-1.295	-2756,0
2020 (1)	4.581	1.617	40	3.686	-2.725	1963,0
Janeiro	2.464	1.216	746	-599	278	823,0
Fevereiro	8.001	1.396	694	1.236	4.791	-116,0
Março	-14.181	-1.022	-1.502	-3.588	-8.089	20,0
Abril	-32.482	-3.208	-5.585	-9.582	-14.043	-64,0
Maio	-17.033	-4.834	-1.703	-4.176	-6.114	-206,0
Junho	-2.533	-679	-866	-1.144	-1.033	1189,0
Julho	3.182	1.359	787	-181	-475	1692,0
Agosto	9.420	3.001	2.553	1.248	712	1906,0
Setembro	16.923	3.526	4.305	3.350	5.062	680,0
Outubro	16.437	2.740	3.007	4.758	5.979	-47,0
Novembro	13.881	47	1.047	8.529	5.651	-1393,0
Dezembro	502	-1.925	-3.443	3.835	4.556	-2521,0
2021 (1)	70.713	13.937	8.153	12.664	29.989	5970,0
Janeiro	15.049	2.701	2.469	3.175	5.635	1069,0
Fevereiro	18.993	4.276	2.813	3.871	7.511	522,0
Março	9.820	2.719	1.478	-642	4.816	1449,0
Abril	9.207	879	796	1.203	4.761	1568,0
Maio	10.040	2.968	715	2.405	3.172	780,0

Fonte: MTE/SEPRT-Caged/Novo Caged.

Notas: Resultados sem os ajustes das declarações fora do prazo.

Desde 2020, Sistema Caged está em fase de transição para o eSocial.

O Novo Caged, resultado da migração, é baseado no método de imputação de dados de outras fontes devido às subdeclarações dos desligamentos.

Devido a natureza distinta de captação das informações, as comparações com anos anteriores devem ser realizadas com cautela.

Informações sobre alteração metodológica entre o Caged e o Novo Caged na Nota Técnica em <http://pdet.mte.gov.br/o-que-e-novo-caged>

FINANÇAS PÚBLICAS

UNIÃO

Tabela 20

Demonstrativo das Receitas da União – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-abr. 2021

(Continua)

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2021	
	Jan.-fev.	Mar-abr.
Receita (exceto intraorçamentária) (I)	464.510.852	388.388.685
Receitas correntes	332.042.266	313.531.961
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	124.743.773	116.487.109
Impostos	123.641.826	115.246.874
Taxas	1.101.947	1.240.235
Receita de contribuições	163.352.303	154.776.921
Contribuições sociais	159.802.358	149.611.613
Contribuições econômicas	3.549.946	5.165.309
Contribuições para ent. privadas de serv. social e de form. profissional	0	0
Receita patrimonial	21.458.007	27.174.588
Exploração do patrimônio imobiliário do estado	373.227	431.036
Valores mobiliários	6.606.325	7.036.153
Delegação de serviços públicos mediante concessão, permissão, autorização ou licença	175.175	466.935
Exploração de recursos naturais	13.041.690	18.115.521
Exploração do patrimônio intangível	7	2
Cessão de direitos	715.538	691.875
Demais receitas patrimoniais	546.047	433.068
Receita agropecuária	3.143	4.463
Receita industrial	193.229	323.077
Receita de serviços	11.319.251	5.785.806
Serviços administrativos e comerciais gerais	568.819	690.159
Serviços e atividades referentes à navegação e ao transporte	453.257	355.301
Serviços e atividades referentes à saúde	338.055	361.768
Serviços e atividades financeiras	9.954.994	4.373.475
Outros serviços	4.127	5.104
Transferências correntes	67.935	70.738
Transferências da união e de suas entidades	41.217	45.150
Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	1628	4447
Transferências dos municípios e de suas entidades	81	2020
Transferências de instituições privadas	24751	18866
Transferências do exterior	125	80
Transferências de pessoas físicas	132	170
Transferências provenientes de depósitos não identificados	1	6
Outras receitas correntes	10.904.623	8.909.255
Multas administrativas, contratuais e judiciais	1.337.443	1.483.228
Indenizações, restituições e ressarcimentos	4.480.640	5.321.332
Bens, direitos e valores incorporados ao patrimônio público	186.608	267.497
Demais receitas correntes	4.899.932	1.837.199
Receitas correntes a classificar	0	3
Receitas de capital	132.468.585	74.856.725
Operações de crédito	112.423.071	6.157.658
Operações de crédito internas	105.207.958	5.902.765
Operações de crédito externas	7.215.112	254.893
Alienação de bens	175.381	7.564.871

(Continuação)

Tabela 20
Demonstrativo das Receitas da União – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-abr. 2021

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2021	
	Jan.-fev.	Mar.-abr.
Alienação de bens móveis	135.103	7.542.594
Alienação de bens imóveis	40.278	22.276
Alienação de bens intangíveis	0	0
Amortizações de empréstimos	5041396	43932519
Transferências de capital	0	60
Transferências da união e de suas entidades	0	0
Transferências dos estados e do Distrito Federal e de suas entidades	0,00	0,00
Transferências dos municípios e de suas entidades	0	60
Transferências de instituições privadas	0,00	0,00
Transferências de outras instituições públicas	0,00	0,00
Transferências do exterior	0	0
Outras receitas de capital	14.828.738,00	17.201.616,00
Integralização do capital social	0	0
Resultado do banco central	0	0
Remuneração das disponibilidades do tesouro	14.828.738,00	17.201.616
Resgate de títulos do tesouro	0	0
Demais receitas de capital	0	0
Receitas de capital a classificar	0	0
Subtotal das receitas (III) = (I + II)	468.987.300	393.942.056
Operações de crédito - refinanciamento (IV)	234.354.943	453.914.429
Operações de crédito internas	234.354.943	453.914.429
Mobiliária	234.354.943	453.914.429
Operações de crédito externas	0	0
Mobiliária	0	0
Subtotal com refinanciamento (V) = (III + IV)	703.342.243	847.856.485
Déficit (VI)		
Total (VII) = (V + VI)	703.342.243	847.856.485

Receita realizada	2021	
	Jan.-fev.	Mar.-abr.
Receita (intraorçamentária) (II)	4.476.449	5.553.371
Receitas correntes	4.476.449	5.553.371
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	412	746
Impostos	347	-30
Taxas	65	776
Receita de contribuições	3.468.994	3.471.169
Contribuições sociais	3.468.645	3.470.699
Contribuições econômicas	349	470
Contribuições para ent. privadas de serv. social e de form. profissional	0	0
Receita patrimonial	74	1192
Exploração do patrimônio imobiliário do estado	74	1.177
Valores mobiliários	0	0
Delegação de serviços públicos mediante concessão, permissão, autorização ou licença	0	16
Receita industrial	10750	3676
Receita de serviços	13743	27.223
Serviços administrativos e comerciais gerais	5.518	17.888
Serviços e atividades referentes à navegação e ao transporte	0	0

(Conclusão)

Tabela 20

Demonstrativo das Receitas da União – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-abr. 2021

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2021	
	Jan.-fev.	Mar.-abr.
Serviços e atividades referentes à saúde	8.195	9.304
Serviços e atividades financeiras	0	0
Outros serviços	30	30
Outras receitas correntes	982.477	2.049.365
Multas administrativas, contratuais e judiciais	-5	-2
Indenizações, restituições e ressarcimentos	32	39
Receitas decorrentes de aportes periódicos p/ comp. ao rgps	0	0
Demais receitas correntes	982.450	2.049.329
Receitas de capital	0	0
Operações de crédito	0	0
Operações de crédito internas	0	0
Operações de crédito externas	0	0
Alienação de bens	0	0
Alienação de bens móveis	0	0
Alienação de bens imóveis	0	0
Alienação de bens intangíveis	0	0
Outras receitas de capital	0	0
Integralização do capital social	0	0
Resultado do banco central	0	0
Remuneração das disponibilidades do tesouro	0	0
Resgate de títulos do tesouro	0	0
Demais receitas de capital	0	0

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: RREO – Anexo I (LRF, art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e §1º).

Tabela 21
Demonstrativo das Despesas da União – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-abr. 2021

(R\$ 1,00)

Despesa executada	2021	
	Jan.-fev.	Mar.-abr.
Despesas (exceto intraorçamentária) (VIII)	290.832.691	594.418.704
Despesas correntes	284.736.295	324.231.953
Pessoal e encargos sociais	50.247.593	48.682.761
Juros e encargos da dívida	33.087.416	51.043.664
Outras despesas correntes	201.401.287	224.505.528
Transferência a estados, DF e municípios	55.510.235	66.989.992
Benefícios previdenciários	105.716.782	108.764.881
Demais despesas correntes	40.174.269	48.750.656
Despesas de capital	6.096.396	270.186.751
Investimentos	20.883	835.362
Inversões financeiras	6.037.952	7.102.656
Amortização da dívida	37.561	262.248.733
Reserva de contingência	-	-
Despesas (intra-orçamentárias) (IX)	5.291.220	6.201.626
Despesas correntes	5.197.004	6.201.622
Pessoal e encargos sociais	4.045.322	4.004.091
Juros e encargos da dívida	-	-
Outras despesas correntes	1.151.683	2.197.530
Demais despesas correntes	1.151.683	2.197.530
Despesas de capital	94.216	4
Investimentos	5	4
Inversões financeiras	94.211	-
Amortização da dívida	-	-
Subtotal das despesas (X) = (VIII + IX)	296.123.911	600.620.330
Amortização da dívida - refinanciamento (XI)	223.526.637	298.549.782
Amortização da dívida interna	207.831.015	291.386.074
Dívida mobiliária	207.422.483	291.180.881
Outras dívidas	408.532	205.194
Amortização da dívida externa	15.695.622	7.163.709
Dívida mobiliária	14.732.904	6.693.401
Outras dívidas	962.719	470.308
Subtotal com refinanciamento (XII) = (X + XI)	519.650.548	899.170.112
Superávit (XIII)		
Total (XIV) = (XII + XIII)	519.650.548	899.170.112

Elaboração: SEI/Coref.

Notas: RREO – Anexo I (LRF, art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º).

Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As Despesas liquidadas são consideradas.

As informações para 2020 não foram disponibilizadas por necessidade de confirmação dos dados

ESTADO

(Continua)

Tabela 22

Balanco Orçamentário – Receita – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-abr. 2021

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2021	
	Jan.-fev.	Mar.-abr.
Receitas (exceto intraorçamentárias) (I)	8.974.256.782,65	8.210.735.107,51
Receitas correntes	8.868.938.863,79	7.925.483.232,71
Receita tributária	5.201.240.312,49	4.664.232.409,93
Impostos	4.988.573.191,45	4.439.618.333,35
Taxas	212.667.121,04	224.614.076,58
Contribuição de melhoria	0	0
Receita de contribuições	478.661.496,96	573.985.301,44
Contribuições sociais	478.661.496,96	573.985.301,44
Contribuição de intervenção no domínio econômico	0	0
Contribuições para entidades privadas de serviço social e de formação profissional	0	0
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública	0	0
Receita patrimonial	37.076.269,61	31.717.818,29
Exploração do patrimônio imobiliário do estado	12.692.067,07	10.565.277,96
Valores mobiliários	16.807.600,02	16.810.567,81
Delegação de serviços públicos mediante concessão, permissão, autorização ou licença	0	0
Exploração de recursos naturais	661.266,37	920.007,05
Exploração do patrimônio intangível	0	0
Cessão de direitos	6.912.443,65	3.421.496,67
Demais receitas patrimoniais	2892,5	468,8
Receita agropecuária	24.676,80	8.534,19
Receita industrial	0	0
Receita de serviços	14.987.853,73	24.230.618,98
Serviços administrativos e comerciais gerais	13.456.983,65	16.381.621,69
Serviços e atividades referentes à navegação e ao transporte	103.541,00	78.504,50
Serviços e atividades referentes à saúde	46798,16	83.873,32
Serviços e atividades financeiras	11988,66	5.803.338,46
Outros serviços	1368542,26	1.883.281,01
Transferências correntes	3.040.021.958,59	2481342727
Transferências da união e de suas entidades	2.556.601.964,06	1.997.491.091,45
Transferências dos estados e do Distrito Federal e de suas entidades	0	0
Transferências dos municípios e de suas entidades	0	0
Transferências de instituições privadas	5.406.862,90	3.766.422,04
Transferências de outras instituições públicas	477.861.891,64	480.027.671,49
Transferências do exterior	148114,99	0
Transferências de pessoas físicas	3125	57.541,63
Transferências provenientes de depósitos não identificados	0	0
Outras receitas correntes	96.926.295,61	149.965.823,27
Multas administrativas, contratuais e judiciais	16.975.930,44	44.335.355,70
Indenizações, restituições e ressarcimentos	10.362.840,91	16.421.658,48
Bens, direitos e valores incorporados ao patrimônio público	0	0,00
Demais receitas correntes	69.587.524,26	89.208.809,09
Receitas de capital	R\$ 105.317.918,86	R\$ 285.251.874,80
Operações de crédito	77.327.772,09	235.665.268,00
Operações de crédito - mercado interno	23683830,89	48.193.522,73
Operações de crédito - mercado externo	53.643.941,20	187.471.745,27
Alienação de bens	41897,41	1334144,85
Alienação de bens móveis	0	1274732

(Conclusão)

Tabela 22

Balço Orçamentário – Receita – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-abr. 2021

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2021	
	Jan.-fev.	Mar.-abr.
Alienação de bens imóveis	41897,41	59412,85
Alienação de bens intangíveis	0	0
Amortização de empréstimos	2.509.250,36	16.419.638,82
Transferências de capital	9.606.073,47	7.910.652,15
Transferências da união e de suas entidades	9.606.073,47	7.910.652,15
Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	0	0
Transferências dos municípios e de suas entidades	0	0
Transferências de instituições privadas	0	0
Transferências de outras instituições públicas	0	0
Transferências do exterior	0	0
Transferências de pessoas físicas	0	0
Transferências provenientes de depósitos não identificados	0	0
Outras receitas de capital	15832925,53	23922170,98
Integralização do capital social	0	0
Remuneração das disponibilidades do tesouro	0	0
Resgate de títulos do tesouro	0	0
Demais receitas de capital	15.832.925,53	23922170,98
Receitas (intraorçamentárias) (II)	380.552.983,15	378.684.600,55
Subtotal das receitas (III) = (I+II)	R\$ 9.354.809.765,80	R\$ 8.589.419.708,06
Operações de crédito internas	0	0
Para refinanciamento da dívida mobiliária	0	0
Para refinanciamento da dívida contratual	0	0
Operações de crédito externas	0	0
Para refinanciamento da dívida mobiliária	0	0
Para refinanciamento da dívida contratual	0	0
Subtotal com refinanciamentos (V) = (III + IV)	R\$ 9.354.809.765,80	R\$ 8.589.419.708,06
Déficit (VI)		
Total (VII) = (V + VI)	R\$ 9.354.809.765,80	R\$ 8.589.419.708,06
Saldos de exercícios anteriores		

Receita intraorçamentária	2021	
	Jan.-fev.	Mar.-abr.
Receitas (intra-orçamentárias) (II)	380.552.983,15	378.684.600,55
Receitas correntes	380.552.983,15	378.684.600,55
Receita de contribuições	299.940.444,34	297010183,4
Contribuições sociais	299.940.444,34	297010183,4
Receita de serviços	2.243.273,34	5.068.025,55
Serviços administrativos e comerciais gerais		1.184.150,00
Serviços e atividades referentes à saúde	2.243.273,34	3.883.875,55
Serviços e atividades referentes à navegação e ao transporte		
Outros serviços		
Outras receitas correntes	78.369.265,47	76.606.391,59
Indenizações, restituições e ressarcimentos		
Demais receitas correntes	78.369.265,47	76.606.391,59
Total	R\$ 380.552.983,15	R\$ 378.684.600,55

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, 2016.

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: RREO – Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea “a” do inciso II e §1º).

As informações para 2020 não foram disponibilizadas por necessidade de confirmação dos dados

Tabela 23

Balança Orçamentário – Despesa – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-abr. 2021

(R\$ 1,00)

Receita executada	2021	
	Jan.-fev.	Mar-abr.
Despesas (exceto intraorçamentárias) (I)	6.677.757.151,16	8.153.394.389,27
Despesas correntes	6.342.887.510,34	7.028.105.094,60
Pessoal e encargos sociais	3.707.740.219,45	3.632.998.438,82
Juros e encargos da dívida	30.336.810,53	58.769.688,38
Outras despesas correntes	2.604.810.480,36	3.336.336.967,40
Transferências a municípios	1.385.661.992,28	1.183.182.574
Demais despesas correntes	1.219.148.488,08	2.153.154.393,18
Despesas de capital	334.869.640,82	1.125.289.294,67
Investimentos	136.810.358,55	450.356.820
Inversões financeiras	77.375.505,38	351.766.451
Amortização da dívida	120.683.776,9	323.166.023,6
Reserva de contingência	0	0
Despesas (intraorçamentárias) (II)	382.207.868,74	383.101.462,51
Subtotal das despesas (III)=(I + II)	7.059.965.019,90	8.536.495.851,78
Amortização da dívida / refinanciamento (IV)	0	0
Amortização da dívida interna	0	0
Dívida mobiliária	0	0
Outras dívidas	0	0
Amortização da dívida externa	0	0
Dívida mobiliária	0	0
Outras dívidas	0	0
Subtotal com refinanciamento (V) = (III + IV)	7.059.965.019,90	8.536.495.851,78
Superávit (VI)		
Total (VII) = (V + VI)	7.059.965.019,90	8.536.495.851,78

Receita intraorçamentária	2021	
	Jan.-Fev.	Mar-Abr
Despesas correntes	382.207.868,74	383.101.462,51
Pessoal e encargos sociais	260.713.884,02	258.992.451,21
Outras despesas correntes	121.493.984,72	124.109.011,30
Despesas de capital	0	0
Investimentos	0	0
Total	382.207.868,74	383.101.462,51

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, 2016.

Elaboração: SEI/Coref.

Notas: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

RREO – Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea "b" do inciso II e §1º) – LEI 9.394/96, Art. 72 – Anexo X.

As informações para 2020 não foram disponibilizadas por necessidade de confirmação dos dados

Tabela 24

Arrecadação mensal do ICMS, por Unidades da Federação – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-maio 2019

(R\$1,00)

Unidade da Federação	2019					
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Maio	Acumulado
Norte	2.317.589	2.268.235	1.972.099	1.184.440	822.296	8.564.659
Acre	120.161	111.329	0	109.348	0	340.838
Amazonas	780.614	841.491	715.199	758.169	822.296	3.917.769
Pará	1.010.970	937.743	890.934	0	0	2.839.647
Rondônia	0	0	0	0	0	0
Amapá	76.287	66.556	66.673	78.967	0	288.483
Roraima	83.962	77.040	76.717	0	0	237.719
Tocantins	245.594	234.074	222.574	237.955	0	940.197
Nordeste	7.477.581	6.349.478	4.865.020	3.762.467	1.663.904	24.118.450
Maranhão	647.181	576.131	556.244	579.859	0	2.359.415
Piauí	422.516	322.688	290.816	441.263	314.844	1.792.127
Ceará	1.116.110	1.015.490	974.355	1.026.387	1.025.656	5.157.998
Rio Grande do Norte	536.922	465.359	453.353	0	0	1.455.634
Paraíba	526.841	476.894	454.105	0	0	1.457.840
Pernambuco	1.520.407	1.259.298	0	1.434.744	0	4.214.449
Alagoas	386.695	0	0	0	323.403	710.098
Sergipe	317.843	282.674	266.538	280.212	0	1.147.267
Bahia	2.003.063	1.950.941	1.869.606	0	0	5.823.610
Sudeste	21.432.957	19.739.921	19.136.871	20.158.829	0	80.468.578
Minas Gerais	4.251.286	4.031.861	3.939.544	4.685.608	0	16.908.299
Espírito Santo	963.465	965.665	880.260	0	0	2.809.390
Rio de Janeiro	3.586.300	3.192.884	2.763.545	3.193.576	0	12.736.305
São Paulo	12.631.904	11.549.508	11.553.522	12.279.643	0	48.014.577
Sul	4.782.304	4.793.900	4.654.388	4.905.236	2.448.822	21.584.650
Paraná	0	0	0	0	2.448.822	2.448.822
Santa Catarina	2.052.405	1.979.724	1.850.494	1.917.948	0	7.800.571
Rio Grande do Sul	2.729.899	2.814.176	2.803.894	2.987.288	0	11.335.257
Centro-oeste	3.794.643	3.776.290	3.204.621	3.918.618	1.416.008	16.110.180
Mato Grosso	827.748	1.011.560	1.094.128	1.156.490	0	4.089.926
Mato Grosso do Sul	790.779	794.304	796.748	798.109	0	3.179.940
Goiás	1.475.531	1.330.603	1.313.744	1.335.267	1.416.008	6.871.153
Distrito Federal	700.584	639.822	0	628.750	0	1.969.156
Brasil	39.805.075	36.927.827	33.833.002	33.929.593	6.351.031	150.846.528

Fonte: Confaz-Cotepe/ICMS.

Elaboração: SEI/Coref.

Notas: Última Atualização: 18/06/2019.

(1) valor provisório.

https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/boletim-do-icms/@@consulta_arrecadacao

Tabela 25
Arrecadação mensal – Bahia – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-jun. 2021

(R\$1,00)

Meses	ICMS		Outras		Total	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Janeiro	2.839.088.144,85	2.239.860.573	185.406.891	297.315.445	3.024.495.036	2.537.176.018
Fevereiro	2.387.621.431,63	2.057.313.941	219.421.561	322.220.619	2.607.042.993	2.379.534.560
Março	2.159.647.763,75	1.948.788.736	181.716.159	271.096.471	2.341.363.923	2.219.885.207
Abril	2.351.595.221,25	1.803.877.327	175.230.481	260.673.282	2.526.825.702	2.064.550.609
Maio	2.446.247.674	1.420.312.440	240.329.127	134.064.207	2.686.576.801	1.554.376.646
Junho	2.429.476.897	1.754.052.873	291.410.106	256.123.141	2.720.887.003	2.010.176.014
Julho		1.926.670.908		324.898.246		2.251.569.154
Agosto		2.199.853.691		292.694.960		2.492.548.651
Setembro		2.206.026.386		287.481.600		2.493.507.985
Outubro		2.347.559.226		229.614.266		2.577.173.492
Novembro		2.569.925.018		159.453.770		2.729.378.787
Dezembro		2.504.416.295		139.850.224		2.644.266.520
Total		24.978.657.413		2.975.486.231		27.954.143.644

Fonte: Sefaz-Relatórios bimestrais.

Elaboração: SEI.

MUNICÍPIO

(Continua)

Tabela 26

Balanço Orçamentário – Receita – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-abr. 2021

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2021	
	Jan.-fev.	Mar.-abr.
Receitas (exceto intra-orçamentárias) (I)	1.271.143.736	1.128.681.527
Receitas correntes	1.264.789.423	1.081.219.727
Receita tributária	612.509.523	434.512.651
Impostos	533.917.912	394.706.030
Taxas	78.591.611	39.806.621
Contribuição de melhoria	0	0
Receita de contribuições	57.346.888	64.800.571
Contribuições sociais	33.791.109	33.449.558
Contribuições econômicas	0	0
Contribuições para entidades privadas de serviço social e de Formação profissional	0	0
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública	23.555.779	31.351.013
Receita patrimonial	9.604.955	11.833.494
Exploração do patrimônio imobiliário do estado	4.930.532	4.601.304
Valores mobiliários	4.674.018	7.232.189
Delegação de serviços públicos mediante concessão, Permissão, autorização ou licença	0	0
Exploração de recursos naturais	0	0
Exploração do patrimônio intangível	0	0
Cessão de direitos	0	0
Demais receitas patrimoniais	405	0
Receita agropecuária	0	0
Receita industrial	0	0
Receita da indústria de construção	0	0
Receita de serviços	95.761	5.066.306
Serviços administrativos e comerciais gerais	143	1.294
Serviços e atividades referentes à navegação e ao transporte	155	5.064.461
Serviços e atividades referentes à saúde	0	0
Serviços e atividades financeiras	0	0
Outros serviços	95.462	551
Transferências correntes	565.679.255	541.620.096
Transferências da união e de suas entidades	342.703.634	310.201.985
Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	134.432.429	145.087.533
Transferências dos municípios e de suas entidades	0	0
Transferências de instituições privadas	25.244	401
Transferências de outras instituições públicas	88.517.399	86.327.937
Transferências do exterior	0	0
Transferências de pessoas físicas	550	2.240
Transferências provenientes de depósitos não identificados	0	0
Outras receitas correntes	19.553.040	23.386.609
Multas administrativas, contratuais e judiciais	5.721.434	6.420.694
Indenizações, restituições e ressarcimentos	9.858.414	1.996.717
Bens, direitos e valores incorporados ao patrimônio público	0	9.231.317
Demais receitas correntes	3.973.192	5.737.881
Receitas de capital	6.354.313	47.461.801
Operações de crédito	6.354.313	37.830.912
Operações de crédito – mercado interno	5.977.341	22.811.836

(Conclusão)

Tabela 26

Balanco Orçamentário – Receita – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-abr. 2021

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2021	
	Jan.-fev.	Mar.-abr.
Operações de Crédito – Mercado Externo	376.972	15.019,077
Alienação de bens	0	0
Alienação de bens móveis	0	0
Alienação de bens imóveis	0	0
Alienação de bens intangíveis	0	0
Amortizações de empréstimos	0	0
Transferências de capital	0	2.441
Transferências da união e de suas entidades	0	2.441
Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	0	0
Transferências dos municípios e de suas entidades	0	0
Transferências de instituições privadas	0	0
Transferências de outras instituições públicas	0	0
Transferências do exterior	0	0
Transferências de pessoas físicas	0	0
Transferências provenientes de depósitos não identificados	0	0
Outras receitas de capital	0	9.628.447
Integralização do capital social	0	0
Remuneração das disponibilidades do tesouro	0	0
Resgate de títulos do tesouro	0	0
Demais receitas de capital	0	9.628.447
Receitas (intra-orçamentárias) (II)	53.122.469	52.777.638
Subtotal das receitas (III) = (I+II)	1.324.266.205	1.181.459.165
Operações de crédito/refinanciamento (IV)		
Subtotal com refinanciamento (V) = (III + IV)	1.324.266.205	1.181.459.165
Déficit (VI)		
Total (VII) = (V + VI)	1.324.266.205	1.181.459.165

Receita intraorçamentária	2021	
	Jan.-fev.	Mar.-abr.
Receitas correntes	53.122.469,49	52.777.637,65
Contribuições	50.785.334,04	50.395.160,35
Contribuições sociais	50.785.334,04	50.395.160,35
Receita patrimonial	81.064,08	85.322,30
Demais receitas patrimoniais	81.064,08	85.322,30
Receita de serviços	0	0
Outros serviços	0	0
Outras receitas correntes	2256071,37	2297155
Demais receitas correntes	2256071,37	2297155
Total	53.122.469,49	52.777.637,65

Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Salvador, 2016/2015.

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: RREO – Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea “a” do inciso II e §1º).

Tabela 27
Balço Orçamentário – Despesa – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-abr. 2021

(R\$ 1,00)

Despesa liquidada	2021	
	Jan.-fev.	Mar.-abr.
Despesas (exceto intraorçamentárias) (I)	736.784.347,68	1.179.497.607,26
Despesas correntes	700.873.446,04	1.052.991.092,91
Pessoal e encargos sociais	408.157.249,84	430.076.677,25
Juros e encargos da dívida	4.407.542,05	4.037.955,61
Outras despesas correntes	288.308.654,15	618.876.460,05
Despesas de capital	35.910.901,64	126.506.514,35
Investimentos	25.321.764,40	119.701.244,43
Inversões financeiras	-	-
Amortização da dívida	10.589.137,24	6.805.269,92
Reserva de contingência	-	-
Despesas (intraorçamentárias) (II)	50.851.848,12	51.949.197,89
Subtotal das despesas (III)=(I+II)	787.636.195,80	1.231.446.805,15
Superávit (IV)	-	-
Total (V) = (III + IV)	787.636.195,80	1.231.446.805,15

Despesa intraorçamentária	2021	
	Jan.-fev.	Mar.-abr.
Despesas correntes	50.561.964,52	51.658.171,95
Pessoal e encargos sociais	50.501.812,93	51.594.873,55
Juros e encargos da dívida	60.151,59	63.298,40
Outras despesas correntes	-	-
Despesas de capital	289.883,60	291.025,94
Investimentos	-	-
Inversões financeiras	-	-
Amortização da dívida	289.883,60	291.025,94
Total	50.851.848,12	51.949.197,89

Elaboração: SEI/Coref.

Notas: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As Despesas liquidadas são consideradas.

As informações para 2020 não foram disponibilizadas por necessidade de confirmação dos dados

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS

A revista *Conjuntura & Planejamento*, editada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão vinculado à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan), aceita colaborações originais, em português, inglês e espanhol, de artigos sobre conjuntura e planejamento da economia e áreas afins, bem como resenhas de livros inéditos que se enquadrem nestes mesmos parâmetros.

Os artigos e resenhas são submetidos à apreciação do conselho editorial, instância que decide sobre a publicação.

A editoria da SEI e o comitê editorial reservam-se o direito de sugerir ou modificar títulos, formatar tabelas e ilustrações, dentre outras intervenções, a fim de atender ao padrão editorial e ortográfico adotado pela instituição, constante no Manual de Redação e Estilo da SEI, disponível no site www.sei.ba.gov.br, menu “Publicações”.

Os artigos ou resenhas que não estiverem de acordo com as normas não serão apreciados.

O autor terá direito a um exemplar do periódico em que seu artigo for publicado.

Padrão para envio de artigos ou resenhas:

- Artigos e resenhas devem ser enviados, preferencialmente, através do site da revista, opção "Submissão", ou por e-mail (cep@sei.ba.gov.br), para o comitê editorial da C&P.
- Devem ser apresentados em editor de texto de maior difusão (Word), formatados com entrelinhas de 1,5, margem esquerda de 3 cm, direita e inferior de 2 cm, superior de 3 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12.
- Devem ser assinados, preferencialmente, por, no máximo, três autores.
- É permitido apenas um artigo por autor, exceto no caso de participação como coautor.
- O autor deve incluir, em nota de rodapé, sua identificação, com nome completo, titulação acadêmica, nome da(s) instituição(ões) a que está vinculado, e-mail, telefone e endereço para correspondência.
- Os artigos devem conter, no mínimo, jun páginas e, no máximo, 15, e as resenhas, no máximo, três páginas.
- Devem vir acompanhados de resumo e abstract contendo de 100 a 250 palavras, ressaltando o objetivo, a metodologia, os principais resultados e a conclusão. Palavras-chave e keywords devem figurar abaixo, separadas por ponto e finalizadas também com ponto. Resumos e abstracts estarão disponíveis na revista eletrônica e não constarão na publicação impressa.
- As tabelas e demais ilustrações (desenhos, esquemas, figuras, fluxogramas, fotos, gráficos, mapas etc.) devem estar numeradas consecutivamente, com algarismos arábicos, na ordem em que forem citadas no texto, com os títulos, legendas e fontes completas, e localizadas o mais próximo possível do trecho a que se referem.
- As ilustrações de qualquer tipo devem estar acompanhadas dos originais. As fotografias devem apresentar resolução de 300 dpi (CMYK), com cor real e salvas na extensão TIFF.
- As notas de rodapé devem ser explicativas ou complementares, curtas, numeradas em ordem sequencial, no corpo do texto e na mesma página em que forem citadas.
- As citações de até três linhas devem estar entre aspas, na sequência do texto. As citações com mais de três linhas devem constar em parágrafo próprio, com recuo da margem de 4 cm, fonte 10, espaço simples, sem aspas e identificadas pelo sistema autor-data (NBR 10520 da ABNT).

Todos os números da *Conjuntura & Planejamento* podem ser visualizados no site da SEI (www.sei.ba.gov.br) no menu “Publicações”.

Publique
seu artigo



C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO



ENDEREÇO ELETRÔNICO
PARA ENVIO DOS ARTIGOS

[publicações.sei.ba.gov.br
/conjunturaeplanejamento](http://publicações.sei.ba.gov.br/conjunturaeplanejamento)



INFORMAÇÕES

71 3115-4711 71 3115-4771
In english: 55 71 3115-4795
En español 55 71 3115-4795



COORDENAÇÃO GERAL

Luiz Mário Ribeiro Vieira



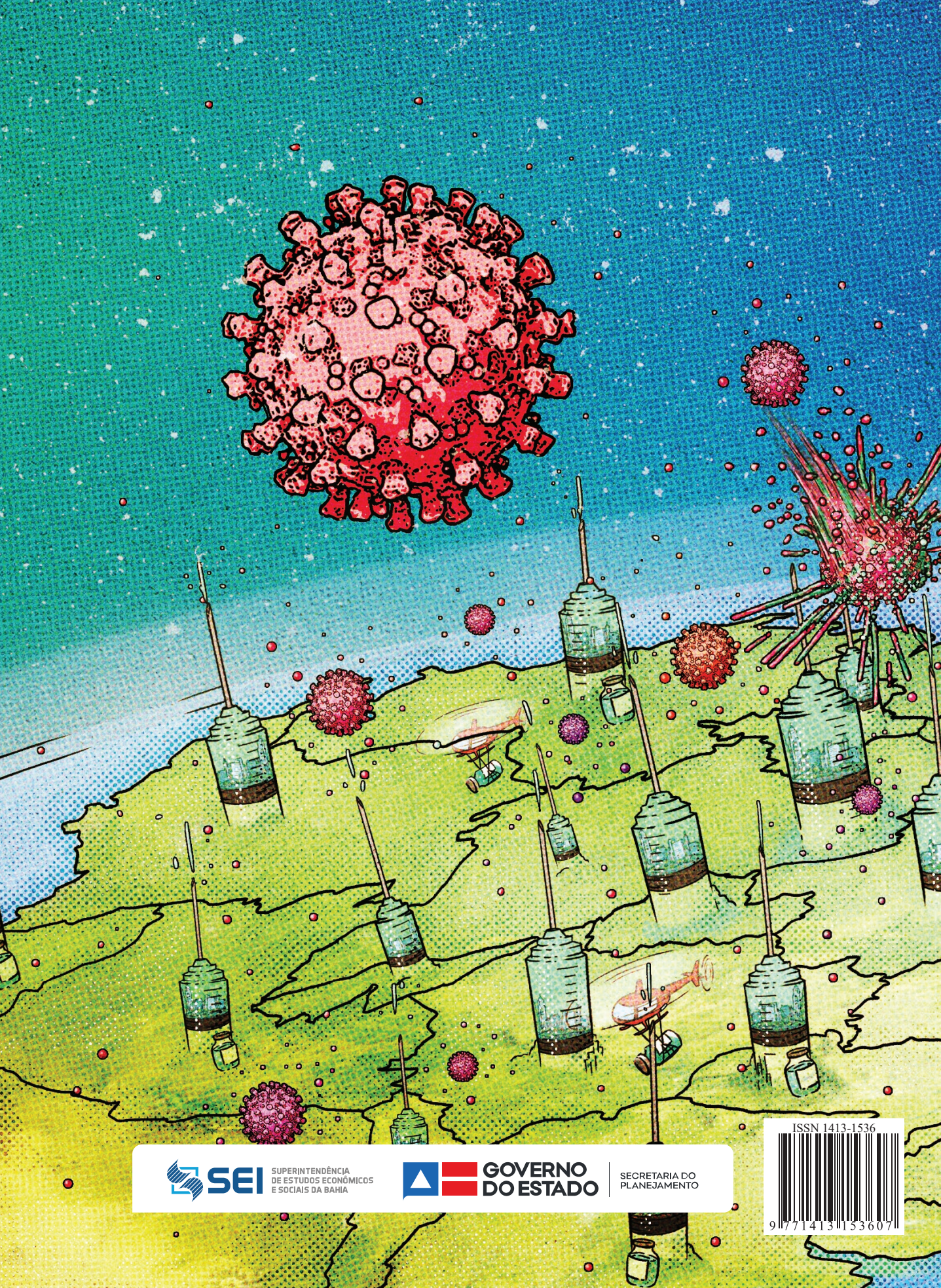
COORDENAÇÃO EDITORIAL

Elissandra Alves de Britto Correia
Rosangela Ferreira Conceição

w w w . s e i . b a . g o v . b r



SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO



SUPERINTENDÊNCIA
DE ESTUDOS ECONÔMICOS
E SOCIAIS DA BAHIA



GOVERNO
DO ESTADO

SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO

ISSN 1413-1536



9 771413 153607